

Julia de Oliveira Bender

“OS ESCOLHIDOS”

O RECRUTAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL PARA A
SEGUNDA GUERRA 1939 á 1945

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História sobre a orientação do Professor Doutor Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo/RS

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família, pelos seus esforços para que concluísse todas as etapas da educação formal, incluindo o curso superior.

Muitos professores e amigos contribuíram em diferentes momentos e de diferentes modos para a conclusão deste trabalho.

Ao Professor Doutor Adelar que me ensinou a olhar para o mundo com uma mente questionadora e a lutar por uma nova vida no presente e no futuro, ao invés de recriminar o passado.

Meu curso de pós-graduação na Universidade de Passo Fundo foi uma oportunidade única para meu crescimento intelectual e foi durante este período que se desenvolveu minha vocação para a pesquisa. Agradecer também aos meus colegas que em durante as disciplinas sempre foram prestativos, principalmente a Debora Nunes Sá que além de colega se tornou uma grande amiga.

Ramoel Kogler que foi fundamental para a realização da pesquisa do seguinte trabalho, pois sempre esteve disposto a ajudar e a enfrentar estradas e arquivos. Aos meus pais que sacrificaram uma vida para me dar condições para estudar. Enfim a todos que de alguma forma contribuíram para a construção desse trabalho.

“Quem não é capaz de sonhar com a história
diante dos documentos não é historiador.”

Fernand Braudel (1902-1985)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão histórica para explicar a participação do Rio Grande do Sul na atuação brasileira na Segunda Guerra Mundial. A historiografia relacionada às questões militares vem ganhando novos adeptos. Neste sentido, observa-se que esse atual enfoque no estudo da instituição militar e de seus elementos relacionados pode proporcionar novos caminhos metodológicos e diferentes abordagens históricas que levem a uma nova compreensão da história social e cultural do Brasil. Assim, pretendemos discutir sobre o recrutamento militar no Rio Grande do Sul, destacando a mobilização, a dinâmica e a resistência que por lá ocorreram durante o período de recrutamento, ou seja, durante a Segunda Guerra Mundial. Daremos ênfase à análise da representação e da influência do recrutamento militar durante o conflito do Brasil contra a Alemanha e seus aliados, e a relação desta incorporação compulsória de homens nas organizações militares diante da conjuntura social, política e econômica da província sul-rio-grandense, atentando-nos às suas prováveis peculiaridades. No primeiro capítulo apresentei as relações internas e externas do Brasil, no período que antecedeu a guerra e também durante o conflito. No capítulo seguinte já começo a entrar na verdadeira proposta da dissertação, o recrutamento, porém nessa parte esclareço sobre a entrada do Brasil no conflito e também a criação da FEB. E no último capítulo abordo o tema central, o recrutamento para a Segunda Guerra Mundial. Em um panorama geral o presente trabalho apresenta a Guerra e o Rio Grande do Sul, desde o que acontecia politicamente, economicamente e militarmente no Estado. Busquei informações no Arquivo Militar de Porto Alegre, em boletins informativos, ordens de serviço, entre outras. Visitei também outros Quartéis militares como os da cidade de Cruz Alta e Bagé, onde tive acesso a livros de registro de nomes de pracinhas dessas regiões que foram participar do conflito em terras italianas.

Palavras-chave: Brasil; Segunda Guerra; Rio Grande do Sul; recrutamento.

ABSTRACT

This work presents a reflection history to explain the participation of Rio Grande do Sul in the Brazilian performance in World War II. Historiography related to military issues has gained new adepts. In this sense, it is observed that this current focus in the study of the military institution and its related elements can provide new methodological paths and different historical approaches that lead to a new understanding of the social and cultural history of Brazil. Thus, we intend to discuss military recruitment in Rio Grande do Sul, highlighting the mobilization, dynamics and resistance that occurred there during the recruitment period, that is, during World War II. We will emphasize the analysis of the representation and influence of military recruitment during Brazil's conflict with Germany and its allies, and the relationship of this compulsory incorporation of men into military organizations in the face of the social, political and economic conjuncture of the province of Rio Grande do Sul, taking into account their probable peculiarities. In the first chapter I presented the internal and external relations of Brazil in the period leading up to the war and also during the conflict. In the following chapter I begin to enter into the real proposal of the dissertation, the recruitment, but in this part I clarify about Brazil's entry into the conflict and also the creation of the FEB. And in the last chapter I address the central theme, the recruitment for World War II. In a general overview the present work presents the War and Rio Grande do Sul, from what happened politically, economically and militarily in the State. I searched for information in the Military Archive of Porto Alegre, in newsletters, work orders, among others. I also visited other military Quarters such as those of the city of Cruz Alta and Bagé, where I had access to books of names of small squares of these regions that were to participate of the conflict in Italian lands.

Keywords: Brazil; Second war; Rio Grande do Sul; recruitment.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM I - De 1941 até 1943, 33 navios brasileiros afundaram decorrentes de ataques dos países do Eixo.....	67
IMAGEM II – Símbolo FEB, “A cobra vai fumar”	74
IMAGEM III – Cartazes propaganda da Guerra.....	100
IMAGEM IV – Contingente de expedicionários por estado.....	102

LISTAS DE TABELAS

TABELA I – Comércio brasileiro com os EUA e a Alemanha (1933 – 1938).....	29
TABELA II: Efeitos da Crise de 1929 sobre a Alemanha.....	30
TABELA III - Alunos matriculados nas escolas germânicas do RS (1920 – 1935).....	50
TABELA IV – Brasileiros natos que utilizam o alemão como língua principal no lar (1940).....	52
TABELA V – População do Brasil por Estados (1940).....	53
TABELA VI – IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL.....	54
TABELA VII: Principais momentos da construção dessa aliança.....	72
TABELA VIII: NÚMERO DE ESPEDICIONÁRIOS EMBARCADOS POR ESCALÃO.....	74
TABELA IX: Gráfico recrutamento.....	93
TABELA X; Comparando os números em relação a participação na Primeira e na Segunda Guerra Mundial.....	104
TABELA XI: RESULTADOS DA GUERRA (PERDAS E ACIDENTES LIGADOS AOS EXPEDICIONÁRIOS BRASILEIROS).....	106

SÚMARIO

INTRODUÇÃO.....	08
I. BRASIL: RELAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS (1930 – 1942).....	17
1.1 RELAÇÕES EXTERIORES BRASILEIRAS: ALEMANHA E EUA.....	20
1.2 RELAÇÕES BRASILEIRAS INTERNAS: O ESTADO NOVO	34
1.2.1 O Estado Novo e o Rio Grande do Sul	37
II. A ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A CRIAÇÃO DA FEB	47
2.1 O BRASIL SE POSICIONA NO CONFLITO.....	80
2.1.1 A criação da FEB para o conflito e a FEB entra no conflito.....	81
III. O RECRUTAMENTO MILITAR NA SEGUNDA GUERRA	62
3.1 A HISTÓRIA DO RECRUTAMENTO NO BRASIL	62
3.1.1 O recrutamento para a Segunda Guerra Mundial	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
ANEXOS	118

INTRODUÇÃO

Em busca de um novo entendimento a respeito da participação de soldados do Rio Grande do Sul na Segunda Guerra Mundial, o presente estudo propõe uma análise que englobe sistemas históricos pouco considerados no seu conjunto pela historiografia nacional, como: exames médicos e inspeções, estados com maior número de pracinhas, voluntários.

As relações do Brasil com outras nações sempre estiveram associadas ao potencial agro-exportador do país, ou seja, as relações brasileiras com as nações estrangeiras se davam de acordo com os interesses do mercado externo com relação aos produtos agrícolas nacionais – açúcar, café, cacau, algodão, etc. – e, claro, a dependência nacional aos produtos industrializados das nações capitalistas. Somente após a II Guerra Mundial o Brasil passou a ter poder de decisão em suas medidas quanto ao mercado externo, porém, as relações diplomáticas brasileiras ficavam muito restritas aos países de capitalismo industrial adiantado.

Somente com as políticas econômicas iniciadas no governo em meados dos anos 30 e 40 que o país passou a ter certa autonomia frente ao mercado externo. Principalmente quando aplicada a política de substituições das importações, pois a dependência brasileira aos produtos industrializados diminuiu consideravelmente, dando ao país maior poder de barganha frente às potências capitalistas. Porém, o Brasil sempre esteve à mercê da hegemonia de uma grande potência mundial. Primeiro com a Inglaterra, herança do período imperial, e, depois, com os Estados Unidos da América no século XX.

Em novembro de 1937, quase dois anos antes do início da Segunda Guerra Mundial e próximo ao final do mandato constitucional¹ do presidente Getúlio Vargas, o mesmo alegando uma suposta ameaça comunista, deu um golpe de Estado e assim teve início o Estado Novo no Brasil. Um regime essencialmente ditatorial, marcado por medidas centralizadoras e nacionalistas, que visavam criar tanto uma unidade como uma identidade nacional.² Esse evento implanta-se em um clima de contestação da democracia liberal em todo o mundo, que ganhou força logo após a grande crise econômica de 1929. O nazismo, que ascendeu ao poder na Alemanha em 1933, pode ser

¹ SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai a guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri, SP: Manole, 2003, p. 63;

² SEITENFUS, Ricardo. Op. Cit, p. 317.

considerado como um dos principais exemplos de regime ditatorial surgido nesse período. Esse regime foi um dos motivos que levaram a Segunda Guerra Mundial

Um conflito com magnitude que foi a Segunda Guerra Mundial, não começa sem importantes causas ou motivos. Podemos dizer que vários fatores influenciaram o início deste conflito que se iniciou na Europa e, rapidamente, espalhou-se pela África e Ásia.

O marco inicial ocorreu no ano de 1939, quando o exército alemão invadiu a Polônia. Em consequência, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha. De acordo com a política de alianças militares existentes na época, formaram-se dois grupos: Aliados (liderados inicialmente por Inglaterra, URSS e França) e Eixo (liderados inicialmente por Alemanha, Itália e Japão).

O historiador inglês John Keegan dimensiona a importância da Segunda Guerra Mundial no cenário internacional:

A Segunda Guerra Mundial foi verdadeiramente uma guerra mundial, envolvendo todos os países e impérios existentes; apenas aqueles absolutamente distantes para participar ou severamente marcados por recentes guerras internas permaneceram longe. Qualquer história da Segunda Guerra Mundial é, portanto, uma história do mundo entre 1939 e 1945.³

A Segunda Guerra Mundial foi, pelo menos até os dias atuais, o maior e mais brutal conflito sofrido pela humanidade ao longo da história. As perdas de vidas em consequência dos muitos combates militares foram exorbitantes, matanças de civis, fome e inúmeras doenças ocasionadas pela agitação em torno do conflito, onde mais ou menos 55 milhões⁴ de seres humanos morreram, milhões apenas por não se enquadrarem nas ideias do regime alemão.

Após a Primeira Grande Guerra, a Alemanha passou por uma grave crise. Além da derrota, os alemães tiveram que pagar uma dívida de guerra aos ingleses e franceses (Tratado de Versalhes) e com a crise de 29 a situação piorou, levando milhares de

³ KEEGAN, John. *The Battle for History*. New York: Vintage Books, 1996, p. 31. Op. Cit
CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração, 2000. p. 13-14;

⁴ PARKER, R. A. C. *Europa no Século XX*, Lisboa, 1989. p. 404

alemães ao desemprego e ao desespero. Tudo isso contribuiu para fortalecer ainda mais os movimentos radicais, sobretudo o nazismo.

Sobre o Nazismo, Dennison de Oliveira, afirma:

De fato, o entendimento da Segunda Guerra Mundial é inseparável da análise do regime nacional-socialista, ou simplesmente do nazismo. O nazismo teve papel preponderante no aguçamento das tensões internacionais no período 1933-41, e seu conteúdo militarista, agressivo e totalitário jamais foi objetivo de dúvida, nem por parte de seus detratores nem de seus defensores. É claro que culpar exclusivamente o nazismo pela eclosão da Guerra é uma resposta fácil, ainda que não inteiramente destituída de fundamento (...), pode-se perceber que, embora o nazismo tivesse tido papel predominante na eclosão daquele grande conflito, não se pode reduzir suas causas pura e simplesmente à tomada do poder por Adolf Hitler.⁵

O nazismo se tornou uma força politicamente relevante em uma época de crise da democracia, Seguindo em seu livro, Oliveira expõe a seguinte ideia: “o problema propriamente historiográfico, referente ao Nazismo e a Segunda Guerra Mundial (...), diz respeito à forma pelas quais cidadãos que participam como militares, lutando do lado que viria a ser perdedor do conflito, lembram e interpretam estes eventos. A reconstrução e análise da forma pela qual estes eventos são lembrados (...).

Nesse contexto, é essencial considerar a ideologia do Partido Nazista. Na fase inicial do Partido Nazista, quando o clima de revanchismo pela derrota na Primeira Guerra Mundial ainda era forte, Hitler e seus aliados já defendiam que a ordem territorial da época fosse modificada. Defendia declaradamente o antisemitismo, uma política interna com atuação na Alemanha e no exterior. Desde os anos 1920, o nazismo defendia a formação de uma nova sociedade, hierarquizada, obediente, eficiente e “purificada” de seus “inimigos internos”, (judeus e comunistas). Com essa reeducação interna, duramente realizada a partir de janeiro de 1933, quando o nazismo chegou ao poder, foi fácil para Hitler dar início à política externa que terminou com eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939.

⁵ OLIVEIRA, Dennison. *Os soldados brasileiros de Hither*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 13

O objetivo da política alemã era preservar a massa racial e assim aumentá-la. Tratava-se de uma questão de espaço. A comunidade racial alemã [já incluindo a Áustria] abrangia 85 milhões de pessoas e, devido à seu número e ao pequeno espaço habitável na Europa, constituía um núcleo compactamente comprimido como não se podia ver em nenhum outro país do mundo, tendo assim o direito a um espaço-vital maior, mesmo que o ocupado por outros povos. [...] A única solução, a única que parece realmente visionária, reside na aquisição de um espaço-vital maior – uma questão que em todos os tempos tem sido a origem para a formação de Estados e para a migração dos povos [...] Se aceitarmos que a segurança de nossa situação alimentar é o ponto principal a debater, o espaço necessário para garanti-lo pode ser buscado na Europa, e não, como na visão liberal-capitalista, na exploração de colônias. O problema não é adquirir população, mas espaço para o uso da terra. Além disso, áreas produtoras de matérias-primas podem ser mais facilmente encontradas perto do Reich que no ultramar⁶.

A participação do Brasil entre as 16⁷ nações que participaram do conflito contra a Alemanha, durante a Guerra, foi significativa. É bastante conhecida e documentada. Inúmeras obras – tanto nacionais como estrangeiros – já exploraram as relações do governo brasileiro com as principais potências mundiais envolvidas no conflito.

A origem do Exército Brasileiro remonta a forte presença de pessoas envolvidas com a atividade militar durante o período colonial. Havia a ameaça de ataques estrangeiros, sem falar no medo de revoltas por parte dos índios e negros, o que gerou uma sociedade intensamente militarizada.

Naquela época cerca de 5% dos homens de todas as idades pertenciam a uma das diversas tropas existentes, seja de soldados permanentes do Exército regular ou tropas de linha, recrutados por nada menos que 25 anos, ou então milicianos chamados de ordenanças ou auxiliares membros de unidades militares temporárias convocados apenas para treinamento e emergências.⁸

⁶SCHNEIDER, Samuel Celuppi. *Espaço vital: projeto geopolítico nazista para o território europeu da União Soviética*. Passo Fundo: UPF (Dissertação de Mestrado) 2017, p. 47 DOMARUS apud SCHNEIDER, 2007, p. 964-965-966.

⁷ OLIVEIRA, 2011, p. 17.

⁸ HOMERO, Adler. Soldados na paz e na guerra. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 4, nº 38, dez./2006. p. 64

Diante da impossibilidade do governo organizar um serviço público eficiente e na falta de outros órgãos os militares acabavam executando diversas tarefas como reparos em estradas, prédios públicos, serviço de bombeiros e até de entrega de correspondências. Fica evidente a grande importância e comprometimento dos militares com a sociedade.

Os militares exerciam várias funções, muitas delas relativas ao controle de revoltas, segurança interna e realizavam serviços públicos, o que não os livrou da atividade de defesa externa sempre que fosse necessário. Percebemos que a presença dos militares foi marcante e mesmo necessária desde o início da história Brasileira, em 1500, diferente de pensamentos que marcam o imaginário popular com afirmações como “o Brasil é um país pacífico”. Vemos uma realidade diferente com o país se envolvendo numa série de conflitos desde seu período colonial, tanto de origem externa como interna.

No período colonial não tardou para que os holandeses se articassem e partindo de Recife marchassem em grande número (mais de quatro mil) rumo ao sul. Eles representavam uma grande ameaça e foi necessário a organização de uma força militar para contê-los e dar fim a ocupação holandesa no nordeste da colônia portuguesa. Essa força organizada para enfrentar os holandeses reuniu brancos, negros e índios com ideal comum de expulsar os holandeses, ainda que estivessem em menor número e equipados com armamento inferior se comparado aos invasores.

Após a independência o Exército Brasileiro teve que combater as milícias e, principalmente, com a Guarda Nacional, havendo uma espécie de rivalidade entre essas organizações, que acabou gerando um clima de instabilidade política que só cessou em 1840.

As guardas nacionais são criadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência e Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.⁹
Coleção das Leis do Império do Brasil. Lei de 18 de agosto de 1831 (BRASIL, 1875).

⁹ BRASIL. *Coleção Leis do Império do Brasil de 1931*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875. p. 22.

Porém, de acordo com Homero¹⁰ a Guarda Nacional era “uma força que seria controlada pelas autoridades locais, sem a presença das classes mais baixas da sociedade”. Tal arranjo provou ser impróprio, visto que a Guarda Nacional chegou a ser usada contra o Governo Central em revoltas regionais.

Entre as características da Guarda Nacional podemos citar a necessidade de comprovar sua renda anual para fazer parte dessa força, automaticamente a ligando às elites, assim essa força se tornou massa de manobra no jogo político de poder entre governo central e a elite.¹¹ Até então “O Estado confiava muito mais na Guarda Nacional do que no Exército para a repressão interna”.¹² Os papéis foram invertidos, no entanto, seria alterada por ocasião dos conflitos na região platina, com especial destaque, para a Guerra com o Paraguai (1864-1870).

A partir de 1840 o Exército começa a se fortalecer e se reorganizar, foi usado como instrumento do Império em diversas intervenções externas que visavam manter a influência brasileira na região, no Uruguai atuou em 1852, 1854 e 1864. Também em 1852 o Exército Brasileiro participa de um conflito em Buenos Aires, retornando em 1º de março de 1852 a Montevideú, com brilhante participação na guerra contra Oribe e Rosas (1851-52). Em 1856 foi enviada uma força militar para garantir a navegação no rio Paraguai, devido a sua importância de ser a principal ligação com o Mato Grosso. O Império considerava uma prioridade a livre navegação nesse rio.

Percebemos que o Império não hesitava em usar sua força militar para resolver seus problemas políticos externos. Tal comportamento explica o envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai (1865-1870), conflito que levou o Império a mudar sua forma de usar as forças armadas, que simplesmente não estavam preparadas para tamanha empreitada.¹³ A este assunto, o próprio Caxias, em carta para o ministro da Guerra, assegurava que o Exército brasileiro, nos anos anteriores ao conflito com o Paraguai, “por um conjunto de circunstâncias deploráveis, (...) contava sempre em suas fileiras grandes maiorias de homens que a sociedade repudiava por suas péssimas qualidades”.¹⁴

Durante a Guerra do Paraguai, o Brasil conseguiu mobilizar cerca de 135.000 soldados, um grande número para a época, mas isso não mascara os problemas enfrentados. Ainda que os brasileiros tenham respondido ao chamado da pátria a

¹⁰ HOMERO, 2006. p. 68;

¹¹ HOMERO, 2006, p.69;

¹² SODRÉ, Nelson W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 127;

¹³ SODRÉ, 1979, p. 71;

¹⁴ DORATIOTO, F. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 111;

precariedade com que a força terrestre teve que combater chama a atenção. Conforme Carvalho (2006, p. 184) “em 05 de março de 1865, sem nenhum treinamento, o 1º corpo embarcou para o sul”. Percebemos nesse fragmento que os voluntários eram arregimentados de improviso e mandados diretamente ao campo de batalha, como não poderia deixar de ser as perdas foram enormes, cerca de 50.000¹⁵.

Mesmo com todos os problemas enfrentados a Tríplice Aliança da qual o Brasil fazia parte foi vitoriosa, mas o tremendo custo humano, material e econômico de uma guerra em que o país não estava preparado deixou suas marcas. Passado esse conflito o Exército Brasileiro ainda rivalizava com a Guarda Nacional o papel de força dominante no cenário nacional, entretanto a Guarda Nacional foi ficando mais fraca com o passar do tempo, sendo extinta durante a República em 1916.¹⁶

Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o Exército Brasileiro viu a necessidade de fazer mudanças que buscavam melhorar sua capacidade de combate em conflitos externos, adotando, por exemplo, o recrutamento obrigatório, o qual se mantém até hoje. Nesse conflito, não foi necessário o envio de tropas para participar.

Em 1920 como parte dos esforços para se modernizar o Exército Brasileiro recebeu uma Missão Francesa, de caráter consultivo, o qual exerceu um importante papel na organização do Exército, bem como possibilitou o aperfeiçoamento dos diversos cursos destinados aos oficiais a fim de que fosse realmente colocada em prática uma política de defesa nacional.

A luta do Exército e da Marinha por maiores efetivos, melhor aparelhamento, mais recursos, vinha de longa data. Os ministros queixavam-se sistematicamente do que julgavam ser descaso dos governantes com suas necessidades. Após 1930, aumentaram as pressões, agora com muito maior poder de fogo.¹⁷

Porém, a nível material o Exército Brasileiro estava muito defasado, com equipamento inadequado para a guerra moderna. Entretanto, podemos perceber que apesar dos esforços empreendidos pelos militares para obterem as condições para se tornarem uma força moderna e bem equipada não surtiram o efeito desejado uma vez

¹⁵ CARVALHO, JOSÉ. MURILO. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 61;

¹⁶ CARVALHO, 2006, p. 183-184

¹⁷ CARVALHO, 2006, p. 87;

que à véspera da Segunda Guerra Mundial o Exército Brasileiro tinha muitas necessidades tanto a nível material como pessoal e técnico.

O recrutamento militar, no entanto, persistiu no imaginário popular como sinônimo de castigo, privação e restrição da mobilidade desfrutada pela maioria dos homens livres e pobres no Brasil imperial. “Nos horizontes de invisibilidade da população”¹⁸, a população adulta, masculina e em idade produtiva tornava-se, por assim dizer, invisível, seja nas redes clientelares de proteção local, seja nos ermos e distantes rincões do Império do Brasil, fugindo para os matos próximos, a despeito do Estado em formação.¹⁹

Como resultado durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Exército Brasileiro foi exigido novamente numa campanha externa, teve muita dificuldade em formar uma força expedicionária realmente efetiva, sendo que teve que obter apoio externo para sanar suas necessidades.

Percebemos que os avanços tecnológicos que eram constantes em todas as áreas, incluindo a militar, impossibilitaram uma grande mobilização pelo Exército Brasileiro, visto que a operação de armas e equipamentos modernos exigia formação especializada.

Além da formação do novo soldado de infantaria e da revisão do importante papel dos suboficiais, era necessária uma quantidade de especialistas dentro da estrutura militar, como motoristas, datilógrafos, rádio operadores, eletricitas, cozinheiros, engenheiros, médicos e outros.²⁰

Como já citado anteriormente, o Brasil, em 1937, entra em um novo regime, o Estado Novo, que atribuía a Getúlio Vargas ao comando do país até 1945. Em 1939, temos o início de um confronto, que se tornaria mundial e se caracterizaria pela luta contra os regimes totalitários e em 1942, o Brasil entra no conflito ao lado dos Aliados e contra o Eixo. A ideologia que ampara tais regimes, baseada em virulento nacionalismo

¹⁸ Expressão tomada de empréstimo de Antônio Manoel Hespanha, apud MENDES, F. F. O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 159

¹⁹ SALDANHA, F. H. DIAS, *Exército e Guarda Nacional: recrutamento militar e a construção do Estado no Brasil imperial*. Coleç. Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 36, p. 673-681, set./dez. 2015. p. 680;

²⁰ BARONE, JOÃO. *O Brasil e a sua guerra quase desconhecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013, p. 110;

e protecionismo, só fará exacerbar a tendência à autarquização existente nas principais economias do mundo, e como consequência, a crise geral do comércio internacional.²¹

Curiosamente, e por motivos totalmente distintos, o Brasil apresentava-se, então como importante meta na política exterior, centrada momentaneamente em questões comerciais, de duas das maiores potências mundiais, que já se colocavam em rota de colisão futura. Os interesses alemães no país eram mesmo primordialmente comerciais e de curto prazo, já que seu futuro e independência eram pensados em termos europeus, ligados mais particularmente ao Leste do continente. De forma contrária, os interesses norte-americanos no Brasil eram bem abrangentes e de longo prazo. Ganhar tal aliado era um primeiro e importante passo em direção à consubstanciação do bloco de poder norte-americano sobre todo o hemisfério ocidental.²²

Também bastante conhecida e documentada é a participação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

No Brasil de 1942, a pulsão da coletividade em apoiar a participação brasileira na guerra se formou a partir da cólera, da aceitação de riscos e do estouro da violência, após o ataque alemão aos navios mercantes brasileiros. Ao analisar a relação intrínseca entre pulsão e pressão, veremos que a pressão para a participação efetiva na guerra fazia parte do projeto político-ideológico do governo, que aproveitou a situação como forma de fortalecer a unidade nacional. A partir da criação de aparatos próprios para a difusão ideológica - Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por exemplo - o governo foi capaz de difundir a imagem do Estado Novo, e, a partir de 1942, conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira a favor da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, consagrando tal posição na Revista Cultura Política, em sua edição extraordinária, intitulada, “O Brasil na Guerra”, de agosto de 1943.²³

²¹ ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002, p. 47.

²² ALVES, 2002. p. 47.

²³ SANTOS, Luciana Ibarra. *Há algo novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo – SP (Dissertação de Mestrado – PPGHPUC). 2006, p. 14.

Na área da história militar há muitas dissertações desenvolvidas, porém nenhuma tratando dessa temática específica, o recrutamento em um dos estados do Brasil, proporcionando assim uma nova contribuição histórica para melhor compreender esse período da História do Brasil e do Rio Grande do Sul. Em termos sociais, essa pesquisa se justifica pela relevância do tema para a sociedade, contribuindo para que as pessoas desenvolvam uma percepção diferente sobre a participação de “soldados” rio-grandenses no conflito.

A humanidade sempre conviveu com as guerras, os motivos são os mais diversos: luta por território, movimentos separatistas, religião, intolerância étnica, riquezas naturais, divergências políticas, entre outros.

Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Extremos – O breve século XX*; divide esses períodos em três etapas: a “Catástrofe” (1914-1945), quando potências mundiais se afundaram em um confronto bélico; a “Idade de Ouro” (1945-1973) e o Desmoronamento (1973-1991). O autor disserta sobre e relata a “Catástrofe”, originada por duas guerras mundiais, que ele classifica como um embate só: a “Guerra dos 31 Anos” (1914-1945). Nessa etapa, os projetos nacionais das potências capitalistas europeias entraram em choque.

Segundo Vicentino, a Primeira Guerra Mundial transformou-se no ponto de partida de novos e irreconciliáveis conflitos, pois o Tratado de Versalhes, a partir de suas retaliações, contribuiu para o revanchismo da Alemanha e disseminou um forte sentimento nacionalista que culminou no totalitarismo nazifascista. A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) deu a Hitler e Mussolini, associados ao militar espanhol Francisco Franco, condições de testar seus novos armamentos e acabar com a nova República Socialista Espanhola. Esse conflito consolidou a aliança Hitler-Mussolini, chamada Eixo Berlim-Roma. O Japão, pouco depois se uniu aos alemães e italianos, já que, em sua expansão na Ásia, entrou em conflito com a União Soviética, e outros países imperialistas ocidentais. Formou-se então o Eixo Roma-Berlim-Tóquio. Os três países, que encontravam na passividade geral ânimo para novas investidas territoriais, assinaram o Pacto Antikomintern, unidade para combater o comunismo internacional.

Esta guerra mobilizou mais de 100 milhões de militares, e acarretou a morte de, aproximadamente, cinquenta e cinco milhões de pessoas (aproximadamente 2% da população mundial da época), a maior parte foram civis. É considerado o maior e mais sangrento conflito de toda a história da humanidade.

Segundo Seitenfus²⁴, após o início da guerra, a grande preocupação do governo brasileiro era manter a guerra longe das fronteiras nacionais. Restava ao Rio de Janeiro enfatizar a neutralidade e esperar que o “Espetáculo de ruínas e desgraças que atingem os povos em luta” fosse de curta duração.

No período inicial da Segunda Guerra Mundial, a situação do Brasil se mostrava completamente indefinida. Entre de que lado ficar, Aliados ou Eixo, sua posição inicial foi a neutralidade. Ao mesmo tempo em que Vargas contraía empréstimos com os Estados Unidos, comandava um governo próximo aos ditames experimentados pelo totalitarismo nazifascista e negociava “por de baixos dos panos” com a Alemanha. Dessa maneira, as autoridades norte-americanas viam com preocupação a possibilidade de o Brasil apoiar os nazistas cedendo pontos estratégicos que poderiam, por exemplo, garantir a vitória do Eixo no continente”²⁵.

Dessa maneira, Getúlio Vargas, presidente em exercício na época declarou que o Brasil entraria na guerra contra o Eixo, em agosto de 1942. Politicamente, o país buscava ampliar seu prestígio junto ao EUA e reforçar sua aliança política com os militares. No ano de 1943, foi organizada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), destacamento militar que lutaria na Segunda Guerra Mundial. Somente quase um ano depois as tropas começaram a ser enviadas.

No Brasil o cenário anterior à guerra é marcada pela campanha oficial de combate ao estrangeiro na cultura brasileira, dentro do projeto de nacionalização que o Varguismo (1930–1945) adotou. Uma das características dessa nacionalização obrigatória foi o recrutamento de descendentes de alemães para as nossas Forças Armadas, tidas como reduto das virtudes cívicas e patrióticas nacionais.

Era importante para os Aliados que o Brasil ficasse ao lado deles, em função da posição geográfica estratégica de nosso país e de seu vasto litoral. O Brasil também cedeu bases militares aéreas e navais para os aliados. A principal foi à base militar da cidade de Natal (Rio Grande do Norte) que serviu de local de abastecimento para os aviões dos Estados Unidos. “A importância geopolítica do Brasil era fator reconhecido nos Estados Unidos antes mesmo do início da Guerra na Europa.”²⁶

²⁴ SEITENFUS, 2003;

²⁵ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil vai a Guerra. O Processo do Desenvolvimento Brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Manole, 2003. p. 36;

²⁶ ALVES, Vagner Camilo; *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. p. 91;

Primeiramente, a preocupação norte-americana era basicamente defensiva. O perímetro de defesa nacional, na parte sul do hemisfério, abrangia toda a área ao norte da linha imaginária que cortava o norte do Brasil, no Atlântico, e prosseguia até as Ilhas Galápagos, no Oceano Pacífico.²⁷

“A Segunda Guerra Mundial teve como característica determinante o fato de que os países em conflito visavam pretensões ilimitadas. Em outras palavras, tinha como objetivo a submissão absoluta do adversário.”²⁸ A principal ação militar brasileira aconteceu na organização da campanha da Itália, onde os brasileiros foram para o combate ao lado das forças estadunidenses. Nesse breve período de tempo, 25.334 soldados brasileiros foram enviados para a Europa, com a perda de 443 homens. Vários estados brasileiros tiveram participação importante no período do conflito, entre eles o Rio Grande do Sul.

Em busca de um entendimento sobre os meios utilizados para o recrutamento de soldados do estado do Rio Grande do Sul para atuar na Segunda Guerra Mundial, o presente estudo de mestrado objetiva responder a seguinte questão: como ocorreu o processo de recrutamento militar, das Forças Armadas nacionais, no Rio Grande do Sul, no período da Segunda Guerra mundial (1940 – 45)? Buscar um entendimento a respeito da escolha de quem de fato representaria o Brasil em batalha em terras Italianas contra o Nazismo. Produzirá, portanto, conhecimento histórico e permitirá compreender melhor essa ação militar, pois a busca por conhecimento acadêmico tem aumentado muito nas últimas décadas.

As investigações históricas realizadas no Brasil por pesquisadores da chamada Nova História Militar têm sofrido um incremento considerável nas últimas décadas. No Brasil, a Nova História Militar vem estimulando historiadores/pesquisadores a refletirem sobre temas militares utilizando novas abordagens, contribuindo assim para a renovação da historiografia militar. No Brasil, poucos pesquisadores se detiveram a examinar aspectos da nova historiografia militar brasileira em um estado específico, como no caso desse trabalho, do estado do Rio Grande do Sul.

A Nova História Militar é uma abordagem mais atual dos acontecimentos militares do passado, apresentado e abordando a importância da participação de todos

²⁷ ALVES, 2002, p. 94;

²⁸ TOTTA, Pedro. *A Segunda Guerra Mundial - História das Guerras*; org Demétrio Magnoli; 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 357;

em um conflito, não apenas dos que ocupavam grandes cargos e patentes. Essa abordagem mostrar como de fato ocorre um conflito em vários segmentos, sendo eles: social, político e não apenas militar.

O processo proporcionado por esse “novo” modo de fazer história – que aumentou significativamente a interdisciplinaridade e diversificou a variedade de fontes disponíveis para o estudo dos mais diversos objetos – afetou a produção da história militar tanto nas instituições civis como nas militares. A nova história se beneficiou da produção historiográfica militar, principalmente nos países em que ela é produzida de maneira mais sistemática (caso, por exemplo, dos EUA), onde a qualidade das histórias oficiais é boa e elas podem servir de base para o trabalho de outros pesquisadores, principalmente como alvo dos estudos revisionistas, seus maiores beneficiários (embora o problema da dificuldade de acesso ao material, sob domínio e controle das instituições militares ainda persista).²⁹

Segundo, Arlindo Palassi Filho no artigo “História Militar: Novos Rumos da Produção Historiográfica no Brasil”³⁰, as investigações históricas realizadas no Brasil por pesquisadores da chamada Nova História Militar, dissertações, teses e artigos têm como tema a participação militar brasileira em vários conflitos até mesmo na Segunda Guerra Mundial, assunto da presente dissertação. O novo interesse sobre a historiografia militar brasileira foi iniciada e deve ser perquirida a fim de que fossem identificadas as suas principais características e contribuições à História, bem como fossem observadas as principais mudanças teóricas e metodológicas consequentes dessa nova produção historiográfica militar no Brasil.

Dessa forma, a Nova História Militar torna mais abastada e diversificada a escrita da História, mostrando se cada vez mais necessária para a compreensão da realidade, “se torna inviável pensar fenômenos sociais, como a guerra, sem o

²⁹ TOTTA, Pedro. *A Segunda Guerra Mundial - História das Guerras*; org Demétrio Magnoli; 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p 19;

³⁰ PALASSI FILHO, A. . *História Militar: Novos Rumos da Produção Historiográfica no Brasil*. História e-História , v. 1, p. 1-27, 2015.

estabelecimento prévio de estreitos vínculos com estruturas maiores, sujeitas a uma dinâmica específica e histórica, como a sociedade e a cultura”³¹.

Segundo Moraes³², até a década de 1990, a historiografia militar brasileira ficou restrita quase que exclusivamente à produção empreendida por historiadores militares, que por interesses profissionais valorizavam muito mais as campanhas e os feitos dos grandes generais do que a reconstrução da História da guerra real.

No entanto, grande parte das produções historiográficas militares não são obras que podem ser consideradas independentes, uma vez que estão ligadas à instituição por seu caráter oficial e, por isso mesmo, não seriam exemplo do que se poderia chamar de pensamento científico, que tem como um de seus pressupostos iniciais a objetividade. Porém, nem por isso essas obras podem ser desclassificadas como obras historiográficas.³³

Dessa forma, a História Militar brasileira deve contribuir para o acréscimo da compreensão acerca do processo histórico militar.

Na segunda metade do século XIX, a produção histórica em relação aos assuntos militares no Brasil foi composta fundamentalmente de trabalhos que misturavam memórias pessoais e a veia literária de seus autores, em geral os próprios militares, tendo como eixo o maior conflito armado de que o país participara até então: a Guerra do Paraguai³⁴.

Um dos assuntos abordados e estudados por esse novo campo de estudo é o recrutamento e o serviço militar obrigatório, para esse tema nos baseamos nos autores de várias obras com base em História Militar, pesquisadas por vários estudiosos, para

³¹ LOUREIRO, Marcello José Gomes (orgs.). *A Guerra e a formação dos Estados Nacionais Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010, p. 113.

³² MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *Esboço crítico da historiografia militar brasileira*. Revista Escritas. Araguaína, TO, v. 5, n. 1, 2013. Disponível em: <http://revista.uft.edu.br/index.php/escritas/article/view/1163/8053>;

³³ MARCUSO, Amanda Pinheiro. *A HISTÓRIA MILITAR: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural*. Revista História em Reflexão: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008. p. 2;

³⁴ MONTEIRO, Vitor José da Rocha. *Do “exército de sombras” ao “soldado-cidadão”: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista Nação Armada (1939-1947)*. Rio de Janeiro: s.n., 2010, p. 23.

esclarecer as justificativas das formas e meios que levaram aos elementos utilizados na seleção para o recrutamento dos soldados para a Segunda Guerra Mundial.

Olavo Bilac³⁵ chama a atenção para o seguinte discurso utilizado no serviço militar obrigatório “serviço militar se tornaria um elemento constitutivo de aplanamento das classes, ou seja, abarcava todos os jovens em igualdade de condições de serem sorteados. O serviço militar seria, portanto, o locus onde a educação cívica é obrigatória, é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória”. Afirmava também “a coragem cívica, que é a salvaguarda da coletividade, a manutenção e a grandeza da pátria”. Ainda de acordo com Bilac³⁶, a passagem pelas fileiras do Exército, instituição que encarnava este espírito de “regeneração” como nenhuma outra, através do serviço militar obrigatório, seria fundamental para tanto.

O esforço discursivo de Bilac em 1915 e 1916, quando o assunto do recrutamento militar era destaque no debate nacionalista que aumentava em decorrência da Primeira Guerra Mundial, foi crucial para a concretização, a partir de 1916, da Lei do Serviço Militar Obrigatório, aprovada desde 1908. Usava a seguinte frase “seja a nação o exército e o exército seja a nação”³⁷. A atuação de Bilac esteve associada à criação e ao desempenho da Liga de Defesa Nacional.

Há trabalhos tratando de Recrutamento no Brasil em outros conflitos³⁸, já o trabalho: “Exército das sombras ao soldado-cidadão: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista Nação Armada (1939 – 1947) de Vitor José da Rocha Monteiro, trata o assunto a partir de textos publicados na Revista Nação Armada, revista civil-militar consagrada à segurança nacional, editada, com periodicidade mensal, entre novembro de 1939 e março de 1947, trabalha de maneira específica com o tema.

³⁵ BILAC, O. *A Liga da Defesa Nacional. A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965

³⁶ BILAC, O. *A Liga da Defesa Nacional. A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965.

³⁷ BILAC, O. *Ao Exército Nacional. A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965.

³⁸ Como: O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos de José Iran Ribeiro; “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia de Hendrik Kraay; “Essa guerra desgraçada: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825 – 1828)” de Marcos Vinícius Luft; “Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a marinha de guerra imperial (1822 – 1870) de Edna Fernandes Antunes; “Marinheiros em Revolta: recrutamento e disciplina na marinha de Guerra (1880 – 1910)” de Álvaro Pereira do Nascimento; “Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial” de Luciana Ibarra dos Santos;

Francisco de Paula Cidade, fundador da Revista A Defesa Nacional, sintetiza: “a História Militar brasileira, como nos demais países, ficou restrita, em larga medida, aos quartéis. O paradigma tradicional de pensamento rígido de método cartesiano e de teoria centrada no político e nos personagens de Estado sublinha esta concepção de História”³⁹.

A dissertação de Mestrado está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda as relações internas e externas realizadas pelo Brasil na época da Segunda Guerra. Relações políticas e econômicas exercidas principalmente com a Alemanha, os Estados Unidos e a Itália. Buscando e apontado como essas relações aconteciam, e por quando tempo se mantiveram durante o conflito, pois o Brasil participou da Guerra em oposição ao Eixo. Enfatizando como essas relações, influenciaram na formação de um exercito aparentemente perfeito, desde a compra de arsenal de guerra até o recrutamento.

O segundo tem como foco relacionar a implantação do Estado Novo, com a organização do Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a posição do Rio Grande do Sul nesse novo contexto nacional.

E no terceiro e último capítulo, procuramos abordar como ocorreu o recrutamento dos soldados brasileiros para representar o Brasil em solo Europeu. Abordando os critérios para a seleção e as características que o soldado deveria apresentar para ser recrutado.

Para cada tipologia (documentos oficiais, cartas, ordens de serviço, atestados médicos, etc.) de fontes foi utilizada uma metodologia apropriada para a interpretação. A proposta é realizar um cruzamento entre as fontes, detectando possíveis elos e convergências entre elas.

³⁹ CIDADE, Francisco de Paula. Síntese de Três Séculos de Literatura Militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 23;

CAPITULO I

BRASIL: AS RELAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS 1930 – 1945

A história do Brasil iniciou com a chegada da Família Real Portuguesa a colônia em 1808 e assim nasceu economia brasileira associada e dependente da inglesa. Esta situação não se modificou até o início do século XX, quando a esfera de influência internacional passou da Inglaterra para os Estados Unidos da América.

A fase da história do século XX que vai do final da Primeira Guerra Mundial até o início da Segunda Guerra Mundial, ou seja, entre 1918 a 1939, foi uma época marcada por vários acontecimentos de importância que contribuíram para delinear a geopolítica internacional nas décadas seguintes, e também as relações entre os países do mundo todo. A Segunda Guerra Mundial foi, em grande parte, uma repetição da Primeira.⁴⁰ Houve diferenças óbvias. A Segunda Guerra Mundial foi à experiência histórica mais próxima do que podemos rotular como um conflito militar total e global.

A situação de guerra mundial é especial. Ela não pode ser tratada, num trabalho sobre política exterior de qualquer Estado, da mesma maneira que se trata o nível sistêmico nos períodos de paz. Os parâmetros mudam. Se a assimetria de capacidades entre os Estados é importante fator de relações internacionais em tempos de paz, na guerra este fator aumenta deveras sua importância. As grandes potências, a despeito de considerações ideológicas, coagem países mais fracos para suas esferas de poder. (...) Não trazer um Estado periférico para sua aliança significa perda de recursos dos mais variados para a guerra (humanos, minerais, agrícolas, estratégicos) e, mais grave, em vista da dinâmica da guerra global, estes podem, num futuro próximo, ser aproveitados pela coalizão inimiga.⁴¹

O presente capítulo tem como objetivo mostrar a evolução das relações internas e externas brasileiras anteriores aos anos 30, mas principalmente no período

⁴⁰ TAYLOR, A. J. P. *A Segunda Guerra Mundial: como as guerras começam*. SÃO PAULO – SP, Zahar Editores; 1977; p. 38.

⁴¹ TAYLOR, 1977, p.38.

que antecede e durante a Segunda Guerra. Esse capítulo serve como base para os capítulos posteriores. De caráter introdutório, com um raciocínio mais esquemático, ele insere o leitor no contexto histórico das relações brasileiras externas e internas.

O Brasil ficou independente em 1822, se libertou da dependência de Portugal e passou a depender da Inglaterra em termos econômicos, essa dependência durou ao longo do século XIX. Em meados de 1880 novos concorrentes, principalmente estadunidenses, alemães e franceses, passaram a chegar.⁴²

Em 1917, o Brasil suspendeu as relações com a Alemanha e declarou guerra ao Império Alemão durante o governo de Venceslau Brás. Gradativamente os Estados Unidos foi assumindo o campo econômico mundial. Antes da crise de 1929, os Estados Unidos era um aliado econômico brasileiro. Cada vez mais o Brasil se afastava da Inglaterra e se aproximava dos americanos.

A crise econômica mundial de 1929 mostrou bem que o Brasil não mais poderia continuar a depender inteiramente do estrangeiro para o suprimento de bens industriais. Foi reconhecida a necessidade de uma política de substituição das importações, a fim de garantir maior autonomia em relação ao exterior. Esboçou-se na realização de uma política de industrialização (...).⁴³

Enquanto os americanos viviam a chamada “ilusão de prosperidade”, a Alemanha tentava se recuperar da crise e de todos os problemas trazidos com o fim da Primeira Guerra.

É bem verdade que os acordos econômicos oferecidos pela Alemanha não gravavam divisas e estimulavam uma nova dependência: quanto mais se vendia à Alemanha, mais se era obrigado a comprar dela. Por outro lado, o sistema trazia, sim, vantagens devido ao fato de que estes países não possuíam moeda forte suficiente para financiar o pagamento imediato de importações, o que era uma condição dos tratados de livre comércio. Assim, a parte excedente de sua produção era vendida a compradores externos e certos produtos eram obtidos com as receitas.⁴⁴

⁴² FAUSTO, Boris. *A história do Brasil*. 2º ed. São Paulo; Editora da USP; 1995; p. 275.

⁴³ SEITENFUS, 2003, p. 4;

⁴⁴ MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil (1939-1950): mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*; RIO DE JANEIRO, 2012, p. 37 - 38

A Crise de 1929, foi uma grande crise econômica sofrida pelos Estados Unidos, que teve início em 1929 e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. O grande Crack da Bolsa é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Com a crise de 1929, os Estados Unidos se fechou economicamente, a economia de grande parte do mundo ficou abalada, inclusive a do Brasil. Esse acontecimento foi um dos motivos que fez o Brasil voltar a se aproximar da economia alemã⁴⁵.

A partir dos anos 1934-35, a política comercial brasileira abandonou suas aspirações liberais e igualitária para tornar-se pragmática. Essa nova maneira de conceber as relações comerciais internacionais desempenhou, desse momento em diante, um papel importante na política externa global do Itamaraty. A Alemanha, com seu dirigismo comercial, depois de 1934, não deixou de tirar proveito da nova orientação brasileira.⁴⁶

A ascensão do nazismo com a chegada de Hitler ao poder na Alemanha foi vista pelos brasileiros como um fato europeu, que não influenciaria diretamente a nossa política externa. Segundo Seitenfus (2003)⁴⁷, as iniciativas do governo alemão nesse período acabam por promover uma aproximação dos dois países. Em 1935, essas interações surpreendentemente se estreitam a um ponto que as relações comerciais, políticas, diplomáticas e militares germano-brasileiras começam a preocupar os Estados Unidos. A aproximação Brasil-Alemanha se dá principalmente através dos planos de incremento das trocas comerciais, da luta anticomunista e da influência exercida do nazismo no sul do Brasil.

"Essa barganha visava redefinir os laços de dependência face aos EUA, de forma a obter apoio ao desenvolvimento industrial brasileiro. A falta de uma resposta positiva por parte dos Estados Unidos convenceu lideranças brasileiras da época da necessidade de ampliar os vínculos internacionais do Brasil. Fazia-se necessário atuar num plano mundial, escapando à dependência hemisférica frente aos EUA, não obstante isso permitisse ampliar a própria barganha com esse país. Embora esse processo começasse a emergir desde o segundo Governo Vargas, foi com a Política Externa Independente de Jânio

⁴⁵ FAUSTO, 1995; p. 340;

⁴⁶ SEITENFUS, 2003, p. 6;

⁴⁷ SEITENFUS, 2003, p. 8;

Quadros e João Goulart, entre 1961 e 1964, que ela se configurou de forma explícita em nossa agenda diplomática."⁴⁸

Com a consolidação do regime nazista na Alemanha restabeleceu uma presença no cenário mundial e durante o Estado Novo, o Brasil mantinha relações com os Estados Unidos e com a Alemanha. Veja o quadro abaixo:

TABELA I – Comércio brasileiro com os EUA e a Alemanha (1933 – 1938)

Ano	Importação de:		Exportação de:	
	EUA	Alemanha	EUA	Alemanha
1933	21,2	12,0	46,7	8,1
1934	23,7	14,0	39,5	13,2
1935	23,4	20,4	38,9	16,5
1936	22,1	23,5	38,9	13,2
1938	23,0	23,9	36,2	17,1
1939	24,2	25,0	34,3	19,1

FONTE: Statistiques du Commerce International, Genebra, 1934-1939.⁴⁹

A busca por novos mercados, principalmente a produção de algodão em alta no país, criaram o ambiente favorável à aproximação comercial Brasil-Alemanha. O Brasil também tinha grandes anseios pela industrialização, a partir de investimentos financeiros e tecnológicos em troca de matérias prima.

De acordo com Seitenfus⁵⁰, até 1934 a Alemanha estava focada em comprar apenas o café brasileiro, porém, a partir de 1935, o governo alemão percebeu a importância de se explorar as relações comerciais com o Brasil a partir de uma colaboração com o desenvolvimento do país, entendendo que assim poderiam obter todas as matérias-primas que necessitavam.

Apesar dos Estados Unidos ocuparem uma posição considerável no comércio com o Brasil, a Alemanha estava começando a melhorar sua posição. Além disso, o Estado Novo era muito semelhante aos regimes totalitários europeus. A preocupação de Washington se acentua diante da situação quando, ao final de 1934, os EUA percebem

⁴⁸ VIZENTINI, 1999, p. 136;

⁴⁹ SEITENFUS, Ricardo, p. 23;

⁵⁰ SEITENFUS, 2003;

que a Alemanha está prestes a superar a posição norte-americana no comércio-exterior brasileiro.

É realmente interessante perceber que os Estados Unidos tinham um papel de relevante destaque no comércio exterior brasileiro, principalmente como exportador, e no ano de 1936 a Alemanha o ultrapassa, fazendo jus às afinidades germano-brasileiras.

O efeito destas divisões e do papel desempenhado por Vargas no processo durante os anos trinta era uma estratégia para explorar as melhores oportunidades criadas pela concorrência entre Estados Unidos e Alemanha por influência no Brasil.

Mas do ponto de vista da influência política e econômica, a Grã-Bretanha defendia sua posição, enquanto Estados Unidos e Alemanha eram relevantes na medida em que o crescimento de seu sistema de poder os colocava em posições antagônicas perante as nações latino-americanas. Os alemães enfatizavam o autoritarismo antiparlamentar, o protecionismo econômico e o nacionalismo militar, enquanto os estadunidenses enfatizavam a democracia liberal e o internacionalismo de livre comércio. A América Latina era não só palco de uma guerra comercial, mas também de disputa política e ideológica, justamente quando formas autoritárias de governo e o nacionalismo econômico estavam florescendo na parte sul do continente.⁵¹

Em geral, a melhor maneira de descrever a política externa do Brasil na década de 1930 é como uma oscilação entre uma grande potência e a outra em termos comerciais, políticos e militares. Esta política de equilíbrio entre a Alemanha e os Estados Unidos produziu uma série de benefícios comerciais.

Além de relações econômicas e sociais, esses países também mantiveram relações militares. Essas relações podem ser notadas no processo de formação, armamento e treinamento da FEB, utilizadas durante esse período de preparação e de combate nos campos da Itália.

No final dos anos 30 o Ministério da Guerra encontrava enormes obstáculos geográficas e de infraestrutura que o impediam de possuir um maior controle sobre suas unidades militares espalhadas pelo amplo território brasileiro. As dificuldades de transporte e comunicação existentes dificultavam que existisse uma relação precisa

⁵¹ MOURA; 2012, p. 36.

sobre a quantidade e estado dos equipamentos militares, as origens desses equipamentos eram diferentes o que tornava a manutenção difícil, por isso precisávamos criar relações que tornasse possível o melhoramento do nosso exército.

1.1 RELAÇÕES EXTERIORES BRASILEIRAS - ALEMANHÃ E ESTADOS UNIDOS (1930 – 1945)

O recuo da presença inglesa, desde a Primeira Guerra, propiciou o confronto dos novos sistemas de poder, expressos na polarização Alemanha-EUA. Primeiro a exitosa política comercial brasileira dos anos imediatamente antecedentes ao início da guerra na Europa, mantendo relações com ambos os lados, e os ganhos da política exterior brasileira nos quase três anos seguintes, se posicionando ao lado dos futuros vencedores do conflito.

Durante as primeiras décadas do século XX, o Brasil apresentou um crescimento expressivo de sua atividade industrial. Ele foi fruto principalmente da necessidade de substituir as importações, durante e logo após a Primeira Guerra Mundial, e devido, também, à crise econômica que atingiu todo o sistema produtivo mundial a partir de 1929. A indústria desenvolvida, no entanto, foi primordialmente a de bens de consumo, voltada para o suprimento do pequeno mercado interno do país.⁵²

Nos dez anos posteriores a crise de 1929 se bagunçou a ordem internacional estabelecido em Versalles (cidade onde foi assinado o Tratado que deu fim a Primeira Guerra, foi o acordo de paz assinado entre Alemanha e as potências aliadas vencedoras). Surgiram tendências nacionalistas e expansionistas, os Estados procederam ao rearmamento. Apareceu um nacionalismo agressivo que exigia corrigir injustiças por médio de reajustes territoriais.

Os planos alemães para com a América Latina (especialmente o Brasil) eram principalmente de natureza comercial. A Alemanha buscava novos clientes

⁵² ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – A História de um envolvimento forçado*. São Paulo-SP, 2002. p. 54.

avidamente para melhorar suas condições econômicas internas. Suas importações consistiam principalmente de alimentos e matérias-primas industriais, ao passo que suas exportações se compunham em grande medida por bens industrializados. Ela detinha moeda estrangeira em quantias insuficientes para operar nos mercados internacionais com base no livre comércio.⁵³

Um dos países mais atingidos pela crise de 29, foi a Alemanha, podemos verificar essa afirmação no quadro, abaixo;

TABELA II: Efeitos da Crise de 1929 sobre a Alemanha

	1929	1930	1931	1932	1933
Falências (em milhões de marcos)	18.2	22.7	27.9	20.3	9.5
Desemprego (milhões de trabalhadores)	2.850	3.218	4.887	6.042	6.014

Fonte: KINDER, H. & HILGEMANN - Atlas Mundial Histórico, vol. II, pág. 202.

Segundo Seitenfus, em seu livro “O Brasil vai a Guerra”, a busca de novos mercados e a diversidade da produção brasileira, com o aumento sensível das exportações de algodão, preparam um terreno favorável à expansão comercial germano-brasileira. Com Hitler no poder as relações entre Brasil e Alemanha crescem significativamente.

Outra extensão da presença alemã na América Latina era sua tentativa de exercer influência política e ideológica. Ainda segundo Seitenfus, o nazismo entrou em ação no Brasil antes mesmo da chegada de Hitler ao poder. Desde 1929, sob liderança dos novos imigrantes austríacos e alemães, surgem os primeiros núcleos hitlerista, com a finalidade de propagar a ideia nacional-socialista na colônia Alemã. O projeto alemão não faz menção à questão dos brasileiros de origem alemã, pois Berlin pretende deixá-la em suspenso. Com efeito, a legislação alemã e, sobretudo a do III Reich pretende preservar os vínculos que ainda unem os imigrantes alemães à pátria de origem.

⁵³ MOURA, 2012; p. 37

Em curto prazo, entretanto, o país necessitava desesperadamente do mercado internacional para vender seus produtos manufaturados e, principalmente, comprar matérias-primas. De um total de 25 matérias-primas tidas como essenciais a uma moderna nação industrial, a Alemanha era autossuficiente em apenas 4.⁵⁴

Sendo assim, criou-se em setembro de 1934 o Neuen Plan⁵⁵, buscando assim unir as importações alemãs a uma elevação das exportações. Para que isso acontecesse, foi elaborado um conjunto de diretrizes e modalidades de comércio compensado e de reciprocidade. Este sistema não envolvia dinheiro, mas sim valores atribuídos aos produtos negociados, onde cada uma das partes se comprometia a importar um valor “X” de determinado produto em troca da exportação do mesmo valor de outros produtos.

Em 1934, uma comissão alemã veio à América do Sul especialmente para fomentar relações comerciais com os países da região. O Brasil destacou-se como um excelente parceiro. Em fins desse ano foi acertado um acordo entre os dois países, e a partir de então Brasil e Alemanha travarão pesado comércio, feito na base dos marcos de compensação. No final de 1935, o Brasil substituiu a Argentina como principal parceiro comercial do Reich na América Latina.⁵⁶

Uma melhor compreensão das relações entre Brasil e Alemanha na situação que se desdobra de 1937 a 1945 abarca uma análise das questões e dificuldades internas que comprometiam cada um dos países e que influenciavam suas políticas externas.

Em termos de política interna, o Brasil estava sob um governo ditatorial, centrado na figura de Getúlio Vargas. No plano externo, como os demais países capitalistas, procurava superar as dificuldades financeiras geradas pela Crise de 1929. A busca de formas para suplantar a crise levou a políticas protecionistas, de forma a proteger a saída de capitais, e a uma exasperada disputa por mercados consumidores, através da busca de novos acordos comerciais.

⁵⁴ ALVES, 2002. p. 49.

⁵⁵ O Neuen Plan foi um Plano Econômico implantado em 1934, pela Alemanha para solucionar problemas de importação de mercadorias (MENEZEZ, Alemanha e Brasil: o comércio de compensação nos anos 39. p. 194);

⁵⁶ ALVES, 2002. p. 57.

Finalmente, é importante salientar outro elemento duradouro da política internacional do Brasil. Trata-se da tendência em posicionar-se como rival dos Estados hispano-americanos. A política hegemônica em relação aos vizinhos, a ambição à posição de liderança regional, o temor a determinadas configurações sociais reformistas do Republicanismo e do jacobinismo hispano-americanos e a oposição às tendências integradoras do panamericanismo de orientação bolívarista fizeram, muitas vezes, o Brasil associar-se às grandes potências contra os países latino-americanos. Assim, o Brasil será considerado, e considerará a si próprio, como um "país diferente" do restante da América Latina.⁵⁷

A Alemanha, por conta da crise, reformulou sua política comercial, passando a adotar práticas comerciais e acordos com soluções para suas questões comerciais. Suas medidas entraram em confronto com o sistema liberal defendido pelos Estados Unidos. A experiência parlamentarista e democrática do entre guerras não conseguiu superar as dificuldades internas, o que possibilitou o desenvolvimento de um nacionalismo revanchista de grande porte.

Após 1930 e durante o governo provisório, as relações entre os governos brasileiro e alemão mantiveram-se sem grandes alterações. A política interna brasileira, naquele momento, era o ponto de maior preocupação. As consequências da crise da economia capitalista que "estourou" em 1929 e atingiram a economia cafeeira, tendo o café perdido em muito seu valor no mercado internacional. As exportações brasileiras caíram. Sendo assim, o governo brasileiro empenhou-se na busca de novos mercados consumidores para o café brasileiro, na tentativa de impulsionar a economia. A partir de 1934, uma nova direção foi cunhada à diplomacia brasileira, rompendo-se a política tradicional e inaugurando de "uma intensa atividade triangular entre o Brasil, o futuro Eixo e os Estados Unidos".⁵⁸

As relações Brasil-Alemanha ganharam um aspecto de complemento, estimulando o comércio entre as duas nações. Em 1936 os dois países assinaram um acordo comercial, onde o Brasil reconheceu o sistema de quotas e aceitou o subsídio às exportações alemãs, formalizando um comércio bilateral que se ampliava.

⁵⁷ VIZINTINI, Ensaio FEE, Porto Alegre, v20, n.1, p 134-154,1999, p. 141;

⁵⁸ SEITENFUS, Ricardo. *O difícil aprendizado do nacionalismo. As relações brasileiras com a Itália e Alemanha, 1930-1942.* in: Revolução de 30- Seminário. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, p. 627

O Brasil era também dependente do mercado internacional para seu suprimento de fontes energéticas imprescindíveis ao desenvolvimento na era industrial, das quais o país carecia, como o petróleo e o carvão mineral, bem como de bens de capital e de consumo mais elaborados (produtos químicos, veículos automotores, máquinas operatrizes). Dentre estes, encontravam-se produtos de vital importância para a manutenção da soberania nacional num tempo de crescente antagonismo e uso aberto da violência pelos Estados em suas relações, os quais o país não tinha condições tecnológicas de produzir, como material bélico pesado.⁵⁹

A economia dos dois países complementava-se à medida que as indústrias e o próprio desenvolvimento econômico alemão precisavam de matérias-primas. O Brasil, por sua parte, procurava escoar seus excedentes de produção e tinha grande interesse nos materiais bélicos alemães. É conveniente destacar a grande diferença de potencial econômico entre os dois países, revelando-nos um componente de dominação em todas as conversações realizadas, apesar dos meios diplomáticos garantirem um caráter pacífico às negociações.

No final da década de 1930 o Ministério da Guerra encontrava enormes barreiras geográficas e de infraestrutura que o impediam um maior controle com suas unidades espalhadas pelo território brasileiro. As dificuldades de transporte e comunicação existentes na época dificultavam, por exemplo, que houvesse um inventariado sobre a quantidade e estado de manutenção dos equipamentos militares.

A situação de atraso e despreparo do Exército Brasileiro eram marcantes. O Brasil não fabricava material bélico nem mesmo para suprir as necessidades de munição da força terrestre local, o que tornava os estoques de munição insuficientes e precários. Porém, muito além da falta de equipamento, a falta de treinamento do efetivo era notável. Ainda eram adotadas manobras de combate oriundas da “Missão Militar Francesa”, de 1919.

Em fins de 1936 foram feitos contatos com a empresa alemã Krupp para aquisição de peças de artilharia, tanto para defesa costeira como para a guerra antiaérea. O pagamento seria realizado com a entrega, pelo Brasil, de café, algodão, cacau, fumo, borracha e outros produtos, onde Berlim salientava especialmente seu desejo por algodão.⁶⁰

⁵⁹ ALVES, 2002. p. 55.

⁶⁰ ALVES, 2002. p. 59.

Além do algodão o governo de Berlim também importava do Brasil couros, cacau, carnes, borracha, arroz, tabaco e outros tipos de gêneros alimentícios e matérias-primas. Devido às exportações, chegava ao Brasil moedas estrangeiras as quais o país tanto necessitava.

Quanto a adquirir material bélico, mais uma vez mostrou-se mais fácil negociar com a Alemanha do que com os Estados Unidos. A explicação é simples: enquanto o governo americano se preocupava em reequipar as suas forças armadas com o que havia de mais moderno na indústria local, o governo alemão precisava colocar suas indústrias para trabalhar em ritmo de guerra. Além disso, os americanos se aprontavam para vender “ferro-velho” para o Brasil, uma vez que o material ofertado era defasado e estava sendo retirado de serviço⁶¹, negando-se a negociar qualquer armamento moderno, enquanto o material alemão era novo, vindo direto da fábrica e composto por aquilo que havia de mais moderno na poderosa indústria bélica alemã.

Criou-se então um plano de reaparelhamento das Forças Armadas, a liberação dos valores para a compra de material foi feita em novembro de 1936. Com isso, o Brasil adquiriu modernas peças de artilharia de campanha e antiaérea de empresas alemãs.

Por mais necessário que fosse ao Exército, o reaparelhamento da Força com base nos acordos com a Alemanha teve de ser cancelado. Tendo em vista o início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, o material que ainda se encontrava nas fábricas foi requisitado pelo governo alemão. Os equipamentos adquiridos pelo Brasil, que se encontrava em depósitos, foram incorporados às forças alemãs, ficando sua reposição para quando a guerra acabasse. O que nunca aconteceu.

As relações comerciais entre Brasil e Alemanha, porém, na perspectiva do Brasil, tinham seus limites. Em seu aspecto positivo, porém, essas relações propiciaram ao país, em uma determinada conjuntura, a realização da meta desenvolvimentista do Governo de Getúlio Vargas, buscando aproveitar o momento por que passava o sistema internacional.

Comercializar com a Alemanha era muito mais seguro, estável e vantajoso para o Brasil do que o comércio com os americanos. Os Estados Unidos eram praticamente autossuficientes em gêneros agrícolas e minerais.

⁶¹ ALVES, 2002. p. 70.

Na realidade, as relações com a Alemanha nazista eram tremendamente benéficas aos brasileiros. Os dois países estavam separados por milhares de quilômetros de distância, tendo um oceano inteiro entre eles. O Brasil estava imune a qualquer ameaça militar alemã mais grave, artifício costumeiramente utilizados, pelo país, em suas relações com países periféricos próximos. Ao mesmo tempo, à Alemanha interessava sobre maneira manter forte vínculos com o Brasil, que lhe oferecia matérias-primas de capital importante.⁶²

A influência alemã no país era sentida não só nos acordos diplomáticos e comerciais, quanto na presença germânica no próprio país, tanto com relação aos nascidos na Europa, quanto de seus descendentes, orgulhosos de uma ascendência germânica, responsáveis pela existência de uma imprensa destinada aos imigrantes (em língua alemã) e em uma estrutura escolar que, até 1938, não estava sujeita aos entraves da legislação brasileira. Eram ações consideradas por eles de caráter apolítico, e assim eram entendidas por todos, até que o nacionalismo mudou esse contexto.

Em 1938 a Alemanha iniciou uma política de conquista e reordenação territorial na Europa. Em março, a Áustria foi anexada pelo Reich, sem resistência e com pouquíssima repercussão entre as principais potências europeias. Em setembro /outubro, causando problemas internacionais muito maiores, a Alemanha iniciou o desmanche da Tchecoslováquia, arrancando do país a região dos sudetos, tida como majoritariamente povoada por populações de origem germânica. Este fator foi de suma importância para a tolerância e beneplácito com que os britânicos e franceses aceitaram esta violência contra um pequeno e frágil país da Europa central.⁶³

A aproximação e as negociações com a Alemanha, associadas aos efeitos da imigração no sul do país, traziam preocupações a certos setores da política nacional, amedrontados com as represálias norte-americanas e do perigo que isto poderia significar em termos de integridade nacional. Neste sentido, foram promulgados

⁶² ALVES, 2002. p. 68.

⁶³ ALVES, 2002. p. 63.

decretos-lei visando integrar as colônias do sul, aplicados de forma enérgica nas regiões de imigração alemã, provocando uma crise nas relações Brasil-Alemanha.

No ano de 1939, a política externa brasileira sofreu uma importante mudança: a nomeação de Oswaldo Aranha, para ministro das Relações Exteriores. Neste período, o governo brasileiro, colocou-se em posição de neutralidade à medida em que as tensões entre Alemanha e Estados Unidos aumentavam. Após esta decisão, a ajuda norte-americana intensificou-se, através de um auxílio militar, econômica e financeiro. Escolas de aviação do Exército dos EUA passaram a treinar grande número de pilotos brasileiros.

Em uma tentativa de reaproximação germano-brasileira, Vargas e Prüfer (embaixador) aconteciam em segredo.

Duas razões fundamentais levam a diplomacia alemã a tentar uma aproximação com o Brasil, durante os meses de junho e julho de 1940. De um lado, a excelente impressão suscitada na Alemanha pelos discursos de Getúlio Vargas, e, de outro, a percepção cada vez mais evidente dos diplomatas a serviço no Rio de Janeiro de que existia a “retomada de uma ofensiva econômica intensa da América (no Brasil) dirigida contra a Alemanha”⁶⁴.

Foram feitos empréstimos para equipamentos militares, para a estabilização da moeda, além de ajuda técnica e de crédito para a construção de uma usina siderúrgica. Essa aproximação ficou consagrada com o encontro dos dois presidentes na cidade de Natal, onde Vargas e Roosevelt discutiram os problemas da guerra e os esforços bélicos Brasil-Estados Unidos.

Entre 1936 a 1937 e 1939 a 1941, uma mudança se conferiria atinente às relações com a Alemanha, tendo a eclosão da guerra como ponto de virada.

A penetração da indústria alemã no Brasil e as exportações brasileiras para a Alemanha, desde cedo, desencadearam a preocupação norte-americana.

(...) os Estados Unidos prosseguiu sua política de fazer “vista grossa” ao comércio protegido que o Brasil empreendia com a Alemanha. Visando objetivos de longo prazo, os norte-americanos suportavam as perdas comerciais provocadas pelo comércio compensado

⁶⁴ SEITENFUS, 2002; p. 226.

Brasil-Alemanha, com vistas à manipulação das boas relações políticas com o Brasil, pino-mestre para a consagração da hegemonia norte americana sobre o hemisfério (...).⁶⁵

Alves ainda acrescenta:

Na verdade, as perdas comerciais não eram tão grandes assim. A maior parte dos produtos brasileiros exportados para a Alemanha eram excedentes que o mercado norte-americano não tinha capacidade de consumir. Em termos de importações brasileiras, grande parcelas dos produtos industrializados que a Alemanha vendia para o Brasil não eram competidores dos norte-americanos. Destaque para o material bélico, que os EUA não tinham condições de fornecer ao Brasil, já que estavam iniciando seu esforço de rearmamento (...).⁶⁶

Muito embora ocorra uma maior aproximação do Brasil com a Alemanha, o país não deixou de manter estreitos laços comerciais com os EUA. Para os americanos o comércio com o Brasil era muito mais um assunto de caráter político-estratégico do que uma necessidade.

Segundo Gerson Moura, a influência exercida pelo governo militar alemão sobre as forças armadas da América Latina, principalmente no Brasil não deve ser subestimada. No caso brasileiro, era notória a admiração por parte de integrantes da cúpula militar e boa parte da tropa, pela eficiência da máquina de guerra alemã. Este conjunto de atividades militares, culturais, políticas e econômicas alemãs na América Latina inquietaram as autoridades estadunidenses. Estas, em meados da década de 1930, começaram uma série de iniciativas para reduzir ou eliminar sua influência.

Em relação aos Estados Unidos, o Brasil têm muito em comum e formaram diferentes parcerias no passado.

A partir do final da guerra de 1914, os Estados Unidos haviam projetado seu potencial econômico sobre o mundo, assumindo um papel de potência em ascensão. Por outro lado, a Alemanha, consolidada como um Estado nacional-socialista desde 1934, reocupou o espaço de potência continental, apta e disposta a conquistar novos espaços

⁶⁵ ALVES, 2002. p. 69

⁶⁶ ALVES, 2002. p. 70.

econômicos para além de suas fronteiras, uma das faces de sua política imperialista. “Na América Latina o interregno de 1919-1939 se caracterizou por um declínio na influência britânica e um crescimento na influência alemã e estadunidense”⁶⁷.

As relações políticas e diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos têm mudado ao longo do tempo. Em alguns momentos, ambos os governos estiveram próximos e, em outros, a relação foi marcada por tentativas recíprocas de contraposição.

Nos anos 1930, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos eram limitadas, apesar de o exército norte-americano estar mais envolvido com o exército brasileiro do que com qualquer outro exército latino-americano.

Conhecida como a política da “Boa Vizinhança”, a ação política do presidente Roosevelt dirigida ao restante do continente envolvia vários tipos de iniciativa, mas faltava-lhe um padrão definido e coerente. Era apresentada como uma política baseada nos seguintes novos pressupostos: os Estados Unidos poderiam abandonar sua política de interferência e, principalmente, de intervenção militar; a igualdade jurídica de todas as nações americanas poderia ser reconhecida na prática além de na teoria; havia a necessidade de consultas interamericanas sempre que problemas no interior de uma república ameaçassem se tornar fonte de perigo para as outras; precisava-se chegar a um acordo para cooperar de todas as maneiras praticáveis, de modo a fazer avançar o bem-estar dos povos das Américas.⁶⁸

As relações militares entre Brasil e Estados Unidos são outra área com muito potencial para o fortalecimento das relações entre os dois países. As relações históricas entre as forças armadas brasileiras e norte-americanas apresentam um profundo senso de afinidade e camaradagem coletiva, que transcendem as diferenças políticas entre os dois governos. Nos campos de batalha, nos céus da Itália e nos mares do Atlântico Sul durante a Segunda Guerra, brasileiros e norte-americanos lutaram e morreram como aliados contra um inimigo comum.

A principal preocupação econômica do governo dos Estados Unidos em suas relações com o Brasil no período que antecede a Segunda Guerra, não era de garantir que os produtos tivessem um mercado. Tratava-se de eliminar a influência alemã na economia brasileira e fornecer às indústrias de guerra matérias-primas.

⁶⁷ MOURA, 2002, p. 36.

⁶⁸ MOURA, 2002, p. 39.

Seitenfus argumenta sobre as duas linhas de atuação da política externa brasileira para conseguir vantagens para o desenvolvimento do Brasil. Apresenta o papel relevante da diplomacia brasileira nos encontros pan-americanos ao longo da década de 30 e 40, no sentido de exercer uma política de mediação entre a América espanhola e os Estados Unidos e, conseqüentemente, de apoiar a política estadunidense de união continental para a defesa comum. Explicita, contudo, que o governo brasileiro exigia em contrapartida um tratamento diferenciado em relação às demais nações americanas, que deveria ir “muito além dos compromissos previstos pelas conferências pan-americanas e das intenções dos Estados Unidos”⁶⁹. E mostra de que forma ocorriam as relações do Brasil com a Alemanha, nesse período, que fez com que os estadunidenses acreditassem, pelo menos até 1942, que o país poderia alinhar-se com qualquer um dos lados.

Mas o autor conclui que a partir de 1938 a política externa brasileira segue princípios que a orientaram para um entendimento, visto como necessário, com os Estados Unidos.

Antes de março de 1938, a posição brasileira é bem menos explícita. A existência de vínculos econômicos, políticos, policiais e ideológicos com as potências do Eixo, até início de 1938, constitui uma ameaça para a democracia e para a solidariedade panamericana. A inflexão se origina no ingresso de Oswaldo Aranha no governo, à frente do Itamaraty, e na campanha nacionalista no sul.⁷⁰

Assim, o jogo duplo realizado por Vargas deveria ser compreendido como parte da tentativa brasileira de aumentar sua capacidade de negociação com os Estados Unidos. A constatação fundamental a que o autor chega a partir do conjunto de sua pesquisa é de que o Brasil não teve grande autonomia nas suas relações exteriores, de forma que não pôde “levantar a voz”⁷¹, sendo forçado a compor e sofrer, ao invés de fazer sua política externa.

Os generais nazistas contavam com uma rápida vitória sobre os soviéticos, pois nas fronteiras russas havia um exército de três milhões de soldados alemães preparados para a conquista. Inicialmente o exército soviético pouco pôde fazer para conter a

⁶⁹SEINTFUS, 2000, p.270;

⁷⁰SEINTFUS, 2000, p.324;

⁷¹ SEINTFUS, 2000, p. 327

invasão nazista. Porém, Hitler não contava com o grande número de soldados russos, nem avaliara a resistência das tropas soviéticas e da população. Os primeiros meses de êxito dos ataques alemães os levaram até os subúrbios de Moscou, mas no final de 1941, os alemães passaram a experimentar duras e decisivas derrotas.⁷²

A aliança inicialmente firmada entre o Brasil e os Estados Unidos durante a guerra foi mantida no período pós-guerra como uma relação próxima. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundada em 1948 tendo como modelo a Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos.

O pesquisador e historiador Dennison de Oliveira em seu livro “Aliança Brasil - Estados Unidos: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial”⁷³, baseado em pesquisas recentes. Ele aborda que mesmo décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial a aliança militar entre Brasil-EUA ainda desperta indagações e controvérsias. Dentre estas cabe citar o programa do Lend Lease⁷⁴, pelo qual o Brasil se beneficiou de vantajosos financiamentos para aquisições de bens de interesse militar nos Estados Unidos. Também permanece confusa a forma pela qual foram criadas aqui unidades militares inteiramente novas, dedicadas a manejar tanques e gases venenosos; as pressões pela americanização total do Exército Brasileiro; o treinamento e assessoria da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no Brasil e na Itália; as tentativas estadunidenses de se opor à desmobilização da FEB ao fim da guerra, entre outros. A pesquisa de Oliveira examina documentos inéditos, além de revelar fatos desconhecidos como as políticas não escritas para vedar acesso brasileiro a tecnologias militares estadunidenses.

O Brasil e Estados Unidos foram aliados no combate à Alemanha Nazista durante a Segunda Guerra Mundial. A união rendeu aos Estados Unidos ingresso ao território brasileiro, na forma de bases militares, bem como ao fornecimento de alimentos e matérias-primas do Brasil necessário às suas indústrias bélicas. Em barganha, o Brasil recebeu financiamento para aquisição de usinas, fábricas, armas, veículos e munições de origem estadunidense. Brasil e Estados Unidos realizaram ações militares conjuntas de terra, mar e ar. Ainda segundo o pesquisador Oliveira, para

⁷² SEINTFUS, 2000, p. 327

⁷³ OLIVEIRA, Dennison. *Aliança Brasil-EUA - Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba, 2015, p. 54;

⁷⁴ O Lend-Lease foi o programa em que os Estados Unidos forneceram por empréstimo, armar e suprimentos a Inglaterra (Reino Unido), a Rússia (União Soviética), China, França (livre), Brasil e outras nações aliadas entre 1941 e 1945. O programa foi assinado em 11 de março de 1941, um ano e meio após a eclosão da Segunda Guerra Mundial na Europa em setembro de 1939 e nove meses antes de os EUA entrarem na guerra em dezembro de 1941. Formalmente intitulado "Um Ato para promover ainda mais a Defesa dos Estados Unidos".

viabilizar essas ações foi primordial o papel exercido pelas comissões militares: a Joint Brazil United States Defense Commission – JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos – CCDBEU) com sede em Washington (EUA) e a Joint Brazil United States Military Commission – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos – CMCBEU) com sede no Rio de Janeiro (RJ).

De longe, o mais importante papel desempenhado por essas comissões foi a de agir como a principal agência executora do Lend Lease para o Brasil, tanto para compras civis quanto militares. Nesse sentido, nota-se uma clara proeminência do membro americano da comissão em Washington, o General Ord. A ele coube ser o decisor final da maior parte dos requerimentos que o Brasil fazia aos EUA sob o Lend Lease. Quando Ord não era o tomador de decisão mais importante, no mínimo atuava nos processos relativos a requerimentos brasileiros sob o Lend Lease como consultor técnico dos escalões superiores da administração do programa em Washington. É significativo que esse importante papel desempenhado por ele não tenha sido ainda examinado por nenhum pesquisador.⁷⁵

Apesar disso, a análise da documentação, pelo autor, relativa à ação da comissão no Rio de Janeiro revela uma história muito mais complexa, de negociações que poderiam assumir o sentido tanto de uma padronização completa do Exército Brasileiro sob doutrina e armamentos estadunidenses, quanto do fortalecimento do parque industrial e militar brasileiro, geralmente dedicado a fabricar armas e munições de origem europeia.

Em todas etapas do conjunto de todos processos relativos ao Lend Lease, o domínio estadunidense sobre as requisições brasileiras era total (...). Em mais de uma ocasião os gestores estadunidenses fraudaram deliberadamente o processo a fim de entregar aos brasileiros modelos de armas mais antigas e menos poderosas do que as que haviam sido originalmente encomendadas. Através do exame da documentação disponível foi possível estabelecer quando houve ou não reações brasileiras contra essas fraudes: Dutra foi enfático ao pedir pessoalmente a Marshall por tanques mais modernos do que os enviados ao Brasil, bem como

⁷⁵ OLIVEIRA, Dennison de. *Relações Internacionais Militares Brasil – EUA na Segunda Guerra Mundial: o caso das comissões militares conjuntas*. ANPH, 2015. Florianópolis – SC. p. 2;

fez saber aos gestores dos EUA seu desagrado com o recebimento de canhões de calibre inferior ao demandado.⁷⁶

Os militares estadunidenses em trabalho na comissão do Rio de Janeiro realizaram visitas e inspeções a instalações militar brasileira. A consequência dessas inspeções foram relatórios e sugestões de melhorias e pedidos de providências aos militares brasileiros responsáveis, em especial no que se referia ao emprego e manutenção de equipamentos recebidos. Nesse esforço os militares estadunidenses mantiveram amplo contato com suas contrapartes brasileiras, bem como moraram, visitaram, trabalharam e ensinaram em instalações militares nacionais. Isso lhes deu uma visão privilegiada e geralmente precisa das características culturais e institucionais das forças armadas brasileiras, bem como das suas deficiências materiais e institucionais. Foram preparados planos pelos militares dos EUA que apontavam a total transformação dessas unidades militares brasileiras segundo as doutrinas e normas estadunidenses, até mesmo atividades peculiares do Estado Maior do Exército Brasileiro, como por exemplo, o planejamento da mobilização industrial.

(...) o objetivo histórico dos EUA de vedar a penetração de fornecedores de armas, aeronaves e munições “estrangeiras” (isto é, não-estadunidenses) em todo hemisfério americano no pós-guerra. Cabia aos membros da comissão pressionar pela adoção por parte do Exército Brasileiro de normas, doutrinas, munições, armas e sistemas de armas exclusivamente de origem estadunidense. Nessa atividade eles colheram um sucesso apenas parcial. Embora a conversão para armas e sistemas de armas de origem estadunidense tenha sido praticamente total na Marinha e na FAB, no Exército Brasileiro ela não se deu assim, por motivos que demandam uma explicação.⁷⁷

Um dos aspectos mais debatido da aliança militar entre Brasil e Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial diz respeito ao envio de militares brasileiros para estudar em estabelecimentos de ensino nos EUA (dado desconhecido do número total de

⁷⁶ OLIVEIRA, Dennison de. *Relações Internacionais Militares Brasil – EUA na Segunda Guerra Mundial: o caso das comissões militares conjuntas*. ANPH, 2015. Florianópolis – SC, p. 5;

⁷⁷ OLIVEIRA, 2015. p. 6;

militares brasileiros que foram estudar em escolas e centros de treinamento). A seleção de militares brasileiros para envio aos EUA ocorreu de forma bastante descentralizada e para atender a uma diversidade de objetivos, existiu a urgência de se treinar os pilotos que iriam adimplir patrulhas e também treinar os soldados de terra que iria participar das unidades de apoio. Em seguida surgiu a emergência de capacitar os militares que fariam parte da FEB. Resumindo o processo saiu do controle do Ministério da Guerra, levando a resultados por ele não previstos nem desejados. O que está fora de dúvida é que coube aos militares estadunidenses presentes em território brasileiro executarem políticas não escritas não só para vedar o acesso brasileiro a tecnologias militares sensíveis, como também para desovar estoques de armas obsoletas.

Em momento algum isso ficou mais evidente no que no descumprimento por parte dos EUA da promessa de equipar e armar a FEB de acordo com as tabelas vigentes em seu próprio Exército. Os EUA bloquearam, com base numa regra não escrita, o fornecimento do fuzil Garand, a gás, semiautomático com pente de oito tiros, que já haviam adotado como padrão para suas tropas combatentes desde 1936. Ao invés disso, forneceram os velhos fuzis Springfield, anteriores à Primeira Guerra Mundial (1903), que funcionavam com ação manual de ferrolho e cujo carregador portava apenas cinco tiros.⁷⁸

Tais armas, embora entregues à FEB nos campos da Itália, não foram enviadas ao Brasil para treinamento conforme o combinado, autoridades militares estadunidenses persistiam para que os brasileiros fossem treinados com os fuzis e respectiva munição que estivessem disponíveis em seus próprios estoques.

Houve pelo menos uma reação brasileira a esse veto e foi surpreendente. Diante dessa recusa velada, Dutra pediu aos EUA os planos de fabricação e as matrizes do Garand para que o Brasil fabricasse a arma e a distribuísse entre seus combatentes. Uma vez mais a resposta veio de Ord e foi negativa. No final, fuzil algum, nem Garand nem Springfield, foi enviado dos EUA para treinar a FEB.⁷⁹

Um dos pontos mais calamitosos da documentação consultada por Dennison de Oliveira, diz respeito ao gerenciamento do tratamento e retirada dos feridos de guerra

⁷⁸ OLIVEIRA, 2015. p. 8;

⁷⁹ OLIVEIRA, 2015, p. 9;

brasileiros internados em hospitais dos EUA. Segundo o autor “é difícil evitar a sensação de que nossos feridos, se não foram grandemente abandonados, certamente foram objeto de enorme negligência por parte do governo brasileiro”⁸⁰. É deplorável que essa etapa (reintegração social do ex-combatente, que é sua recuperação e reabilitação motora e/ou sensorial) tenha sido conduzida de forma tão inadequada e mesmo desrespeitosa para com aqueles que serviram a pátria no exercício do serviço militar em tempo de guerra. A documentação examinada ainda pelo pesquisador aponta, em particular, no que se refere à construção de novas bases aéreas, a criação de uma grande força blindada e à mobilização de recursos civis e militares na região sul do país nos dois últimos anos da Segunda Guerra Mundial (percepção de risco de subversão continental promovida por Buenos Aires).

O Brasil teve a chance de reduzir sua dependência econômica, pois a Guerra teria dado a oportunidade para o país crescer e de construir uma infraestrutura capaz de apoiar o desenvolvimento econômico. Porém, não teria acontecido, devido à ineficiência do governo brasileiro combinada com a política estadunidense, de forma que com o fim da Guerra o Brasil não havia conseguido sua independência econômica, nem seu desenvolvimento em grande escala; teria se tornado mais dependente dos EUA.

Seitenfus ainda identifica que desde a entrada do país no conflito a situação havia ficado desconfortável para Vargas, tendo em vista seu papel de presidente-ditador, pois o Brasil estava oficialmente contra o Eixo e a favor da liberdade e da democracia, mas Getúlio mantinha “o país sob um regime ditatorial, cópia empalidecida das ditaduras européias. Tal paradoxo será fatal para Getúlio Vargas, destituído pelos militares em outubro de 1945”⁸¹.

1.2 RELAÇÕES BRASILEIRAS INTERNAS – O ESTADO NOVO

O período que se inicia com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, em novembro de 1937, é fundamental para a compreensão da posição do Brasil diante da

⁸⁰ OLIVEIRA, 2015. p.12;

⁸¹ SEITENFUS, 2000, p. 317

Alemanha, da Itália e dos Estados Unidos, as vésperas do início da Segunda Guerra Mundial.

Esse período crucial da política interna e externa brasileira divide-se, tanto do ponto de vista cronológico quanto temático em duas fases distintas. A primeira, de novembro de 1937 a outubro de 1938, é marcada por acontecimentos capitais: o estabelecimento de um regime corporativo no Brasil, a ruptura entre Itália e o integralismo; a campanha de nacionalização desenvolvida no sul do Brasil e as reações Berlim e Roma, a tentativa de *putsch* integralista de maio de 1938, as ações paralelas e subversivas das embaixadas italiana e alemã, e a ruptura com o Brasil oficial.⁸²

Falar de Estado Novo é falar também de Getúlio Dornelles Vargas. “... Vargas projeta-se como líder de uma revolução vitoriosa, a qual, a despeito de sua heterogeneidade ideológica e política, tinha uma bandeira reformista. Essa bandeira estava relacionada com a temática da justiça social...”⁸³. Seus quinze anos de governo seguintes, caracterizaram-se pelo nacionalismo e populismo.

O Vargas do Estado Novo aparece como um político dominador e voluntarista, dotado de forte ambição de mando, capaz de usar sem vacilar os instrumentos da repressão e da coerção para manter-se no poder, levando tal comportamento às últimas consequências, não hesitando mesmo em eliminar de seu caminho os amigos de ontem, os aliados de outrora.⁸⁴

O Estado Novo foi sistema político de caráter ditatorial que foi implantado – partir de 10 de novembro de 1937. Entre suas ideias estava criar uma unidade nacional e a centralização do poder, defendia uma nova estrutura nacional voltada para a nação e para o fortalecimento do Estado. Pelo meio de estações rádio, Getúlio anunciou a implantação, estabelecendo um período de despotismo que duraria até 29 de outubro do

⁸² SEITENFUS, 2000, p. 63.

⁸³ MOURA, 2012; p 22;

⁸⁴ MOURA, 2012; p. 21-22;

ano de 1945, segundo Capelato “o uso dos meios de comunicação tinha como objetivo legitimar o Estado Novo e conquistar o apoio dos trabalhadores na política varguista.”⁸⁵

Nesse momento, é a figura do Vargas ditador que assume o primeiro plano, a imagem do homem que, através de um golpe de Estado, com o auxílio das Forças Armadas, instaura a ditadura, pondo fim à breve e turbulenta experiência democrática de 1934-37, traíndo assim as ideias da revolução de que fora um dos principais líderes.⁸⁶

Com a eleição marcada, em 1938, com os candidatos José Américo de Almeida e Armando de Sales Oliveira, o governo delatou a existência de um plano comunista o Plano Cohen, que pretendia assumir o poder e fundar o comunismo no Brasil. O sistema político tornou-se instável, permanecendo então, no poder, como garantia de estabilidade, o então presidente Getúlio Vargas.

...o período subsequente, 1937-45, caracteriza-se por uma visão francamente autoritária. Nesse momento, é a figura do Vargas ditador que assume o primeiro plano, a imagem de homem que, através de um golpe de Estado, com o auxílio das Forças Armadas, instaura uma ditadura, pondo fim à breve e turbulenta experiência democrática de 1934-1937, traíndo as ideias da revolução de que fora um dos principais líderes.⁸⁷

Assim foi implantado um golpe de Estado no Brasil, durante o qual o Presidente, com o apoio das Forças Armadas, fechou Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais, respectivamente impondo ao povo brasileiro uma nova Constituição. O golpe contou com o apoio e a aceitação de uma grande parte da sociedade, pois do ano de 1935, por intermédio da propaganda, foi inserindo na sociedade o quanto era fatal o comunismo, fazendo com que a sociedade se intimidasse e o afugentasse caso houvesse uma tentativa de implantá-lo no país. Disfarçadamente, desde 1935, o governo fez com que o povo “acolhesse” a centralização política como a melhor maneira de defender o país dos comunistas.

⁸⁵ CAPELETO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. Representando o Estado Novo, editora FGV, Rio de Janeiro p 171;

⁸⁶ MOURA, 2012;

⁸⁷ Idem, p. 23;

A Constituição do Estado Novo e os decretos-leis adotados durante o período 1937 – 1945 inspiraram-se profundamente nas experiências fascistas europeias. O mimetismo de Francisco Campos⁸⁸ e de Getúlio Vargas é digno de nota, pois, ao contrário do salazarismo, do fascismo e do nazismo, que são frutos de uma evolução doutrinária, a Constituição do Estado Novo é o resultado de uma compilação feita por Francisco Campos, que recorre amplamente às experiências italianas e portuguesas.⁸⁹

O gabinete ministerial de Getúlio se manteve relativamente estável durante o Estado Novo, com os ministros da Fazenda, Guerra, Marinha e da Educação permanecendo em seus cargos durante todo o período do Estado Novo (1937-1945).

Logo após o golpe, deflagra-se uma campanha de promoção do novo regime por meio da imprensa e organizam-se manifestações públicas que inovam uma falsa, mas bem-vinda, legitimidade popular. Getúlio discursa com frequência nas praças públicas e empreende, algumas semanas depois, viagens pelas principais regiões do país. Sua estada culmina invariavelmente com manifestações de apoio ao Estado Novo.⁹⁰

O que mais chama a atenção durante o Estado Novo é a política que proíbe a existência de qualquer partido político, diferente dos regimes totalitários europeus que baseavam-se na existência de um partido único (Nacional-Socialista na Alemanha, Fascio na Itália e a União Nacional em Portugal). E os brasileiros, segundo Seitenfus

⁸⁸ Francisco Campos foi um jurista de rara competência. Conhecedor profundo da Ciência do Direito, dominava os princípios fundamentais da legislação brasileira e do exterior. Ministro da Justiça, foi o principal. Coordenador da feitura do arcabouço jurídico em que se apoiou o Estado Novo, incluindo a Carta Constitucional de 1937 (da qual foi quase autor exclusivo) e da reforma dos principais Códigos e Leis da época. Sua capacidade de argumentação era irrepreensível, tanto que, no texto que ora reproduzimos, conseguiu apresentar argumentos aparentemente bem fundamentados, sólidos e coerentes justificando que a ditadura estadonovista seria o regime mais adequado para o Brasil daqueles dias. Em meados de 1940 entrou em atrito com o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Defendia o autoritarismo como a solução para o país. (<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br>);

⁸⁹ SEITENFUS, 2010, p. 74.

⁹⁰ SEITENFUS, 2010, p. 74.

(p.22), “tal como seus representantes, demonstra total indiferença em relação aos acontecimentos”.

Foram criados diversos programas durante o Estado Novo, entre elas a fundação, em 1939, do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que tinha como obrigação concentrar, organizar, encaminhar e inspecionar a propaganda nacional, interna ou externa e a FEB (forças expedicionárias brasileiras) para lutar na Europa ao lado dos países Aliados, contra os países do Eixo, na Segunda Guerra Mundial.

O foco desse capítulo é relacionar a implantação do Estado Novo, com a organização do Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a posição do Rio Grande do Sul nesse novo contexto nacional.

O Estado Novo remodelou as Forças Armadas, ampliou o número de soldados do exército e instituiu o Ministério da Aeronáutica, contribuindo assim para o progresso da aviação militar; fundou cinco novas jurisdições federais: Amapá, o qual foi separado do Estado do Pará; Rio Branco – que, em 1962, passou a denominar-se Roraima -, também separado do Estado do Amazonas; Guaporé - hoje Rondônia -, separado dos Estados do Amazonas e Mato Grosso; Ponta Porã – separada do Estado do Mato Grosso; e Iguazu, separado do Estado do Paraná.

Vargas combinava políticas trabalhistas, por um lado, e a FEB, por outro, para garantir apoio ao regime, neutralizar a crescente oposição política e unir a cúpula militar em torno do projeto de aumentar a influência internacional do Brasil⁹¹.

1.2.1 O ESTADO NOVO E O RIO GRANDE DO SUL

A década de 1930 é considerada um marco na história contemporânea devido à emergência de novas forças políticas na forma de um movimento nacional que derrubou a “república oligárquica” e levou Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930.⁹²

Segundo Seitenfus⁹³ a situação internacional no período de 1933 a 1937 inquieta o governo norte-americano, até que em 1940 o Brasil é advertido pelo Estado Maior Americano sobre o perigo da subversão dos povos estrangeiros, no caso, alemães,

⁹¹ MOURA, 2010, p. 138;

⁹² MOURA, 2021; p. 47;

⁹³ SEITENFUS, 2003, p. 33

italianos e japoneses, dentre outros simpatizantes do eixo. O governo brasileiro que outrora sempre fora receptivo a estes povos, principalmente aos alemães e italianos, se atentou após a advertência dos Estados Unidos a reavaliar o problema da infiltração nazista no país.

Além dos dados e da aproximação referentes ao comércio exterior entre Brasil e Alemanha, citados no início do capítulo, é extremamente importante destacar que o número de imigrantes alemães no Brasil aumentou significativamente. Para se ter ideia, o número de cidadãos alemães estabelecidos no Brasil, em 1920, é pouco superior a 50 mil pessoas, já no período de 1920-1937 chega a ser superior a 222 mil pessoas⁹⁴.

De 1937 a 1945 o Brasil esteve regido por um sistema denominado Estado Novo. Em janeiro de 1938 deveriam ocorrer as eleições presidenciais. Porém, alegando a existência de um suposto plano comunista (Plano Cohen⁹⁵) e aproveitando o momento de instabilidade política, deu um golpe de estado em 10 de novembro de 1937. Vargas contou com o apoio de grande parte da população (classe média com medo do comunismo) e dos militares. Começou assim um período ditatorial, ou seja, através desse Getúlio Vargas, que impôs uma Constituição. A euforia dos descendentes de imigrantes, que se reuniram em passeatas por vários pontos do estado para aclamar o novo regime, logo se desfez, pois Getúlio começou a orientar a política em direção à construção de um senso de identidade nacional. Todos os imigrantes e estrangeiros começaram a ser severamente censurados, iniciando um tempo de perseguições e repressão nas colônias, e em vez de colaboradores no processo de crescimento e povoação os imigrantes passaram a ser vistos como potenciais inimigos da pátria. O processo chegou ao extremo com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial contra os países do Eixo, com pesadas consequências econômicas e sociais para a região de imigração, incluindo as colônias da capital.

Um dos principais mecanismos de centralização político-administrativa utilizados pelo Estado Novo foi o sistema de interventorias. Dentro desse sistema os governos estaduais passaram a ser dirigidos por interventores diretamente submissos a Vargas. De fato, o sistema de interventorias contribuiu para paralisar o poder dos grupos locais que até então controlavam os governos estaduais.

⁹⁴ SEITENFUS, 2003, p.35

⁹⁵ O Plano Cohen foi um documento revelado pelo governo brasileiro onde continha um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas; (Dicionário de História)

...o fortalecimento do poder dos Estados em face das oligarquias regionais. Esse esforço de centralização e concentração do poder na esfera nacional, que teve na criação do sistema de interventores um de seus suportes teria implicações profundas do ponto de vista das relações entre os diferentes grupos dominantes e o Estado.⁹⁶

Os interventores muitas vezes eram naturais, das oligarquias regionais - lembre-se que o próprio presidente Vargas pertencia à oligarquia gaúcha. Tratava-se, em suma, de um instrumento de centralização do poder. O estado do Rio grande do Sul teve de 1937 á 1946, cinco interventores: Manuel de Cerqueira Daltro Filho (out. 1937 à jan. 1938), Maurício Cardoso (jan. 1938 á mar. 1938), Osvaldo Cordeiro de Farias (mar. 1938 à set. 1943), Ernesto Dornelles (set. 1943 à nov. 1945) e Samuel Figueiredo da Silva (nov. de 1945 á fev. 1946).

Parte da população do Rio Grande do Sul era considerada uma ameaça, devido a grande presença de alemães, os imigrantes foram perseguidos e muitos acabaram sendo preses e torturados. Famílias inteiras precisaram fugir e se refugiar em comunidades próprias, que até hoje mantêm a cultura germânica. A língua alemã foi proibida.

Segundo Seitenfus, as colônias tinham permissão das autoridades estaduais e federais para se organizar livremente até 1940. Devido o isolamento, a ausência de hospitais e escolas estimulavam os imigrantes a resolver autonomamente os problemas. Um exemplo são os aumentos nos números de escola nessas comunidades e a insignificante utilização da língua portuguesa, a escassa utilização como língua principal do lar.⁹⁷ Observe alguns dados sobre esse fator:

TABELA III - Alunos matriculados nas escolas germânicas do RS (1920 – 1935)

Ano	Protestante	Católica	Mistas	Total
1920	12.345	13.465	3.426	29.236
1930	18.936	16.656	1.474	37.066
1935	20.220	18.818	1.517	40.555

Fonte: PORZELT, A. Der Deutsche in Rio Grande do Sul. Ochsenfur, Fritz und Rappert, 1937, p. 84.

⁹⁶ MOURA, 2012; p 25.

⁹⁷ SENTEFUS, 2003, p. 13;

A Campanha de Nacionalização através dos atos e normatizações policiais, que reprime violentamente a comunidade teuto-brasileira, povoados baseados no germanismo que se opunha ao acultramento imposto pelo Estado Novo. Também importante é a presença, das diversas formas de resistências às leis e às ações do Estado Novo que atacavam o uso da língua alemã, o sentido pertencimento a uma pátria, a uma outra identidade cultural⁹⁸.

O nacionalismo consiste em uma ideologia e movimento político, baseados na consciência da nação, que exprimem a crença na existência de certas características comuns em uma comunidade, nacional ou supranacional, e o desejo de modelá-las politicamente.

A meta principal do nacionalismo determinava a identificação de todos os membros de uma sociedade que teriam destino comum, com raízes no passado, as quais emergiam no presente para apontar a construção de um destino único. A coletividade histórica era intrínseca à vida da nação...⁹⁹

O nacionalismo brasileiro é um movimento que valoriza o Brasil, a sua cultura, a sua diversidade e o seu povo. Sentimento de pertencer a um grupo por vínculos raciais, linguísticos e históricos que reivindica o direito de formar uma nação autônoma. O nacionalismo incide em um sistema de ideias e movimento político, fundamentados na consciência da nação, que manifestam a crença na existência de certas características comuns em uma comunidade, nacional ou supranacional, e o desejo de modelá-las politicamente.¹⁰⁰

O nacionalismo, crescido no século XIX, compreendeu um conjunto de sentimentos, ideias e atitudes políticas que resultaram na formação dos Estados-nações contemporâneos. Palavras como soberania, cidadania, povo, fronteira e herança cultural dão suporte para a ideologia nacionalista. Entretanto, o desenvolvimento dessa forma de organização política está presente fortemente no nazismo, no fascismo e também no Estado Novo.

⁹⁸ FACHEL, José Plínio Guimarães. *As Violências Contra os Alemães e seus Descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Porto Alegre – RS. Ano de obtenção: 2002. p. 13.

⁹⁹ LEIDENS, Sandra Maria. *O discurso estadonavista: retórica e realidade*. Porto Alegre-RS (Dissertação de Mestrado – PUC/Porto Alegre), 1993. p. 17.

¹⁰⁰ ALESSIO, Márcia Mansor d'. *Estado-nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas*. In: Brepohl, Marion; Bresciani, Maria S.; Seixas, Jacy (org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora UNB. 2002; p. 159 – 180.

No período compreendido entre 1937 e 1945, o Estado Novo utilizou diversos elementos culturais como estratégia de socialização da cultura política nacionalista. Embora o esforço de difusão e legitimação desse ideário tenha se manifestado em diferentes dimensões da vida social, foi relevante o papel atribuído à educação, sobretudo a escolarizada, como instrumento privilegiado para conformar as novas gerações, moral e civicamente.

As estatísticas oficiais brasileiras não operam nenhuma distinção de origem, sendo considerados brasileiros todos aqueles que adquiriram a cidadania brasileira, porém fontes particulares utilizadas por Seitenfus¹⁰¹ em seus estudos, concluem uma população germânica, em 1940, entre 700 e 900 mil pessoas. Desse número 60% vivia no Rio Grande do Sul e 20% em Santa Catarina.

A utilização do idioma alemão entre estrangeiros naturalizados brasileiros em suas casas é compreensível, mas os filhos, considerados brasileiros natos também usam a língua da origem dos pais em seus lares.

TABELA IV – Brasileiros natos que utilizam o alemão como língua principal no lar (1940)

Estado	Número	Estado	Número
Acre	4	Paraná	11.111
Amazonas	17	Pernambuco	265
Bahia	268	Piauí	5
Ceará	25	Rio de Janeiro	7.249
Espírito Santos	24.659	Rio Grande do Norte	18
Goiás	172	Rio Grande do Sul	393.934
Maranhão	2	Santa Catarina	176.762
Mato Grosso	284	São Paulo	26.565
Minas Gerais	2.818	Sergipe	12
Pará	45	Alagoas	9
Paraíba	31		

Fonte: IBGE, Recenseamento, 1940.

¹⁰¹ SEITENFUS, 2003, p. 11

Ao comparar e observar o QUADRO IX com o QUADRO X, vemos de uma forma mais clara como a presença de imigrantes alemães era consideravelmente alta no estado do Rio Grande do Sul, ou seja, 12% da população estavam ligadas à cultura Alemã.

TABELA V – População do Brasil por Estados (1940)

Estado	População	Estado	População
Acre	79.768	Paraná	1.236.276
Amazonas	416.159	Pernambuco	2.688.240
Bahia	3.918.112	Piauí	817.601
Ceará	2.091.032	Rio de Janeiro	3.611.998
Espírito Santos	750.107	Rio Grande do Norte	768.018
Goiás	662.018	Rio Grande do Sul	3.320.689
Maranhão	1.235.169	Santa Catarina	1.178.340
Mato Grosso	187.524	São Paulo	7.180.316
Minas Gerais	6.736.416	Sergipe	542.326
Pará		Alagoas	

Fonte: IBGE, Recenseamento, 1940.

O Rio Grande do Sul foi o estado em que a colonização obteve maior sucesso durante o século XIX. Em diferentes épocas a colonização esteve sob administração do governo central ou do governo gaúcho. Estes criavam colônias nas terras restituídas da união, que eram doadas (até a década de cinquenta) ou vendidas.¹⁰²

A imigração alemã no Brasil começou muito antes da grande imigração ocorrida na segunda metade do século XIX. Neste momento, imigrantes de diversas nacionalidades, especialmente europeias, vieram para o Brasil em busca de emprego em um mercado que começava a se abrir e a abandonar o sistema escravista que durante tanto tempo foi predominante. Com esse pressuposto, ocuparam postos de trabalho na lavoura de café, principal produto de exportação brasileiro. Muito anterior a esse processo mais abrangente de nacionalidades, os alemães começaram a chegar ao Brasil como opção para ocupação do território na parte Sul do país. Os alemães geraram a

¹⁰² MÜLLER, Telmo Lauro. *Imigração Alemã sua presença no RS há 180 Anos*. São Leopoldo – RS. Est Editora, 2005.

colonização na região e partir daí se expandiram. Em 1845, o país entrou no compasso da imigração e o número de alemães no Sul e em outras regiões só acendeu, mantendo-se alto até o início da Primeira Grande Guerra Mundial. Os grupos que se destinaram a colônias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina chegaram ao Brasil sem possuir nada além da força de trabalho, conquistaram algumas pequenas propriedades e algumas cabeças de gado através do incentivo do governo para ocupação do Sul do país a partir das quais tiveram que se desenvolver por conta própria.

Observe a tabela abaixo sobre a imigração alemã, até o período da Segunda Guerra.

TABELA VI – IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL

Período	Total
1824-47	8.176
1848-72	19.523
1872-79	14.325
1880-89	18.901
1890-99	17.084
1900-09	13.848
1910-19	25.902
1920-29	75.801
1930-39	27.497
1940-49	6.807

Fonte: MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. Ulbra, 1994, p. 165.

Na Alemanha, já havia escolas. Chegando aqui, muitas famílias abriram suas próprias instituições de ensino, já que no interior do Brasil elas eram inexistentes. Mas, durante a Segunda Guerra Mundial, houve um período conhecido como nacionalização. Estrangeiros, principalmente alemães, não eram muito bem vistos, chegando a ser perseguidos. “Sua língua e o ensino dela, seus cultos e jornais foram todos proibidos, embora toda essa gente tenha contribuído tanto para o país”, lamenta o historiador e pesquisador Telmo Lauro Müller¹⁰³.

¹⁰³ MÜLLER, Telmo Lauro; Artigo: “A migração Alemã; 2005; disponível no site: <http://www.educacional.com.br/reportagens/alemanha/promessas;>

O Estado Novo promoveu a integração forçada dos alemães e de seus descendentes que viviam em colônias isoladas no Sul do Brasil. Em muitas ocasiões agiu com brutalidade contra imigrantes humildes que não mantinham qualquer relação com a Alemanha nazista. Diante deste quadro ditatorial do governo brasileiro e da Segunda Guerra Mundial com o Brasil apoiando os EUA contra a Alemanha, a região sul, onde a imigração alemã era uma realidade forte, passou a ser fortemente reprimida, de acordo com a pesquisadora e escritora Marli Marlene Hintz¹⁰⁴.

Mesmo que a guerra tenha começado, na Europa, apenas em 1939, e mesmo que o Brasil só tenha declarado guerra aos países do Eixo em agosto de 1942, o processo iniciado em 1938 pode ser visto como uma continuidade, que só amainou com o fim do conflito, em 1945.

Esse processo de “nacionalização” mais generalizado foi se agudizando, gradativamente, com frequentes atos de violência, culminando, nos anos seguintes, nas grandes depredações de agosto de 1942, em especial na Capital e em Pelotas¹⁰⁵, não há dúvida de que a tensão no mínimo concentrada decorrente da desconfiança das autoridades em relação aos “colonos” trouxe, no presente caso, consequências desagradáveis para a vida cotidiana de um cidadão¹⁰⁶. Um exemplo da situação dos cidadãos é à exigência de “salvo-conduto” para deslocar-se de um lugar a outro (para estrangeiros e para brasileiros descendentes). E a obtenção desse documento poderia ser complicada, mesmo em situações de emergência médica.

São históricos os confiscos de rádios, livros e discos como supostos instrumentos de divulgação do nazismo, mas também foram confiscados, com muita frequência, objetos que não tinham qualquer conotação política, ideológica ou fossem específicos de determinada “etnia” (como livros de arte e coleções de selos). As sociedades recreativas e culturais, muitas vezes, foram encampadas pelo Estado, passando a abrigar forças policiais ou militares destinadas a garantir o processo de “nacionalização”.

O autor de uma tese de doutorado em História, defendida na USP, em 2004, da ênfase no envolvimento de brasileiros de descendência alemã na guerra, como soldados que foram lutar na Itália. O qual chamou a atenção para o fato de que “oficiais com

¹⁰⁴ Pesquisadora histórica, entrevista e pesquisa sobre perseguição contra os imigrantes alemães que residiam na região sul durante a Segunda Guerra Mundial.

¹⁰⁵ FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço*. Pelotas: Editora da UFPel, 2002; p 55.

¹⁰⁶ GERTZ, René E.; *A tradição do “perigo alemão” no Rio Grande do Sul*. Vidya, Santa Maria, v. 17, n. 29, p. 73-83, 1998.

sobrenomes como Hagemeyer, Schultz, Klas, Stahl e Rauen entre outros, participaram da FEB, para não falar no grande número de praças de ascendência germânica (mais de um milhar)¹⁰⁷.

Em uma dissertação de mestrado em História mais recente, sugere um número menor expedicionários de origem alemã na Força Expedicionárias Brasileira, apontando para pouco mais de 700¹⁰⁸. Note-se que esses números são declaradamente provisórios e se referem ao Brasil como um todo. Segundo René E. Gertz¹⁰⁹, não se sabe quantos dos cerca de 1.800 gaúchos que foram para a Itália eram de descendência alemã, mas de um total de 206 sobrenomes, levantados por ele, 56 são claramente alemães. Isso representaria 27%.

Os assentamentos construídos pelos ou para os imigrantes alemães perseguidos transformaram-se em colônias penitenciárias. Qualquer descendente que quisesse se deslocar para outro local precisava comparecer na delegacia e pegar um salvo-conduto. "O direito de ir e vir dessas pessoas foram confinados e aprisionados pela polícia. Houve uma criminalização dos alemães", comenta José Plínio Fachel¹¹⁰, historiador autor de uma tese de doutorado sobre a época. Depois da guerra, o governo brasileiro reconheceu e indenizou algumas famílias.

O conjunto da sociedade reagiu bem às medidas nacionalistas, não tendo ocorrido manifestações contundentes contra as ações governamentais. Inclusive quando declarou guerra aos países do Eixo, Vargas o fez com o apoio da população, e quando ocorreu o envio das tropas para participar da Segunda Guerra Mundial, pode vangloriar-se de estar enviando soldados de cada um dos estados brasileiros, asseverando a unificação nacional.¹¹¹

¹⁰⁷ MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Trincheiras da memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004; p. 106

¹⁰⁸ IERVOLINO, Ana Paula. *A participação de teuto-brasileiros na FEB (1944-1945): memória e identidade*. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 42;

¹⁰⁹ GERTZ, René E.; 2015; p. 20;

¹¹⁰ FACHEL, José Plínio Guimarães. *As Violências Contra os Alemães e seus Descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial*. Pelotas, 2002, p, 44;

¹¹¹ SANTOS, Luciana Ibarra dos. *Há algo de novo no front: a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado – PUC/Porto Alegre, 2006. Pág 39.

E o Rio Grande de Sul, mais Hitler ou mais Vargas? Recentemente um Historiador Dennison de Oliveira, da Universidade do Paraná, mostrou em seu livro “Soldados Brasileiros de Hitler”, que existia soldados de ascendência alemã, nascidos no Brasil, que lutaram pela Alemanha de Hitler. Eram de filhos alemães nascidos no Brasil. Alguns destes retornaram à Alemanha para estudar ou trabalhar. Com o início da guerra ficaram impossibilitados de retornar ao Brasil. E quando chegaram idade de alistamento foram convocados pelo Exército Alemão para lutarem na Segunda Guerra Mundial.

O embaixador Ritter, por exemplo, em documento enviado a Berlim, chegou a defender a separação do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul do território brasileiro, e transformação destes estados em colônias ou protetoras alemães.¹¹²

Contudo, houve casos recorrentes de indivíduos de ascendência alemã que se alistaram como voluntários para lutar no exército brasileiro na Segunda Guerra Mundial, no intuito deliberado de provar que eram "verdadeiros" brasileiros. Afinal de contas, o lema oficial da campanha de nacionalização era “quem nasce no Brasil ou é patriota ou é traidor”. O Brasil foi um dos poucos países latino-americanos (além do Brasil, o México também participou) a participar efetivamente dos combates da Segunda Guerra Mundial e o Rio Grande do Sul, um dos cinco estados que mais recrutou combatentes.

Talvez, pela mesma razão, historiadores, sociólogos e antropólogos não têm enxergado uma série de aspectos, no mínimo, interessantes que caracterizam as comunidades formadas a partir do processo de colonização com alemães, italianos e poloneses, no sul do Brasil, justamente no campo político cultural. Essas comunidades apresentam uma configuração relativamente democrática, do ponto de vista social, pois tiveram sua origem num sistema nivelador de pequenas propriedades agrícolas. Nos municípios de colonização alemã, a participação política da população é intensa, com destaque para a representação das mulheres, a distribuição da renda é bastante equitativa, as administrações municipais têm recebido avaliações positivas em pesquisas

¹¹² SEITENFUS, p.29;

regulares de âmbito nacional, o nível de educação está entre os melhores do Brasil, a tolerância política e religiosa é muito maior do que o senso comum imagina.¹¹³

¹¹³ GERTZ, René E. *Como é possível continuar escrevendo. História Política? Anos90*. Porto Alegre: UFRGS, 2006, vol. 13, n. 23/24, p. 122-128.

CAPITULO II

A ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA E A CRIAÇÃO DA FEB NO ESTADO NOVO

O foco desse capítulo é relacionar a implantação do Estado Novo, com a organização do Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a posição do Rio Grande do Sul nesse novo contexto nacional.

O conceito de “Guerra Mundial” é algo que carrega em si o estigma da atualidade, a expressão é bem aplicada para os tempos de globalização. A humanidade já passou por inúmeras guerras, de pequena ou grande escala, desde a História Antiga até os dias atuais, mas os momentos da história humana determinaram a repercussão dos conflitos. É claro que toda guerra tem como consequência invariável os prejuízos humanos, econômicos, sociais e políticos, mas a dimensão que assumem está muito atrelada ao seu momento histórico.

A participação do Brasil na Primeira Guerra só aconteceu três anos depois de seu início, mais precisamente em outubro de 1917 quando declarou guerra à Alemanha por torpedear o vapor Paraná, o navio Tijuca e o cargueiro Macau. Sua participação foi somente fornecer médicos, aviadores para a Europa, alimentos e matérias-primas para a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia).

A marinha brasileira também foi participante da guerra, policiavam o oceano Atlântico e neste policiamento foram contagiados pela gripe espanhola fazendo com que 176 marinheiros viessem a falecer. As mortes brasileiras durante a Primeira Guerra mundial se resumem a estes tripulantes que foram vítimas desse vírus. Ao final da guerra, o Brasil participou da Conferência de Paz que resultou no Tratado de Versalhes em 1919 onde o país conseguiu ficar com os navios alemães aprisionados e ainda também conseguiram a liberação dos depósitos bancários, feitos em 1914 com a venda de café, que estavam retidos na Alemanha.¹¹⁴

¹¹⁴ ARARIPE, Luiz de Alencar. *A primeira Guerra Mundial - Histórias das Guerras*. Org. Demétrio Magnoli. São Paulo, Contexto; 2006. p. 341 – 344;

A partir de 1930, ocorreram mudanças expressivas na política nacional, gerando dúvidas políticas, sobretudo até a implantação do Estado Novo. O grupo que surgiu como força política hegemônica neste momento foi o resultado da conexão de forças e personagens distintos que, por motivos diversos, contestavam ao modelo oligárquico afirmado durante a República Velha e derrubado por conta de conflitos internos que se agravaram com a crise de 1929. Havia uma grande hegemonia neste grupo que contava com Getúlio Vargas.

Com a Revolução de 30, muitas instituições brasileiras passariam por um processo de transformação intenso, assumindo, com a reordenação das forças políticas e da estabilização do novo governo, um formato centralizador e uma grande capacidade de intervenção na economia e na sociedade¹¹⁵.

O Exército havia sido o condutor do processo revolucionário, sobretudo através das ações dos tenentes, muito embora vários elementos que não haviam participado das revoltas militares da década de 1920 tivessem aderido fielmente às movimentações de 1930¹¹⁶.

Após a revolta, ocorreu uma reestruturação das forças políticas em nível nacional e a também uma reestruturação nas Forças Armadas, que abriu o caminho para que elas se transformassem em personagens políticos condescendente no cenário nacional nos governos de Vargas. A implantação do Estado Novo em 1937 foi exemplo do êxito destas ações que buscavam a unificação do Exército, fator importante na afirmação dos ideais daquele regime.

¹¹⁵ MONTEIRO, 2010, p. 38.

¹¹⁶ MONTEIRO, 2010, p. 41.

O período de 1937 a 1945 no Brasil se caracteriza por apresentar uma nova feição política, evidentemente autoritária. Nesse momento, a figura de um Presidente Ditador aparece em cena – Getúlio Vargas, centralizador, nacionalista e apoiado pelas Forças Armadas, à frente da Ditadura do Estado Novo. Defendendo ideias associadas ao reforço da unidade nacional, da centralização de poderes, da crítica ao sistema de representação individual em favor da representação das classes, da sobreposição das necessidades coletivas aos direitos individuais, o 10 de novembro de 1937, com o golpe que estabelece o Estado Novo, é o corolário de medidas adotadas desde 1930.¹¹⁷

Getúlio Vargas, figura central neste período, é das mais controversas na História do Brasil, tanto do ponto de vista de líder como a respeito do seu deixado político-social. Conciliador, politicamente articulado, de fácil acesso, autoritário, centralizador, “pai dos pobres”, maquiavélico, dominador e voluntarista, são algumas das muitas maneiras de se descrever o dirigente, que esteve no poder durante 20 anos.¹¹⁸

Durante o primeiro governo Vargas (1930/1945), três momentos distintos são identificados: o Governo Provisório (1930/1934), em que Vargas é o Presidente líder de uma Revolução bem-sucedida que, independente da ausência de um projeto político definitivo, tinha caráter reformador. Buscava-se instaurar um novo padrão de relacionamento entre as diferentes camadas produtoras da sociedade, impondo limites às classes dominantes e ao seu poder, ampliando direitos civis e políticos para os novos segmentos sociais; o Constitucional (1934-1937), que já apresenta um Vargas eleito por via indireta, respaldado por uma constituição, comprometido com um projeto democrático; e finalmente o Estado Novo, a partir do Golpe de 1937, quando, apoiado pelas Forças Armadas, Getúlio se mantém no poder e a democracia recebe uma nova definição com a virada autoritária¹¹⁹.

O poder de Vargas incidia exatamente da característica de ser fundador do novo sistema político e social. Sua autoridade estava presa na fundação de uma nova ordem que se propunha a realizar a unidade nacional e o seu desenvolvimento. Ele

¹¹⁷ SANTOS, Luciana Ibarra. *Há algo novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado – PPGHPUC. 2006, p. 19.

¹¹⁸ SANTOS, 2006, p. 21.

¹¹⁹ SANTOS, 2006, p.21.

juntou-se às aspirações populares, inspirando e doutrinando, incentivando e controlando, como nos diz o pensador:

O segredo do estadista consiste em estabelecer uma espécie de *modus vivendi* entre seu pensamento e os seus objetivos e as tendências da coletividade, no sentido por ele desejado sem excessivo constrangimento e identificando-se tanto com a ideia do governante que acaba por julgá-la originada na sua própria consciência coletiva.¹²⁰

É comum e errado observar o Estado Novo como simples adaptação de manifestações fascistas da Europa, como Itália e Alemanha. Não se deve apagar de maneira alguma as influências internacionais no regime utilizado por Getúlio, pois percebe-se a aproximação com os regimes totalitários europeus, sobretudo o de Hitler e de Mussolini, de um regime nacionalista e de um Estado forte e centralizado. Tal processo pressupõe um autoritarismo que se faz contra a sociedade e os indivíduos.

Essas características do período em questão não são explicadas apenas por circunstâncias sócio-políticas favoráveis, mas são frutos de um projeto político ideológico pré-elaborado que, bem articulado, soube capitalizar acontecimentos, reforçar situações, convencendo da preeminência de uma nova ordem, definindo uma nova estrutura nacional centrada na unidade da nação e no fortalecimento do Estado.¹²¹

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial acontece com o período de desarticulação do Estado Novo. Apesar disso, devemos considerar que nesse período, um ideal nacionalista já estava formado na sociedade brasileira, e apesar de rebatida, inclusive pela alta cúpula do exército brasileiro, a decisão de participar da guerra, tomada pelo dirigente autoritário, foi combinada pela aceitação de riscos pelo povo, influenciados por uma força de pulsão, resultante de uma derivação direta.¹²²

O governo de Getúlio Vargas no início da Segunda Guerra Mundial não se envolvia diretamente com o conflito. A forma de governar de Vargas tinha certa ligação

¹²⁰ AMARAL, Azevedo. *Getúlio Vargas Estadista*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941. p.39

¹²¹ AMARAL, 1941, p. 19.

¹²² SANTOS, 2006, p. 40.

com os regimes totalitários, mas a influência dos Estados Unidos na América era mais forte e tinha também seus reflexos no Brasil.

A III Reunião de Consulta aos Ministros das Nações Americanas aconteceu no Rio de Janeiro, na segunda quinzena de janeiro de 1941, e foi então que o Brasil oficialmente rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, através da voz de seu Chanceler Osvaldo Aranha.¹²³

Segundo Gerson Moura, em seu trabalho “Relações Exteriores do Brasil”¹²⁴, apesar do reconhecimento público da compreensão mútua entre Brasil e EUA em Natal, no começo de 1943 o governo Roosevelt (presidente dos EUA) não tinha posição clara quanto às solicitações brasileiras de participar da guerra. Ele havia concordado em enviar em missões ao norte da África para oferecer aos militares brasileiros uma ideia do que se esperava da força expedicionária brasileira. Para o governo brasileiro, o mais lógico parecia ser que seus contingentes se envolvessem no campo de guerra norte-africano. Ao chegar o mês de abril de 1943, o funcionalismo civil e militar estadunidense havia determinado sua resposta à demanda brasileira. Tendo concordado em criar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), o próximo passo era decidir onde e quando ela seria empregada.

Na Segunda Guerra tivemos uma participação maior e mais significativa. Esta guerra mobilizou mais de 100 milhões de militares, e acarretou a morte de, aproximadamente, setenta milhões de pessoas (aproximadamente 2% da população mundial da época), a maior parte foram civis. É considerado o maior e mais sangrento conflito de toda a história da humanidade.

O nacionalismo legitimava a soberania do Estado, garantindo-lhe liberdade de ação sobre o território nacional, tornando possível a construção da nacionalidade através de programas políticos-controla da imigração, educação, e propaganda política foram alguns dos meios eleitos para se atingir a formação de um consenso.¹²⁵

¹²³ SANTOS, 2006, p. 42.

¹²⁴ MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões - Relações Internacionais do Brasil antes e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 130-131;

¹²⁵ MOURA, 1991, p. 57;

Para a declaração de guerra, o Brasil teve apoio da elite militar e civil, e convocou os intelectuais a participar ativamente da tarefa de construir a nação – sob as suas diretrizes é claro. Uma das suas metas principais era ensinar aos brasileiros o orgulho pelo Brasil, pelo trabalho e pela família, para enfim, construir o nacionalismo. No nacionalismo, o que domina é o instinto da raça e da terra, materializar no desenvolvimento do progresso material e moral do país, assim como na proteção e valorização do Homem Brasileiro.

No período da Segunda Guerra Mundial, a situação do Brasil se mostrava completamente indefinida. Ao mesmo tempo em que Vargas contraía empréstimos com os Estados Unidos, comandava um governo próximo aos ditames experimentados pelo totalitarismo nazifascista e negociava “por de baixos dos panos” com a Alemanha. Dessa maneira, as autoridades norte-americanas viam com preocupação a possibilidade de o Brasil apoiar os nazistas cedendo pontos estratégicos que poderiam, por exemplo, garantir a vitória do Eixo no continente”¹²⁶. O que até então consistia em uma relação amigável com a Alemanha Nazista se converteu em uma série de desentendimentos diplomáticos.

A preocupação norte-americana, em pouco tempo, proporcionou a Getúlio Vargas a liberação de um empréstimo de 20 milhões de dólares para a construção da Usina de Volta Redonda. No ano seguinte, os Estados Unidos entraram nos campos de batalha da Segunda Guerra e, com isso, pressionou politicamente para que o Brasil entrasse com suas tropas ao seu lado. Pouco tempo depois, o afundamento de navegações brasileiras por submarinos alemães gerou vários protestos contra as forças nazistas¹²⁷.

Além do mais a posição geográfica do país, seu tamanho e população tornavam difícil à manutenção da neutralidade do Brasil.

Desde 1940, os EUA nos pressionavam para que fizéssem uma ocupação "preventiva" do território nordestino e a instalação, ali, de bases aéreas que permitissem escala para os vôos rumo à África e ao Oriente. Ao mesmo tempo, pretendiam impedir que essa

¹²⁶ SEITENFUS, 2003, p. 187.

¹²⁷ SEITENFUS, 2003, p. 207

rota aérea e esses locais para bases fossem ocupados por países do Eixo. Em meados de 1941, seis meses antes da entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial, essas bases e rotas aéreas já eram uma realidade. Por aqui, passaram dezenas de milhares de aeronaves armadas e municiadas para combate, rumo aos campos de batalha africano e asiático. Simultaneamente, o Brasil passou a fornecer importantes materiais estratégicos aos Aliados, como minerais, borracha, etc. Diante desses fatos, os alemães perceberam que a neutralidade do Brasil era apenas teórica e passaram a atacar maciçamente nossos navios mercantes. Os sucessivos torpedeamentos de nossos navios é que levaram nosso país a declarar guerra aos países do Eixo¹²⁸.

Ricardo Seitenfus¹²⁹ afirma que foi a Alemanha que obrigou o Brasil a participar efetivamente da guerra ao ocasionar o impedimento da navegação comercial brasileira no Atlântico Norte, em particular com os Estados Unidos. A partir da metade do mês de fevereiro de 1942, os submarinos alemães entraram em atividade no Atlântico, no Caribe e ao longo do litoral brasileiro. Em 15 de fevereiro de 1942, o primeiro navio brasileiro foi afundado, o cargueiro Buarque; três dias depois, o mesmo ocorre com o cargueiro Olinda. De nada adiantaram os protestos diplomáticos do Brasil: uma segunda leva de ataques do Eixo foi retomada em agosto de 1942. De 15 a 17 daquele mês, cinco navios brasileiros são afundados em águas do nosso território.

O ataque aos navios, trouxe a tona o sentimento patriótico, tão inspirado pelo nacionalismo e, exacerba a população do Brasil. O povo participa de passeatas e atos públicos apoiando os aliados. Em 04 de julho acontece marcha organizada pelos estudantes, que termina em ato público em frente à embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Os “advogados” da neutralidade não tinham mais alternativas para justificar sua posição.

Em carta ao presidente Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, em 19 de julho de 1941, teceu considerações acerca da aliança entre o Brasil e os Estados Unidos sugerida pela diplomacia deste país. Um dos itens deste planejamento de aliança incluía ações militares conjuntas de ocupação da Guiana Holandesa e, posteriormente, a expansão até arquipélagos lusitanos no Atlântico, contando com anterior instalação de bases americanas no nordeste brasileiro. Para Dutra, a saída do Brasil de um estágio de

¹²⁸ SEITENFUS, 2003, p. 220.

¹²⁹ SEITENFUS, Ricardo. *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p.76;

neutralidade com vistas a trilhar o caminho da guerra com certeza teria conseqüências importantes. Tais atitudes “seriam interpretadas, e com justeza, por todos os demais países do Continente”, como um engajamento brasileiro no caminho para a guerra, mesmo “antes de qualquer ato que se pudesse classificar sequer de provocação por parte dos países do Eixo” (Dutra, 19 jul. 1941).

O próprio Presidente vê-se na obrigação de reagir. A população estava inflamada de sentimentos violentos devido ao insulto aleatório. Com o afundamento dos navios brasileiros, o país se viu perante mais de quinhentos mortos em uma guerra da qual ainda não fazia parte¹³⁰. Daí a afirmação de Seitenfus sobre a imposição alemã: em 22 de agosto do mesmo ano, Getúlio reconhece o Estado de Beligerância entre Brasil, Alemanha e Itália, que nove dias depois será transformado em Estado de Guerra.¹³¹

A imprensa do mundo inteiro comentou que, novamente, o Brasil seria a única República sul-americana a se juntar aos aliados. O momento era tenso e todos os brasileiros cooperaram. Além da convocação dos efetivos e dos reservistas militares, coube uma parcela de responsabilidade à população civil. As mulheres se engajaram no treinamento em hospitais para serem enfermeiras de guerra, e nas escolas os trabalhos envolviam temas como A Guerra, Os Soldados, A Pátria, etc.¹³²

¹³⁰ SANTOS, 2006, p. 43.

¹³¹ SEITENFUS, 2000, p. 89

¹³² SANTOS, 2006, p. 43.

IMAGEM I



De 1941 até 1943, 33 navios brasileiros afundaram decorrentes de ataques dos países do Eixo.
 FONTE: MUSEU MILITAR PORTO ALEGRE/RS

Em agosto de 1943, um ano após a declaração de guerra do Brasil, foi decidido que a FEB seria composta por três divisões, mais uma pequena unidade aérea. Ela seguiria as diretrizes de organização militar estadunidense e ficaria sob a direção estratégica e funcional do Alto Comando dos Estados Unidos. A FEB receberia dos Estados Unidos material bélico para treinamento e combate, e poderia recorrer aos serviços e instalações do exército estadunidense no teatro de guerra. Assim, todas as ações e decisões cruciais referentes a equipamento, transporte, local e momento de emprego da FEB estavam nas mãos dos Estados Unidos, como afirma Moura¹³³.

Desde 7 de dezembro, data que constituirá um marco novo na vida das nossas comunidades, pois trouxe a guerra ao Continente Americano – assumimos uma posição decidida, coerente com a nossa tradicional política externa e fiel aos compromissos solenes, lembrados e reafirmados mais uma vez nos últimos tempos. A posição brasileira objetiva defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir que possam as suas terras e águas servirem de ponto de apoio para o assalto a nações irmãs. Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva, faremos o que as circunstâncias reclamarem e nenhuma medida deixará de ser tomada, a fim de evitar que, portas adentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou pôr em perigo a segurança das Américas.¹³⁴

¹³³ MOURA, 1991, p. 131;

¹³⁴ SEITENFUS, 2003, p. 272-273;

Somente com união nas ações em todos os setores da nação (social, político e militar) os bons resultados seriam garantidos, de forma que a cooperação de cada pessoa, para a soma total de esforços de guerra, seria de uma importância considerável.

O historiador Dennison de Oliveira, da UFPR, ressalta que o projeto de mandar as tropas para guerra é brasileiro. “Os Estados Unidos não queriam. Para eles, bastava o apoio formal. Isso reforçaria que os Estados Unidos lutariam pelas Américas”¹³⁵, revela.

As crescentes dificuldades da situação íntima brasileira e na colaboração Brasil-EUA com respeito à força expedicionária foram superados nos primeiros meses de 1944 por intermédio de uma combinação de acontecimentos inesperados na política sul-americana e novos desdobramentos da política externa estadunidense. Estes novos fatores permitiram que o governo brasileiro despachasse a sua força expedicionária aos campos de batalha e obtivesse uma série de benefícios deste envolvimento único na Segunda Guerra Mundial para um país latino-americano.

Não tem como falar do exercito brasileiro e não falar de Gois Monteiro que em 1939, foi enviado aos EUA em missão militar, que objetivava promover uma maior integração entre os dois países no momento em que se iniciava a Segunda Guerra Mundial. Essa aproximação, realizada de maneira lenta, mas sistemática, resultou na declaração e participação da guerra contra o Eixo em 1942, e no envio de tropas brasileiras à Itália, em julho de 1944, segundo sua biografia disponível no CPDOC.¹³⁶

Ainda em 1932, participou da comissão que elaborou o anteprojeto constitucional que serviu de base aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1933. Nomeado ministro da Guerra por Vargas, em 1934, sua gestão foi marcada por intenso envolvimento nas disputas políticas. Durante os trabalhos da Constituinte, alimentou expectativas de se eleger indiretamente à presidência da República, mas seu nome não obteve apoio entre os parlamentares, que preferiram conceder um mandato constitucional ao próprio Vargas.

Em maio de 1935, deixou o ministério, mas continuou exercendo grande influência no governo. Dele partiu a proposta de fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que reunia diversos setores de esquerda no combate ao fascismo e ao imperialismo. Em seguida, participou com destaque da repressão ao levante que setores da ANL promoveram em novembro de 1935. A seguir, mesmo sem

¹³⁵ OLIVEIRA, 2015, p.24;

¹³⁶CPDOC – Fundação Getúlio Vargas 1942- O Brasil na Segunda Guerra Mundial. Acesso em: 31 maio 2017/Arquivo GOES MONTEIRO. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001;

ocupar qualquer cargo formal no governo, passou a ser um dos elementos centrais no processo de fechamento do regime, que teve seu desfecho no golpe que instalou a ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Nos meses anteriores, havia assumido a presidência do Clube Militar, em janeiro, e o comando do Estado-Maior do Exército (EME), em julho.

A participação brasileira na guerra foi voluntária, resultado dos interesses nacionais e conveniências políticas e ainda, contou com pleno apoio da população a partir do momento em que a agressão do Eixo contra a frota mercante nacional, mais de 500 brasileiros foram mortos em decorrência do torpedeamento dos navios.

Dessa maneira, o Brasil, comandado por Getúlio Vargas declarou guerra contra Eixo em agosto de 1942. Politicamente, o país buscava ampliar seu prestígio junto ao EUA e reforçar sua aliança política com os militares. No ano de 1943, foi organizada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), destacamento militar que lutava na Segunda Guerra Mundial. Somente quase um ano depois as tropas começaram a ser enviadas.

Da criação da FEB até o primeiro embarque de militares para a Itália transcorreu quase um ano. Nesse período, dedicado à preparação e treinamento das tropas, inúmeros foram os desencontros entre Brasil e Estados Unidos, desde os relativos à liberação do equipamento militar necessário para a atuação das forças brasileiras, até os decorrentes da ausência de uma definição quanto à área de atuação da FEB. Finalmente liberados os armamentos norte-americanos de que o Brasil necessitava, no início de 1944, e superada a resistência britânica à presença de uma força brasileira no Mediterrâneo, o primeiro contingente de tropas brasileiras embarcou, em 30 de junho de 1944, rumo à Itália. Ao longo dos oito meses seguintes, outros quatro contingentes seguiram para o teatro de operações, juntamente com uma Unidade de Aviação de Caça e uma Esquadrilha de Ligação e Observação.¹³⁷

A Força Expedicionária Brasileira, FEB, foi à divisão do exército brasileiro que combateu na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. No início da década de 1940, o Exército seguia a doutrina militar da escola francesa. Entre oficiais e praças havia uma barreira quase intransponível, estabelecida por um rígido regime disciplinar que, além de respeito, impunha aos soldados um sentimento que se aproximava do pavor.

¹³⁷ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas 1942- O Brasil na Segunda Guerra Mundial. Acesso em: 31 maio 2017/Arquivo GOES MONTEIRO. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001;

As forças armadas brasileiras aprendiam as novas técnicas de combate, se modernizavam com material de origem norte-americana que chegavam em quantidade. Prontamente a recém-criada Força Aérea Brasileira estava voando com caças; o Exército Brasileiro recebia carros de combate peças de artilharia; e a Marinha do Brasil passaria a operar navios de guerra submarina.

Havia quatro questões na agenda de discussões em Estado Unidos e Brasil: de um lado, o fornecimento de materiais estratégicos brasileiros (bauxita, berilo, cromita, ferro-níquel, diamantes industriais, minério de manganês, mica, cristais de quartzo, borracha, titânio e zircônio) aos Estados Unidos e a rendição das bases do Nordeste para o parada de tropas norte-americanas; de outro, o consentimento de financiamento norte-americano para a modernização das Forças Armadas brasileiras e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.¹³⁸

Desde o início de 1941, os Estados Unidos estavam determinados a acabar com o fornecimento de matérias-primas brasileiras ao Eixo. Para isso assinaram com o Brasil um contrato de aquisição de toda a sua produção de materiais estratégicos. Nessas negociações, ênfase especial foi dada à borracha. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra em dezembro de 1941 e o conseqüente aumento de produção da indústria bélica norte-americana, o governo brasileiro procurou associar novos acordos de venda à obtenção de armamentos para suas Forças Armadas.

Outra cláusula nas negociações entre os dois países, foi à intenção do governo norte-americano de enviar tropas ao Nordeste brasileiro, com base no argumento de que a região se constituía em alvo potencial para um avanço alemão em direção América. Enquanto a concepção de defesa nacional dos Estados Unidos insinuava a ideia de que cabia às forças norte-americanas arcar com a defesa do continente, e o Brasil deveria conceder a permissão para a instalação de tropas nas bases militares do Nordeste do Brasil, os brasileiros persistiam em se encarregar da defesa de seu território. Para isso, porém, precisavam de material bélico moderno.

¹³⁸ ALVES, 2002, p. 156-57;

A despeito da realidade dessa ameaça e da plausibilidade de sua implementação, que não era se quer aventada por grande parte das autoridades políticas e militares brasileiras, subjacente a esse raciocínio existia a consciência real, de que a importância estratégica do Brasil havia crescido exponencialmente com a vitória alemã na Europa e o incontestável domínio do continente pelo eixo (...).¹³⁹

Era importante para os Aliados que o Brasil ficasse ao lado deles, em função da posição geográfica estratégica do país e de seu vasto litoral. O Brasil também cedeu bases militares aéreas e navais para os aliados. A principal foi à base militar da cidade de Natal (Rio Grande do Norte) que serviu de local de abastecimento para os aviões dos Estados Unidos.

Em relação ao hemisfério sul, qualquer caminho racional e seguro tinha como ponte de saída e chegada no continente sul americano a cidade de Natal e seus arredores, região mais oriental de todo o continente. Viagens ligando a cidade brasileira a diversos pontos da África Ocidental, como a Libéria, a Gambia Britânica ou o Senegal Frances, distavam, no máximo, ao em torno de 3.000 km.¹⁴⁰

As Diretrizes da Negociação deixa claro que o governo de Vargas concedeu facilidades importantes aos Estados Unidos. Em outubro de 1940 foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que trabalhou no aprimoramento de medidas comuns de defesa. A seguir, em janeiro de 1941, um acordo assinado entre os dois países previu a instalação no Rio de Janeiro de duas missões militares norte-americanas (Exército e Aviação). Em abril do mesmo ano, novo acordo concedeu facilidades para a Marinha americana em operações na costa brasileira e em julho de 1941 o Brasil autorizou a utilização de suas bases navais e aéreas no Nordeste pelos norte-americanos.

Segundo Moura¹⁴¹, o governo do presidente Roosevelt, no início de 1943, não tinha ainda uma posição clara sobre o projeto brasileiro de participação na guerra. Tinha ao menos concordado em levar uma missão brasileira à África do Norte para ter uma ideia mais concreta do teatro da guerra. O governo brasileiro decidiu, após o encontro

¹³⁹ ALVES, 2002, p. 90;

¹⁴⁰ ALVES, 2002, p. 92;

¹⁴¹ MOURA, 1991, p.88;

com Roosevelt, em Natal, assinar a Carta do Atlântico e entrar para as Nações Unidas, visto que em sua reunião com o presidente norte-americano, Vargas foi aconselhado a que o Brasil fizesse parte das Nações Unidas devido à conjuntura do conflito e a vontade brasileira de participar efetivamente da guerra.

Em janeiro de 1942, ocasião da Reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro, os Estados Unidos esperavam obter o rompimento das relações diplomáticas dos países do continente com os países do Eixo. A insistência no reequipamento feita pelos chefes militares brasileiros, representados pelos generais Eurico Dutra, ministro da Guerra, e Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, baseava-se no argumento de que o Brasil não estava preparado para arcar com as consequências do rompimento com o Eixo. Até mesmo para que esta participação fosse possível, era preciso produzir os elementos e alicerces de uma nação-forte, composta por soldados e cidadãos fortes e “aptos”. Um dos requisitos fundamentais para isso seria a melhoria de suas condições de saúde.

Após discussões difíceis entre os dois países, foi assinado, em março de 1942, um acordo que possibilitava o envio de armas e munições ao Brasil no valor de US\$ 200 milhões, em desdobramento aos chamados Acordos de Washington de 1942 que diziam respeito, basicamente, ao fornecimento de certas matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana. Em compensação, Vargas acatou à reivindicação dos Estados Unidos de aumentar seus ativos no Nordeste e construir novas instalações militares na região. A seguir, com a assinatura de um novo acordo político-militar em maio de 1942, foram criadas comissões militares nos dois países, encarregadas dos planos de defesa conjunta para o Nordeste e elevar a capacitação das Forças Armadas brasileiras.

Os próprios brasileiros nunca tiveram esse nível de preocupação, demonstrado pelas lideranças norte-americanas, como seu próprio território nordestino. No material bélico tantas vezes reclamado era para ser primordialmente concentrado, como de fato foi, na região sudeste e sul do país: no sudeste, centro econômico e político do país, para respaldar o importante papel político que os militares desempenhavam dentro da estrutura de poder estado novista; no sul para, ao mesmo tempo, inibir qualquer tentativa de sedição por parte de minorias étnicas (preocupação relativa basicamente a população de origem alemã), (...).¹⁴²

¹⁴² ALVES, 2002, p. 96;

Às vésperas da declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em agosto de 1942, era indiscutível o comprometimento brasileiro com os Estados Unidos. Mais uma vez, porém, a prática dos acordos de reequipamento das Forças Armadas enfrentaria problemas que só a criação da Força Expedicionária Brasileira iria resolver.

O governo brasileiro, particularmente na figura do presidente Getúlio Vargas, parece ter agido de acordo com esse raciocínio, procurando maximizar ganhos para o país, apresentando suas demandas antes de efetuar passos que estreitasses por demais o alinhamento requerido, sem, ao mesmo tempo, mostrar-se arredoio ou antagônico aos norte-americanos.¹⁴³

A relação Brasil/EUA, se construí entre 1940 à 1942, nesses dois anos ocorreram muitos encontros e reuniões para decidir os rumos dos países no conflito.

TABELA VII: Principais momentos da construção dessa aliança:

PERÍODO	EVENTOS
Outubro de 1940	Criação da Comissão Mista Militar Brasil-EUA (medidas comuns de defesa)
Julho de 1941	O Brasil autoriza a instalação de bases americanas no Nordeste.
Janeiro de 1942	Conferência do Rio de Janeiro- Os países americanos assumem o compromisso de solidariedade hemisférica com os EUA
Mai de 1942	Assinado o Acordo Bilateral Brasil-EUA (criação de comissões militares no Brasil e nos EUA para desenvolverem a defesa conjunta do Nordeste)
Julho/Agosto de 1942	Acontecem grandes protestos nas capitais brasileiras, exigindo a declaração de guerra a Alemanha, por conta do afundamento de 19 navios brasileiros por submarinos alemães, matando 740 pessoas
31 Agosto de 1942	O Brasil declara guerra a Alemanha e a Itália

Fonte: Arquivo Militar/POA;

“A Segunda Guerra Mundial teve como característica determinante o fato de que os países em conflito visavam pretensões ilimitadas. Em outras palavras, tinha

¹⁴³ ALVES, 2002, p.103;

como objetivo a submissão absoluta do adversário.”¹⁴⁴ Foi o conflito mais violento da História. A principal ação militar brasileira aconteceu na organização da campanha da Itália, onde os brasileiros foram para o combate ao lado das forças estadunidenses. Nesse breve período de tempo, 25 mil e 334 soldados brasileiros foram enviados para a Europa, com a perda de 443 homens.

TABELA VIII: NÚMERO DE ESPEDICIONÁRIOS EMBARCADOS POR ESCALÃO

25.334 expedicionários embarcados
5075 no 1º Escalão
10.375 2º e 3º Escalões
4.691 4º Escalão
5.082 5º Escalão

Fonte: Arquivo Militar de Porto Alegre/RS

Muitas campanhas com frases como: Engrandecer, salvar e defender a nação, eram elaboradas e utilizadas para atrair contingente:

(...) estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica; e defender: com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com a consciência, a liberdade; e, com o culto do heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir.¹⁴⁵

A propaganda de guerra e de defesa era um dos objetivos desde a criação do DIP. O Estado assumiu como sua tarefa o controle metódico de todos os meios de comunicação social existente. A justificativa para esse estava ligada à percepção da propaganda como fator de segurança da nação e de defesa das instituições nacionais. Propaganda e censura, eram vistas como armas de que o Estado Novo usava para ajudar a manter a unidade ideológica da nação, esclarecer as propostas do governo e educar a opinião pública dentro dos princípios doutrinários do regime.

¹⁴⁴ TOTTA, Pedro, *A Segunda Guerra Mundial - História das Guerras*; org Demétrio Magnoli; 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 357

¹⁴⁵ BILAC, 1917, p. 76

Pode-se dividir a ação estatal em relação à informação sobre o tema da Segunda Guerra Mundial em dois momentos: enquanto o Brasil mantinha sua neutralidade diante do conflito europeu, e a partir do rompimento de relações e da declaração de guerra contra o Eixo.

No primeiro momento, o país se encontrava em posição de neutralidade, o governo determinava que a imprensa, principalmente jornais e o rádio permanecessem neutros ao divulgar notícias sobre a guerra. A censura era então exercida com rigor, e era proibida a publicação de notícias, correspondências e artigos nos quais se pregasse ou insinuasse a necessidade de uma tomada de posição do governo brasileiro diante do conflito. A partir do seu novo posicionamento no plano internacional, declaração de guerra contra o Eixo, e em virtude do estreitamento das relações com os Estados Unidos, o Brasil passou a permitir, cada vez mais, a influência norte-americana sobre todos os meios de comunicação, ao mesmo tempo em que era detonada uma propaganda ordenada contra a ideologia e os países do Eixo. A imprensa, o cinema e outros veículos de comunicação brasileiros eram abastecidos com propaganda norte-americana, apresentando o sacrifício dos soldados na guerra e o poderio militar dos Estados Unidos.

Mas o Brasil também produzia sua própria propaganda de guerra. O DIP se dedicava a isso organizando cerimônias e concentrações populares cujo objetivo era a mobilização moral e material para o esforço de guerra. Toda a propaganda era feita no sentido de enaltecer as Forças Armadas do país, mostrando-as aparelhadas e aptas a enfrentar o desafio, salvaguardando assim a ordem e integridade da nação. Através dos cinema, jornais ou documentários, eram mostrados o embarque dos pracinhas, sua atuação no front, as batalhas vencidas, o estado de espírito da população brasileira diante do desenrolar dos acontecimentos na Europa. Eram ainda produzidos cartazes sobre os mais variados temas, como as Obrigações de Guerra, a convocação para o alistamento, a arrecadação de fundos etc.

O Exército Brasileiro estava mal equipado, só seria possível mobilizar uma divisão e mesmo assim com apoio dos americanos que só entregaram alguns equipamentos na véspera do embarque do primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Novamente, os brasileiros se veem nas mesmas situações que

enfrentaram na Guerra do Paraguai, se envolvem em um grande conflito externo sem estar devidamente preparado, o que resulta em evidentes improvisações¹⁴⁶.

A chegada de alguns canhões americanos anticarro de 57 milímetros e obuseiros de 105 milímetros possibilitou o treino de uma parte da artilharia regimental, mas a maior parte dos soldados só teve contato com essas e outras modalidades de armamentos ao chegar à Itália. Os canhões de 155 milímetros, que formavam uma bateria da Artilharia Divisionária, foram entregues apenas na frente de combate¹⁴⁷.

Mesmo assim, superando todos os percalços, a FEB foi vitoriosa em sua campanha na Itália, OS soldado brasileiro se dedicaram e também superaram problemas como, falta de recursos materiais e humanos, reagindo e treinando da melhor forma possível com o que dispunha o que veio a influenciar positivamente no resultado final.

Apesar de ter tido um bom desempenho em combate, os integrantes da FEB não imaginavam que ao regressar ao Brasil seriam desprestigiados pelo governo. Isso ocorreu por motivos políticos numa decisão do Estado Novo, de qualquer forma foi um grande descaso.

Em setembro, do mesmo ano em que o Brasil declarou Guerra, houve uma mobilização e em julho de 1943 a FEB findou o sistema de voluntariado. Porém apenas em Março de 1944, que a ocorreu uma maior mobilização em diversas cidades para o recrutamento e a concentração no Rio de Janeiro para o treinamento.

Havia apelos patrióticos para apresentações voluntárias para a FEB, desde o início, foi definido que as unidades expedicionárias seriam compostas principalmente de civis convocados da reserva. Entre os integrantes era quase nulo nos postos mais altos, mas aumentava gradativamente nos postos subalternos¹⁴⁸.

¹⁴⁶ BARONE, 2013, p. 113;

¹⁴⁷ BARONE, JOÃO. *O Brasil e a sua guerra quase desconhecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013 p. 113;

¹⁴⁸ IERVOLINO, Ana Paula. *A participação de teuto-brasileiros na FEB (1944-1945): memória e identidade*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 29.

A Força Expedicionária Brasileira, FEB, saiu do Brasil sob o comando do general João Batista Mascarenhas de Moraes com destino à Nápoles na Itália. Lá a FEB foi anexada ao 4º Corpo do Exército dos Estados Unidos, que era comandada pelo general Willis D. Crittenger, onde ganharam alimentos, roupas e armamentos para a guerra. Os recursos da tropa brasileira eram insuficientes e sucateados, receberam novo treinamento e armamento para só assim ingressar no front de batalha.

A FEB era composta por uma divisão de infantaria de 25.334 combatentes e tinha como lema “A cobra está fumando”. A origem da expressão era uma alusão à posição brasileira em relação ao conflito; alguns acreditavam que seria mais fácil fazer uma cobra fumar que o Brasil entrar em guerra. Esta expressão tornou-se o lema da FEB. Os brasileiros constituíam uma das vinte divisões aliadas presentes na frente italiana.

Adolf Hitler teria afirmado que somente quando uma cobra fumasse cachimbo o Brasil conseguiria enviar seus homens a guerra, tamanha incapacidade brasileira. Essa é uma das possíveis versões para o surgimento do lema e do distintivo que a Força Expedicionária Brasileira usou na Itália.¹⁴⁹

IMAGEM II



Fonte: Arquivo Militar de Porto Alegre/RS

¹⁴⁹ FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 51.

A FEB, após a convocação e recrutamento, foi congregada na região do Rio de Janeiro, no conhecido campo de instrução de Gericinó. Lá foram realizados os treinamentos precários para uma guerra moderna que seria travada na Europa. Os materiais prometidos pelos americanos demoraram a chegar, o campo de instrução era pequeno para realizar um treinamento com toda a divisão, havia a dificuldade de comunicação com alguns instrutores americanos. Os problemas eram muitos, mas o treinamento básico de combatente foi realizado com material do próprio Exército Brasileiro. Marchar, correr, atirar, e conhecimentos mínimos necessário foram passados, mas o material que usariam em combate só foi recebido na própria guerra. O treinamento da FEB foi realizado dentro das possibilidades de material e conhecimentos militares existentes no Brasil.

Existia um despreparo dos brasileiros, principalmente quando comparado com os americanos. A impressão de um treinamento insuficiente foi relatada por um dos ex-combatentes:

O preparo da FEB era o normal da vida militar em um quartel brasileiro. Não houve nada de especial, apenas algumas armas novas, como a bazuca. Nós atirávamos de bazuca, aprendemos a utilizar o jeep. (...) A preparação no Brasil não foi bem feita, mas não podia ser de outra forma. Aconteceu que fomos despreparados, mas outras nações também. Conversei com os americanos e estes também diziam não terem tido preparo para vir para aquele lugar, mas sim outro, era assim mesmo.¹⁵⁰

Por fim, sabemos que a FEB, a partir de registros oficiais do Exército Brasileiro, combateu, matou, teve pesadas baixas, obteve a rendição da 148ª Divisão de Infantaria alemã (um efetivo de aproximadamente 15 mil homens). Foi elogiada por suas façanhas nos campos de batalha por generais aliados, deixou 443 mortos em solo europeu, saiu vitoriosa da guerra mais sangrenta da História.

¹⁵⁰ MOTTA, A. M. (Coord.) *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Bibliex, Tomo 6, 2001. p 202..

Motivada por ideais antifascistas, integrada por camponeses, trabalhadores rurais e urbanos e por empregados do comércio, a FEB foi instrumento de um projeto político-militar que visava o fortalecimento do regime e a ampliação do prestígio e do poder e setores da classe governante civil e militar brasileira.¹⁵¹

Mas se considerarmos a análise do conjunto da nação brasileira, tarefa impossível para esgotar em um único trabalho, compreendendo então que a FEB, além de significar uma extensão de nosso Exército, representou uma expressão de parte do povo brasileiro.

A FEB transformou-se [...] em algo mais humano, mais vivo, mais real. E os seus componentes, em atores de uma intensa representação onde houve de tudo: o humor, o erro de organização, o temperamento do chefe, a dor, a alegria, o medo da morte, a coragem irrefletida, a inquietação, etc. Representação em que o homem, com o seu coração e o seu psique, se revelou por inteiro.¹⁵²

Os homens deveriam, então, ser selecionados por critérios rigorosamente funcionais para que fossem encaminhados para os postos onde melhor pudessem servir, de acordo com suas aptidões para produzir o maior rendimento. Por exemplo, os técnicos não deveriam ir para frente de batalha, pois seus cargos ficariam vagos e seriam ocupados por pessoas sem a mesma competência ou capacidade. Além disso, “um bom técnico poderia ser um mau soldado, e um bom soldado poderia vir a ser um mau técnico”.¹⁵³

O Brasil precisava estar mobilizado e unido, também, para assegurar o bom rendimento dos soldados brasileiros para frente de batalha. O Brasil só seria, então, uma nação forte, grande e digna se os brasileiros soubessem manter a união interna e a solidariedade. A FEB foi formada por homens de todos os estados do país e isso representava a união do país em sentimentos e em ações, o Estado Novo estaria se esforçando para conseguir uma união nacional e a organização da FEB seria um reflexo disso.

¹⁵¹ MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões*. Op. Cit., 2005, p. 38.

¹⁵² HENRIQUES, Major Elber de Mello. *A FEB doze anos depois*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959, p. 9.

¹⁵³ JUNIOR, Peregrino. *Seleção e preparação do material humano para a guerra*. *Cultura Política*, n. 31, ago. 1943, p. 249;

Ao ser abordada a questão da união e da mobilização nacional, nos diversos aspectos apresentado, na verdade, demonstram a necessidade de um governo centralizado e intervencionista para impulsionar a organização nacional para o esforço de guerra, e o quanto o Estado Novo teria essas características e estaria sendo capaz de realizar isso. Essas ideias fariam parte da continuação de um discurso desenvolvido pelos ideólogos do Regime, que já defendiam um governo assim para preservar a soberania nacional e a ordem interna.

2.1 O BRASIL SE POSICIONA NO CONFLITO

A posição brasileira começa a pender para o lado dos americanos, principalmente após 07 de dezembro de 1941, quando os japoneses bombardearam a base militar de Pearl Harbor e o ataque a navios nacionais levou o país a declarar guerra.

2.1.1 RECRUTAMENTO PARA A GUERRA E A FEB ENTRA NO CONFLITO

O Exército Brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial, teve como exigência numa campanha externa, encontrou muita dificuldade em formar uma força expedicionária realmente efetiva, sendo que teve que obter apoio externo para sanar suas necessidades.

Haviam avanços tecnológicos que eram constantes em todas as áreas, incluindo a militar, impossibilitaram uma grande mobilização pelo Exército Brasileiro.

Além da formação do novo soldado de infantaria e da revisão do importante papel dos suboficiais, era necessária uma quantidade de especialistas dentro da estrutura militar, como motoristas, datilógrafos, rádio operadores, eletricitas, cozinheiros, engenheiros, médicos e outros.¹⁵⁴

¹⁵⁴ BARONE, JOÃO. *O Brasil e a sua guerra quase desconhecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013, p. 110;

Com esses problemas não seria possível formar e equipar três divisões como inicialmente previsto. O Exército Brasileiro estava mal equipado só seria possível mobilizar uma divisão e mesmo assim com apoio dos americanos que só entregaram alguns equipamentos na véspera do embarque do primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A FEB foi formada com a seguinte organização:

Quartel-general.
Estado maior.
Três regimentos de infantaria, cada um com três batalhões.
Uma divisão de artilharia composta por quatro grupos.
Uma esquadrilha de ligação e observação. Um batalhão de engenharia.
Um batalhão de saúde.
Um esquadrão de reconhecimento.
Uma tropa especial.¹⁵⁵

A guerra é um acontecimento que mobiliza e amedronta o ser humano, pois se caracteriza pelo uso excessivo da violência. O universo militar esteve por muito tempo ligada a História dos generais e a descrição minuciosa dos conflitos.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o conceito de História Militar se ampliou significativamente, passando de uma história das guerras, campanhas, batalhas e feitos dos grandes generais, para a história das instituições militares, na paz e na guerra relação com a sociedade. Essa evolução não é um fenômeno isolado, mas coincide, e na verdade reflete a ampliação da dimensão dos fenômenos militares e a democratização das sociedades.¹⁵⁶

Monteiro, em seu trabalho¹⁵⁷ relata os estudos do historiador norte-americano Peter Beattie sobre o Serviço Militar Obrigatório, criado em 1908, quando o sistema de

¹⁵⁵ ALVES, 2002, p. 106;

¹⁵⁶ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *A História Militar Tradicional e a Nova História Militar*. XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH • São Paulo, julho 2011, p. 3.

voluntariado não atingia mais os números esperado, o recrutamento passou a ser visto como marca de Exércitos e nações. Recrutar:

(...) em tempos de paz era considerada como exemplo de atitude necessária e moderna. Tal ideia viabilizou o reforço de um ideal mais amplo de “soldado-cidadão”; ou seja, a passagem dos indivíduos pelas fileiras do Exército se constituiria como forma de construção e afirmação da nacionalidade.¹⁵⁸

O posicionamento brasileiro começa a pender para o lado dos americanos, principalmente após 07 de dezembro de 1941, quando os japoneses atacaram Pearl Harbor, visto que na Conferência de Buenos Aires, em 1936, ficou acertado que “qualquer ameaça a uma nação americana seria considerada uma ameaça ao continente”¹⁵⁹

Assim, o Brasil buscou uma forma de reagir, optando então por romper relações com os países do Eixo. Segundo Goyos Jr¹⁶⁰ “em 28 de janeiro de 1942, no encontro de chanceleres norte-americanos no Rio de Janeiro, o Brasil rompe relações com os Estados do Eixo e a Alemanha declara beligerância contra o Brasil”.

Após esse encontro, o Presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, veio ao Brasil nesse encontro janeiro de 1943.

Vargas expressou diretamente a Roosevelt o desejo de enviar tropas brasileiras para o front, assim como a necessidade imperativa da ajuda americana para esse fim, Roosevelt se comprometeu dizendo que gostaria de vê-lo ao seu lado nas mesas de negociações de paz.¹⁶¹

Assim, podemos perceber que o presidente americano assumiu o compromisso em ajudar, visto que tal apoio beneficiava os interesses americanos.

¹⁵⁷ MONTEIRO, Vitor José da Rocha *Do “exército de sombras” ao “soldado-cidadão”: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista Nação Armada (1939-1947)*. Rio de Janeiro: s.n., 2010, p. 45;

MONTEIRO, 2010, p. 63.

¹⁵⁹ BARONE, 2013, p. 80;

¹⁶⁰ GOYOS JR., DURVAL. NORONHA. *A campanha da Força Expedicionária Brasileira pela libertação da Itália*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 80;

¹⁶¹ GOYOS JR. 2013, p. 100;

Conforme Goyos Jr.¹⁶², Roosevelt cedeu por diversos motivos, mas principalmente porque a existência de tropas brasileiras lutando sob o comando norte-americano fortaleceria a liderança dos Estados Unidos na região. Já Getúlio Vargas procurava com a decisão de participar no conflito garantir ao Brasil mais prestígio no cenário mundial, bem como obter a liderança regional, conforme o autor também ressalta.

Estava aberto então o caminho para a formação da FEB, na primeira vez que o Exército Brasileiro combateu fora do continente.

¹⁶² GOYOS JR., DURVAL. NORONHA. A campanha da Força Expedicionária Brasileira pela libertação da Itália. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 85-86;

CAPÍTULO III

O RECRUTAMENTO MILITAR E A SEGUNDA GUERRA

Para obter maior entendimento de como o recrutamento ocorreu para a Segunda Guerra, divido esse período em duas fases e nomeio de 1º e 2º de Recrutamento. A primeira fase é constituída de inspeções rigorosas, com o objetivo de formar um exercito “perfeito”. Na segunda fase, com base nas ordens de serviço, observei que esses rígidos exames não existiam mais.

No século XIX, o recrutamento obrigatório se tornou regra na Europa. Nos Estados Unidos, a conscrição foi adotada por na Guerra de Secessão (1861-1865) e depois abandonada até a Primeira Guerra Mundial. Entre as potências ocidentais, aliás, apenas os Estados Unidos e a Grã-Bretanha dispensavam o recrutamento compulsório em tempo de paz. Em maio de 1939, quatro meses antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha instituiu o serviço obrigatório; só em 1960 o alistamento voluntário seria restabelecido. Depois da Segunda Guerra Mundial, quase todos os países adotaram o serviço militar obrigatório com diferentes graus de rigor, o Brasil adotou o sistema em 1916, quando a Primeira Guerra Mundial sangrava a Europa¹⁶³.

3.1 A HISTÓRIA DO RECRUTAMENTO NO BRASIL

O início do Exército Brasileiro regressa a forte presença de pessoas envolvidas com a atividade militar durante o período colonial. Havia as ameaças de invasões estrangeiras e o medo de revoltas relacionadas aos índios e aos negros, o que provocou uma sociedade fortemente militarizada. Isso fica claro nas palavras de Homero:

¹⁶³ GOYOS JR, 2013, p. 70;

Naquela época cerca de 5% dos homens de todas as idades pertenciam a uma das diversas tropas existentes, seja de soldados permanentes do Exército regular ou tropas de linha, recrutados por nada menos que 25 anos, ou então milicianos chamados de ordenanças ou auxiliares membros de unidades militares temporárias convocados apenas para treinamento e emergências.¹⁶⁴

Nesse período da história o governo tinha uma participação pequena na vida da população. O governo era incapaz de organizar um serviço público eficiente e na falta de outros órgãos os militares acabavam executando afazeres como restaurações em estradas, prédios públicos, serviço de bombeiros, etc.

Fica evidente a grande importância e comprometimento dos militares com a sociedade. Os militares exerciam várias funções, muitas delas relativas ao controle de revoltas, segurança interna e realizavam serviços públicos, o que não os livrou da atividade de defesa externa sempre que fosse necessário.

Percebemos que a presença dos militares foi marcante e mesmo necessária desde o início da formação do Estado Brasileiro, diferente de pensamentos que marcam o imaginário popular com afirmações como “o Brasil é um país pacífico”. Vemos uma realidade diferente com o país se envolvendo numa série de conflitos desde seu período colonial, tanto de origem externa como interna.¹⁶⁵

A instituição do serviço militar obrigatório ocorreu como uma forma de aperfeiçoamento da captação de pessoas para as forças armadas. “Tanto é que sua instituição não veio, na maioria das vezes, da substituição do soldado mercenário pelo soldado recruta; há a figura do recrutado “a laço”, como um animal, as fileiras de um exercito”¹⁶⁶.

O que chamamos hoje de serviço militar obrigatório é na verdade a civilização do ato de prender. A pessoa é obrigada por lei a cumprir sua obrigação militar, algo mais legítimo que o recrutamento forçado, pois força a todos, teoricamente, e não só

¹⁶⁴ HOMERO, ADLER. *Soldados na paz e na guerra*. Revista Nossa História, n. 38, 2006. p. 64 (leitura online);

¹⁶⁵ ZIMMERMANN, Odirlei. *O Exército Brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí – RS. 2012, p. 5.

¹⁶⁶ KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. *Serviço Militar, democracia e defesa nacional: Razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil*. Dissertação defendida na USP. São Paulo, 2001. p. 56.

uma classe desprivilegiada. Criando maior vinculação com a nação, tornando um serviço para todos os cidadãos brasileiros, independente da classe econômica. Compreendemos que essa mudança está ligada a aquisição de direitos por parte dos desprovidos.

O serviço militar é muito antigo, que teria início com as Capitâneas Hereditárias, um recrutamento forçado, com a intenção de proteger a costa do país de possíveis invasores. Conforme Kuhlmann¹⁶⁷, em sua dissertação, uma herança feudal.

Nelson Werneck Sodré em seus estudos e trabalhos faz uma interpretação da história militar do Brasil.

Na vasta obra de Nelson Werneck Sodré, pode ser destacada a trilogia publicada entre 1962 e 1965, um período crítico e decisivo da história nacional. Foi nessa época e nesses livros que Werneck Sodré amadureceu efetivamente sua leitura da formação social brasileira, começando com uma análise da formação histórica do Brasil e terminando com uma interpretação da história militar do Brasil.¹⁶⁸

De fato, a estrutura do livro História militar do Brasil apresenta uma evidente sintonia com a concepção de periodização de nossa história nacional vislumbrada nos outros livros que compõem a trilogia destacada por Marcos Del Roio.

O livro é dividido em três partes, Colonial, correspondendo ao período da conquista ultramarina desta parte do território americano por determinação da Coroa portuguesa até o processo de Independência; Autônoma, abrangendo da Independência até o fim da Primeira República e a Nacional, que vai de 1930 em diante. Oliveira Viana é um autor bastante citado por Sodré para enfatizar o “caráter guerreiro” da empresa colonial, permitindo alinhar o “sistema de fortificações” com os engenhos no processo de ocupação, defesa e produção. Sendo assim, “o senhor de terras será, conseqüentemente, autoridade pública. Investido, inclusive, do poder militar, salvo no mar, para o que não tem possibilidades”¹⁶⁹.

¹⁶⁷ KUHLMANN, 2001, p. 34;

¹⁶⁸ DEL ROIO, Marcos. “História da burguesia brasileira”. In: SILVA, Marcos (Org.). Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 163.

¹⁶⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 78.

As regulares, tropas vindas do reino, como aquelas que acompanharam Tomé de Souza e outros governadores-gerais, ou acudiram às operações especiais contra invasores poderosos, do tipo dos franceses que se estabeleceram na Guanabara e no Maranhão, ou do tipos dos holandeses, que se estabeleceram em Pernambuco, ampliando depois seus domínios; a semiregular, constituído pelas forças dos Serviços de Ordenanças, regulares do ponto de vista de que institucionalizadas pela legislação, a partir dos primeiros documentos, as Cartas de Doação e as Cartas de Floral, concedidas aos donatários, e ampliadas com os Regimentos baixados aos governadores-gerais, mas irregulares do ponto de vista de que não eram compostas de soldados, mas de moradores, povoadores, sesmeiros, que deixavam os seus trabalhos para acudir às necessidades militares, quando se apresentava a oportunidade; e irregulares, aquelas que se organizam à base de povoadores, moradores ou colonizadores, à margem da legislação e, portanto, da vontade das autoridades metropolitanas ou locais, para atender a uma necessidade dos próprios interessados, do tipo da bandeira.¹⁷⁰

Esses tipos de organização militar acabam por prevalecer durante um longo período da colonização, no qual se mantinha uma estreita aliança de interesses entre as classes dominantes coloniais e metropolitanas. No decorrer do século XVIII, tal aliança de interesses fica abalada em função da mineração. Dessa maneira, Sodré destaca que o inimigo a ser combatido pelas forças militares vai deixar de se concentrar nos “indígenas” ou nos “piratas”, mas, com a mineração, o inimigo principal vai ser o “próprio povo, que sofre da tributação extorsiva”¹⁷¹.

Diversas ações foram adotadas para incrementar a organização militar, como a criação do Corpo da Brigada Real do Brasil, o Arsenal Real da Marinha, a Real Academia dos Guardas Marinhas, a Academia Real Militar, a Real Fábrica de Pólvora, a Intendência e Contadoria da Marinha. Toda uma movimentação de centralização dos poderes que antes se encontravam delegados aos senhores de terras.

Na segunda parte do livro, Autônoma, o cenário político apresenta mudanças com abdicação de D. Pedro I ao trono, em 7 de abril de 1831, e as revoltas do período regencial. O sentido da renúncia de D. Pedro I, enquanto consolidação do movimento de Independência, vai adquirindo sua foma com a crescente dominação da classe dos

¹⁷⁰ SODRÉ, 2010, p. 32-33.

¹⁷¹ SODRÉ, 2010, p. 78.

senhores de terras. Essa classe de latifundiários forja seu instrumento militar com a criação da Guarda Nacional ainda no ano de 1831, conforme aponta Sodré:

Não é preciso demorado exame para verificar como, em todos os seus detalhes, a Guarda Nacional representava uma criação específica do regime dominado pela classe senhorial. Sua subordinação às Câmaras Municipais, aos juízes de paz, às listas eleitorais, denunciam características nitidamente de classe, uma vez que tais elementos eram representantes diretos de senhores de terras. Ao lado das forças de linha, assim, criava-se um instrumento militar específico dos grandes proprietários, destinado, pela confiança integral que merecia deles, a neutralizar, em qualquer eventualidade, as tendências da tropa regular. E não foi por mera coincidência que, em decreto de 17 de janeiro de 1832, ficava declarado que os militares não gozavam de foro especial no caso de crime político. A Sociedade Militar, perigosa organização paralela que agrupava numerosos elementos militares envolvidos nos tumultos da época, era dissolvida em 7 de dezembro. Em 12 de agosto de 1834 passava no legislativo emenda constitucional cuja essência representava os interesses da classe dominante. Pouco a pouco, os elementos representativos dela concentrariam todos os poderes, o militar, o religioso, o político, o administrativo. Diante das ameaças que enfrentavam, lançavam mãos de todos os recursos, na defesa dos privilégios que detinham.¹⁷²

Diante desse quadro de regressão conservadora, as forças armadas regulares passam a desempenhar um papel secundário face ao fortalecimento progressivo da Guarda Nacional. Uma situação que passa a ser revertida a partir da Guerra do Paraguai, quando o “Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e a coesão interna, que dele fariam daí por diante, o ponto de maior resistência do nosso organismo político”¹⁷³. Vários acontecimento, além da Guerra do Paraguai, também tiveram importância como a abolição e o tenentismo.

¹⁷² 1 SODRÉ, 2010, p. 153.

¹⁷³ SODRÉ, 2010, p. 174 e 176;

Cumpre-me ainda ponderar à V. Exa que o procedente de não recrutar-se Guardas Nacionais ainda mesmo mal qualificados, tem seos de péssimas consequências; os officiaes infesos ao Governo, e que estamos empenhados, jogo de partido, assegurão aos praças de sua companhia, que serão ellas postas em liberdade logo que forem recrutadas. Com esta segurança fogem ellas do alistamento.¹⁷⁴

Em 1908, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Ministro da Guerra durante a presidência de Afonso Pena, cria a lei do sorteio e torna obrigatória a instituição militar em colégios secundários. Com tudo, o Ministro não conseguiu que a lei fosse aplicada.

Em 1915, Olavo Bilak começa uma campanha de incentivo para trazer a elite para dentro do exército, um ano depois a Liga de Defesa Nacional era formada pela elite. Havia também os “jovens turcos”, que com apoio do Barão de Rio Branco estagiaram no exército alemão, que criaram a revista “Defesa Nacional” para ajudar a melhorar o exército.

A Liga de Defesa Nacional tem sua estreia na política oficial em 07 de setembro de 1916, na Biblioteca Nacional. Tem como fundadores Olavo Bilak e Henrique Coelho Neto, ambos membros da Academia Brasileira de Letra. A Liga tinha representantes em todos os Estados Brasileiros, do poder civil, militar, e várias figuras ilustres. A Liga sempre teve como ideia expandir o patriotismo e preparar a mentalidade dos brasileiros para defesa da Pátria.¹⁷⁵

Cria-se a Educação Moral e Cívica, com cartilhas elaboradas por militares. “Os assuntos dessas cartilhas são fortemente marcados por temas pelos quais se desejava que as crianças fossem influenciadas, o que é exemplificando através dos títulos dos contos: “a fronteira”, “a pátria”, “o recruta”, “a defesa”, “pátria nova”, totalmente ligados as preocupações.”¹⁷⁶

Em dezembro de 1916, depois de muita propagando, para ganhar adeptos, é realizado o primeiro sorteio militar, supostamente o problema estava resolvido. Entretanto, havia algumas dificuldades como: as pessoas que não se apresentavam para

¹⁷⁴ Seção Provincial. Presidente da Província. Guarda Nacional PPI/16 cx. 166. ano: 1865. APM.

¹⁷⁵ KUHLMANN, 2001, p. 62 – 63.

¹⁷⁶ KUHLMANN, 2001, p. 63;

servir, não sofriam nenhuma punição, os que eram voluntários, os sorteados, após o ano de serviço militar voltavam antimilitaristas, por causa das péssimas condições dos quartéis, não havia um recenciamento bem feito, instituições comerciais e indústrias não forneciam a lista dos empregados, vários habeas corpus eram arrumados e não havia uma fiscalização eficiente nos órgãos responsáveis pelo sorteio, destinado a corrigir desvios.¹⁷⁷

Na fase Nacional, Sodré procura demonstrar as características de um novo período histórico inaugurado com a chamada revolução de 1930 e a decorrente instauração da “era Vargas”. Esse processo de ascensão burguesa, ainda que, inicialmente, buscando estabelecer uma conciliação com as forças representativas do latifúndio e do imperialismo, constituiria um inequívoco impulso para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

De acordo com o Decreto de 1935¹⁷⁸, existia o recrutamento forçado dos soldados, cuja duração variava de seis a nove anos. O recrutamento forçado provocava extremo horror por parte da população para com a carreira militar. Em 1874, a lei que regula o alistamento é aprovada, essa lei era punitiva para quem não quisesse servir, com por exemplo, pagar uma multa ou apresentar um substituto. Resumindo, os pobres continuavam sendo obrigados e continuavam a sofrer castigos. “Uma tentativa de melhorar o padrão da mão de obra foi uma criação da Confederação Brasileira de Tiros, em 1896, para chamar a atenção dos jovens de classe média e alta ao serviço militar, que não surtiu efeito.”¹⁷⁹

A lei do sorteio é substituída pela lei do serviço militar obrigatório, que adota medidas punitivas como a existência de certificado de serviço militar para concorrer a cargos públicos. Em 1934, essa lei é anexada à constituição. E conforme o Decreto-Lei nº 1.187, de 04 de abril de 1939, no Estado Novo, não são só os sorteados que participam do processo do serviço militar, mas toda a classe que tenha uma determinada idade.

Após isso, a constituição de 1946 praticamente manteve o mesmo texto, quando ao serviço militar, as de 1967 e emenda n.1, de 1969 só acrescentaram algo relativo à responsabilidade com a segurança nacional.

¹⁷⁷ CASTRO, Celso. *A origem do Serviço Militar Obrigatório no Brasil: a lei do Sorteio Militar*. Relatórios de pesquisa CNPQ, março. 1993, p. 53-56.

¹⁷⁸ COLEÇÃO LEIS DO IMPÉRIO, 1835, Decreto de 20 de novembro.

¹⁷⁹ KUHLMANN, 2001. p. 60.

Um dos assuntos principais para se refletir é a relação entre militares e sociedade. E a melhor forma para entender essa relação é a questão do recrutamento, a forma pela qual os indivíduos entram nas Forças Armadas, mais especificamente no Exército.

Os métodos de recrutamento – que não formam um conjunto de procedimentos homogêneos ou cristalizados no tempo – são importantes não apenas por constituírem um mecanismo básico de formação e reprodução da instituição militar, mas porque expressam, por excelência, as relações que tal instituição estabelece com a vida social mais ampla na qual está imersa em distintos contextos históricos, bem como os aspectos internos que lhe são constitutivos em cada época.¹⁸⁰

O alistamento militar é um ato obrigatório a todo jovem brasileiro do sexo masculino. A inscrição deve ser realizada no período de 1º de janeiro ao último dia útil do mês de junho do ano em que o cidadão completar dezoito anos, na Junta de Serviço Militar (JSM) mais próxima de sua residência.

Obrigatoriedade do serviço militar hoje é disciplinada pela Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

Na Segunda Guerra o serviço militar era regido pelo Decreto-Lei Nº 1.187, de 4 de Abril de 1939. O decreto deixa claro e evidente que todo brasileiro é obrigado ao serviço militar para a defesa nacional, na forma das leis federais e respectivos regulamentos e o prestará de acordo com a sua situação, capacidade e aptidão. O alistamento se torna obrigatório para o serviço militar, dentro de 20 (vinte) meses, a contar do dia em que completar 18 (dezoito) anos de idade e os naturalizados não poderão repudiar a sua condição de brasileiro, para adquirir outra nacionalidade, durante o prazo da prestação efetiva do serviço militar no Brasil.

Sobre a convocação o decreto esclarece todo brasileiro, alistado ou não, é obrigado a apresentar-se, como convocado, nos locais e nas datas que o regulamento desta lei estabelecer e o zelo pela saúde permanece estabelecido, todos os chamados a incorporar-se serão obrigatoriamente submetidos à inspeção de saúde. E os voluntários continuavam liberados a colaborar com a pátria e foram incorporados artigos com penas para quem não cumplice os termos da lei (ver em anexo Decreto na integra).

¹⁸⁰ MONTEIRO, 2010, p 26.

A partir desse momento, não são só os sorteados que participam do processo de serviço militar, mas toda a classe que pertence a uma determinada idade. Entretanto, a mudança no texto constitucional quando ao serviço militar obrigatório aos que apesentassem motivos religiosos, políticos ou filosóficos.¹⁸¹ Sendo assim poderia abrir brechas futuras para burla a lei.

3.1.1 RECRUTAMENTO PARA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A FEB NO CONFLITO

Em relatório apresentado ao Presidente Vargas, em novembro de 1940, Eurico Gaspar Dutra expressava preocupação acerca dos problemas sanitários dos indivíduos convocados pelo Exército. De acordo com o então Ministro da Guerra, com a incorporação de indivíduos às fileiras do Exército vinham à tona as precárias condições de saúde da população brasileira, principalmente a das áreas rurais, criando embaraços à ideia de “defesa nacional”: “O índice de jovens incapazes fisicamente é alarmante e merece [ser] encarado com todo o desvelo. De 1932 a 1939 esse índice atingiu a 31% dos convocados ou apresentados (voluntários e sorteados). Note-se, todavia, que muitos dos jovens julgados aptos para os serviços das armas, apresentam, logo após os primeiros meses depois da incorporação, sintomas denunciadores de afecções sérias – de degenerescência ou de origens infecciosas – que os tornam absolutamente incapazes, senão nocivos à caserna”¹⁸²

Em Agosto de 1943, uma Portaria Ministerial, estabeleceu as normas gerais de estruturação da Primeira Divisão de Infantaria do Exército. Nela estava previsto que seriam aproveitadas unidades já existentes, transformadas algumas, e criadas outras. Porém, numerosos e difíceis foram os obstáculos à tarefa de se organizar uma Força Expedicionária de acordo com os moldes norte-americanos. No final de novembro de 1943 tomou posse a Primeira Divisão de Infantaria do Exército, que foi instituída e organizada por General João Batista Mascarenhas de Moraes, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas¹⁸³.

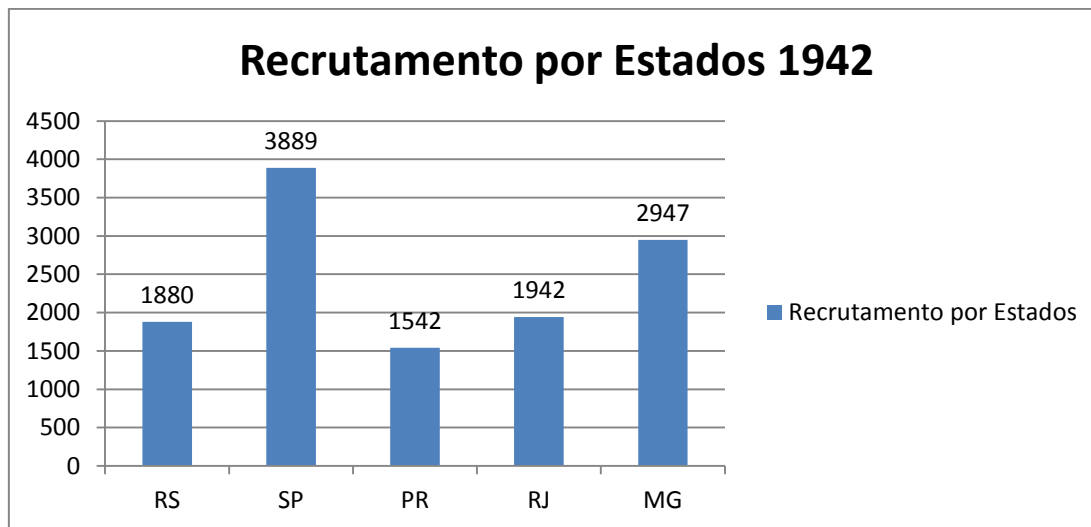
¹⁸¹ KUHLMANN, 2001. p. 68;

¹⁸² Relatório Ministro da Guerra ao presidente; Dutra, nov. 1940, p. 49

¹⁸³ FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da UNB, 1999, p.213

No gráfico abaixo podemos avaliar a primeira fase do recrutamento nos estados do Brasil.

TABELA IX: Gráfico recrutamento



Fonte: Arquivo Militar de Porto Algre/RS

O estado do Rio Grande do Sul, está entre os 20 que mandaram soldados para o confronto, o estado foi o 4º com maior número de recrutas.

Em um decreto do Ministro da Guerra Dutra, de janeiro de 1944, onde foi expedido a nota do comandante da 3ª Região Militar, avisando que estava aberta as portas dos quartéis ao voluntariado para se apresentar para a defesa da pátria e para o desagravo da soberania nacional. O decreto também ressalta que Estado do Rio Grande do Sul, tem um histórico de servir em conflitos voluntariamente e que nesse momento a pátria estava convocando para marcharem em defesa do país.

Em janeiro de 1944, o Ministro da Guerra realizou a abertura do voluntariado, mandando incluir nos corpos da tropa, como convocados, os brasileiros aptos que se comparecessem prontamente e que tivessem mais de 18 e menos de 30 anos de idade. A seleção do voluntariado realizou-se em todo o país. Os que embarcariam para a Europa foram chamados de “pracinhas” pela imprensa e passaram a ser adorados pelo movimento patriótico e antifascista, que tinham suas ações como exemplo para os brasileiros. Poucos eram estudantes universitários, apesar de muitos terem se oferecido como voluntários. A grande maioria do voluntariado era formada por analfabetos,

trabalhadores do campo, operários, comerciários e funcionários públicos com curso primário ou ginásial.¹⁸⁴

Ao lado dos voluntários, encontrava-se a grande maioria dos convocados, oriundos de todas as partes do país. Estes foram chamados através de listagens nos jornais ou recebiam comunicados em casa. Ao apresentar-se, eram submetidos a exames de saúde, e após duas semanas, se aprovados, eram distribuídos para os quartéis onde começavam seus treinamentos como membros da infantaria expedicionária, na sua maioria.¹⁸⁵

Os voluntários e os convocados que se apresentavam nos quartéis eram submetidos a um rigoroso processo seletivo para verificar a higidez física e a aptidão psicológica.

Enquanto a guerra durasse o núcleo do voluntariado da FEB continuava aberto. Porém dos mais de 25 mil homens enviados apenas 1500 eram voluntários. A primeira seleção foi muito mais rígida, na sequência os níveis de exigência foram diminuindo.

Comandava o Regime na época, o Coronel José Oliveira Monteiro, quando a 26 de janeiro de 1944, os primeiros pracinhas, foram designados voluntariamente para o 6º Regimento de Infantaria. Essa unidade ficava em São Paulo, cidade de Caçapava. O objetivo era integrar o voluntariado.

O final da década de 1930 e o início da de 1940 terem sido marcados pelas especulações, estudos e “constatações” em torno do Censo Nacional divulgado em 1940. Nesta referida pesquisa demográfica, foram publicadas as informações sobre um Brasil onde 28.356.133 pessoas viviam na área rural do país, enquanto 12.880.182 brasileiros moravam nas regiões urbanas (portanto, menos da metade dos habitantes do interior do Brasil). Do total de 41.236.315 pessoas que viviam em todo o território nacional, a proporção entre os sexos era extremamente equilibrada: 20.614.088 homens e 20.622.227 mulheres.¹⁸⁶

De acordo com Carvalho, os efetivos do Exército brasileiro entre 1930 e 1940 quase duplicaram, aumentando de 47.997 (destes, 4.185 eram oficiais e 43.812 graduados) para 93.000 (dos quais os oficiais eram 6.429). Dos recursos do orçamento federal destinados aos ministérios, os gastos militares, numa série que acompanhou todo

¹⁸⁴ SANTOS, 2006, p. 53.

¹⁸⁵ SANTOS, 2006, p. 54

¹⁸⁶ Departamento Nacional de Imigração, 1941;

o primeiro governo Vargas, encontraram seu ápice no ano de 1942, ano de fundação da Força Aérea Brasileira. O Exército obteve 23,5%, a Marinha, 7,5% e a Aeronáutica, 5,5%, totalizando 36,5%¹⁸⁷.

Arthur Lobo, experiente coronel-médico do Exército, passou boa parte da sua vida militar servindo em vários hospitais e juntas de saúde em diversas regiões do país. Praça de 1899 atuou como médico militar no Hospital Central do Exército (1901, 1904 e 1912), no Hospital Militar de Manaus (1905) e no Hospital Militar de Recife (1907), bem como integrou a Junta Superior de Saúde (em 1922), era referência em hospitais militares de todo o país, inclusive o Hospital Militar de Porto Alegre/RS e Santa Maria/RS.

As estatísticas no campo da saúde, tão caras ao Dr. Arthur Lobo, serviriam, dessa forma, à elaboração de conhecimentos importantes no sentido da criação de um Exército preparado e moderno. Tais estudos estatísticos, e as resoluções que por ventura fossem resultados deles, contribuiriam para criar um canal “cientificamente” delineado entre o Exército e a sociedade, pois o que estava em jogo era a qualidade do elemento humano que fazia parte e / ou estava sendo incorporado à referida força armada. Só assim a resolução dos problemas de saúde dos componentes do Exército seria possível.¹⁸⁸

Segundo informações retiradas de documentos no Arquivo Militar de Porto Alegre, para ser considerado apto para a guerra, o soldado tinha de estar com a saúde perfeita, 26 dentes, 5 anos de escolaridade, idade mental de 10 anos, altura superior ao 1,65.¹⁸⁹

Em ordens de serviço do período, vinham ordens claras que uma vez considerados aptos, deveriam ficar em condições de seguir para o Rio de Janeiro e, possivelmente, serem integrados à Força Expedicionária Brasileira (FEB). A inspeção de saúde do pessoal da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, foi realizada no Hospital Militar de Santa Maria, veio gente de toda a região da fronteira. Após a realização dos exames, os soldados voltavam para as suas Unidades e aguardavam a divulgação dos resultados.

¹⁸⁷CARVAHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005b, p. 87-89.

¹⁸⁸ MONTEIRO, 2010, p. 91;

¹⁸⁹ Arquivo Militar/ POA, Ordem de Serviço N°782, 1942, livro XII, p. 678;

Os soldados reprovados nos exames médicos foram licenciados; os que haviam sido convocados, mas considerados inaptos, foram dispensados da incorporação no Exército. Para os que estavam com a saúde perfeita, restava dar a notícia à família e aguardar o embarque.

Na Segunda Guerra, 1940, segundo Monteiro¹⁹⁰, publicaram-se estatísticas sobre o concurso à Escola Militar, ficando clara a importância dada à preparação física dos candidatos que pleiteavam uma vaga no oficialato do Exército, os dados batem com os encontrados no Arquivo Militar de Porto Alegre/RS:

Desses documentos relatórios do concurso de admissão extraímos a seguinte síntese:

Inscreveram-se ----- 1. 899.

Apresentaram-se ----- 1.676.

Foram inabilitados:

No exame médico ----- 437.

No exame físico ----- 38.

No exame físico a Escola Preparatória de Cadetes apresentou melhor resultado que as demais concorrentes. Ela teve apenas 3,4% de reprovados; o Colégio Militar 6,8% e os civis 8,6%. Essa graduação revela o cuidado e interesse pela educação física nos diversos estabelecimentos de ensino. (Dados estatísticos, jun. 1940, p. 116).

Dessa forma, de acordo com a revista Nação Armada, seria preciso um controle prudente na entrada de indivíduos nas linhas do Exército. Sendo assim, as próprias escolas militares seriam mais capazes de preparar os indivíduos para o ingresso nos corpos do Exército. Os motivos de reprovação por conta de problemas “médicos” e “físicos” eram diversos:

Causas de reprovação no exame médico:

Origem dentária ----- 294

Fraqueza orgânica ----- 79

Varicocele ----- 38

Gripe ----- 20

Coração ----- 12

Defeitos de visão ----- 6

Gagueira ----- 2

Etnia -----120

(Dados estatísticos..., jun. 1940, p. 117).

¹⁹⁰ MONTEIRO, 2010, p. 107;

Para alguns autores a palavra recrutamento tem várias interpretações. Para Chiavenato¹⁹¹ “o recrutamento é um conjunto de técnicas e procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização”. Conforme Toledo¹⁹² “o recrutamento é a série de atividades que trata dos estudos e contatos com a necessidade e o objetivo do recrutamento, assim como da primeira convocação de candidatos”.

Devido essa rígida exigência do exercito os profissionais da saúde foram mais valorizados. É interessante perceber, também no âmbito específico da medicina militar, esta preocupação com o treinamento e a formação de quadros técnicos específicos.

“O soldado e a enfermeira, os dois pólos magnéticos em que se encaram a bravura do homem e a bravura da mulher; as duas estrelas-guias, os dois clarões de glória: um retumbante como um hino, outro, murmurante como uma prece; um ardente, como o sol, outro, níveo como o luar; Caxias e Ana Nery que esculpiram na História da Pátria, os exemplos singulares da Honra e do dever”.¹⁹³

Foram construídas instalações militares para darem suporte a FEB:

CONSTRUÍDOS:

- Hospital Militar da Baía – S. Salvador.
- Hospital Militar de Alegrete – Rio Grande do Sul.
- Hospital Militar de Santo Ângelo – Rio Grande do Sul.
- Sanatório Militar de Itatiaia (ampliação).
- Laboratório Químico Farmacêutico Militar – Capital Federal.
- Pavilhão de Neurologia e Psiquiatria do Hospital Central do Exército – Capital Federal.
- Policlínica Militar – Capital Federal.
- Hospital Militar de Belém – Pará.
- Instituto Militar de Biologia.
- Hospital Militar de Porto Alegre – Rio Grande do Sul.
- Enfermaria – Hospital de Óbidos – Pará (Dutra, jan. 1941, p. 29-30).

¹⁹¹ CHIAVENATO, Idalberto. *Iniciação à administração de pessoal*. São Paulo: McGraw-Hill, 1990, p. 197

¹⁹² TOLEDO, Flávio de. *Administração de pessoal: desenvolvimento de recursos humanos*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1992, p.73.

¹⁹³ ANDRADE, Paulo de. *Uma sugestão à margem do problema das promoções no Exército*. Nação Armada: Rio de Janeiro, nº 73, p. 10-17. 1945, p. 34.

Se tratava de uma “guerra/luta” contra os “inimigos” representados pelas doenças. A campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro, conduzida pelo Oswaldo Cruz, bem como as campanhas de combate de doenças como a ancilostomíase, a malária e a febre amarela realizadas pela Fundação Rockefeller¹⁹⁴ eram exemplos pragmáticos programas e ações sanitários dotados de estrutura e disciplina militares. A higiene nas ações do Exército, era um forte fator constitutivo da saúde dos soldados e, por consequência, do país. Contra as condições sanitárias consideradas “ruins”, as ações higienizadoras da caserna retumbariam não só entre seus muros: era uma questão de defesa e de “progresso” do Brasil.¹⁹⁵

De acordo com José Murilo de Carvalho¹⁹⁶, no período entre as duas grandes guerras mundiais, o Exército brasileiro, como a maioria dos exércitos nacionais regulares, estabelecia vínculos com a sociedade a partir de duas vias: a entrada e a saída. A primeira caracteriza-se pelo recrutamento de oficiais e praças, representando o fluxo de pessoas da sociedade para o Exército, enquanto que a segunda via efetua-se pelo movimento contrário, ou seja, a “devolução” dos indivíduos ao seio da sociedade.

Em uma entrevista realizada por Gizáh Szewczak com Dennison de Oliveira sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, episódio histórico que mudou o mundo, ele afirma:

Pouquíssimos soldados profissionais, com longo tempo de serviço, foram aproveitados. Metade dos oficiais subalternos eram reservistas, e também cerca de metade dos efetivos eram recém recrutados (a maioria oriunda da zona rural e com baixos níveis de saúde e educação). A maior parte do oficialato da ativa conseguiu escapar do envio para a guerra. Justamente os mais pobres e menos instruídos, com poucos contatos sociais influentes que lhes permitissem se evadir, é que foram recrutados. Como admitiu o chefe do Estado Maior da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao embarcar no navio que levaria nosso primeiro escalão de combatentes para a Europa: "A bordo, só estavam os que não conseguiram escapar". Dos 25 mil homens enviados para a luta, menos de 1.500 eram voluntários. A artilharia teve oportunidade de treinar aqui no Brasil usando o mesmo tipo de material que seria empregado na linha de frente, mas a infantaria não teve a mesma sorte. Dos três regimentos de infantaria enviados, apenas um recebeu treinamento condizente com a realidade da luta que seria travada (treino esse

¹⁹⁴ ANDRADE, Op. Cit. 10-17. 1945, p.36.

¹⁹⁵ MONTEIRO, 2010, p. 110.

¹⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 62-101. 2005. p. 75;

quase todo feito por instrutores norte-americanos). Os outros, como admitiu o próprio comandante da FEB, partiram do Brasil "praticamente sem instrução". Pior ainda, a FEB jamais realizou um treino em conjunto, que permitisse detectar falhas na sincronização das manobras.¹⁹⁷

Dentre os motivos, em documentos oficiais do exército, que levaram os pracinhas a se voluntariarem para ir à guerra, tiveram destaque a luta pelos ideais de paz e liberdade, que estavam ameaçados; a honra da Pátria.

A imagem abaixo mostra exemplo de cartazes que foram distribuídos em várias capitais brasileira, como: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, entre outros), no período que antecedeu o envio de tropas brasileira.

IMAGEM III



Fonte: Museu Militar de Porto Alegre/RS

Os voluntários e os convocados que se apresentavam nos quartéis eram submetidos a um rigoroso processo seletivo para verificar a higidez física e a aptidão psicológica. Uma vez considerados aptos, deveriam ficar em condições de seguir para o Rio de Janeiro e, possivelmente, serem integrados à Força Expedicionária Brasileira (FEB).

¹⁹⁷ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1930-1945. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 62-101. 2005. p. 75;

Dos oficiais superiores do corpo expedicionário brasileiro, 98% pertenciam à ativa do Exército, como da ativa eram 97% de seus capitães. Em compensação, 49% dos subalternos da tropa pertenciam à reserva, isto é, eram civis convocados nas mais diferentes partes do Brasil para completar os quadros da Força Expedicionária Brasileira.

Após a realização dos exames, os soldados voltavam para as suas Unidades e aguardavam a divulgação dos resultados. Para quem havia forçado a dispensa usando os subterfúgios já mencionados, a confirmação da doença era recebida com alegria, às vezes, contida; outras vezes, explícita. O que torna questionável o que consta nos registros oficiais colocados anteriormente.

Os soldados reprovados nos exames médicos foram licenciados; os que haviam sido convocados, mas considerados inaptos, foram dispensados da incorporação no Exército. Para os que estavam com a saúde perfeita, restava dar a notícia à família e aguardar o embarque.

Os pracinhas que partiram de Santa Maria seguiram até a Capital do Brasil usando dois meios de transporte: o ferroviário e o marítimo.

Em ambos os casos, o início da viagem deu-se sobre trilhos. O primeiro e outros grupamentos percorreram todo o trajeto de trem, passando por Cruz Alta e São Paulo. Outros grupamentos, passando por Cacequi, deslocaram-se até o Porto de Rio Grande e, de lá, até o Rio de Janeiro, em navio de carga.

A inspeção de saúde do pessoal da região noroeste do Estado foi realizada no Hospital Militar de Santa Maria.

Dennison Oliveira coloca que os soldados do Rio Grande do Sul, apresentavam melhores condições de saúde, devido o clima, com um inverno semelhante ao Europeu.¹⁹⁸

Em um Boletim Interno da Diretoria das Armas, de 7 de agosto de 1944, seguiram nessa data para a Capital Federal (Rio de Janeiro, na época), com destino ao centro de Recrutamento da FEB, vários soldados para seguirem para a Guerra. E o telegrama n° 98 – I – Y, urgente, transcrito no Boletim Interno n°307 de 27 de dezembro de 1944, determinou o envio de mais soldados, com urgência, para os campos de batalha italianos¹⁹⁹.

¹⁹⁸ OLIVEIRA, Dennison. *Soldados Alemães de Vargas*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 68;

¹⁹⁹ Arquivo Militar/ POA, Ordem de Serviço N°307, 1944, livro XV, p. 566;

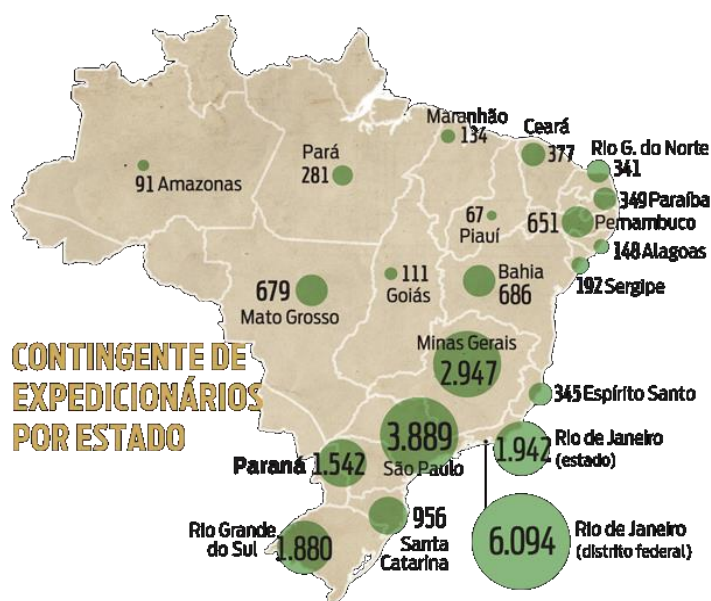
O Boletim Interno nº 11, de janeiro de 1945²⁰⁰, publicou a transferência de mais soldados, transcreveu a ordem de guerra que determinava o relacionamento de todas as praças voluntárias para integrar o contingente da Força Expedicionária.

Dennison de Oliveira relata qual era o perfil dos soldados brasileiro e como foi seu treinamento e afirma que pouquíssimos soldados profissionais, com longo tempo de serviço, foram aproveitados²⁰¹. Metade dos oficiais subalternos eram reservistas, e também cerca de metade dos efetivos eram recém-recrutados (a maioria oriunda da zona rural e com baixos níveis de saúde e educação). A maior parte do oficialato da ativa conseguiu escapar do envio para a guerra. Justamente os mais pobres e menos instruídos, com poucos contatos sociais influentes que lhes permitissem se evadir, é que foram recrutados. Como admitiu o chefe do Estado Maior da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao embarcar no navio que levaria nosso primeiro escalão de combatentes para a Europa: "A bordo, só estavam os que não conseguiram escapar". Dos 25 mil homens enviados para a luta, menos de 1.500 eram voluntários. A artilharia teve oportunidade de treinar aqui no Brasil usando o mesmo tipo de material que seria empregado na linha de frente, mas a infantaria não teve a mesma sorte. Dos três regimentos de infantaria enviados, apenas um recebeu treinamento condizente com a realidade da luta que seria travada (treino esse quase todo feito por instrutores norte-americanos). Os outros, como admitiu o próprio comandante da FEB, partiram do Brasil "praticamente sem instrução". Pior ainda, a FEB jamais realizou um treino em conjunto, que permitisse detectar falhas na sincronização das manobras.

²⁰⁰ Arquivo Militar/ POA, Ordem de Serviço N°11, 1945, livro XII, p. 23;

²⁰¹ OLIVEIRA, 2011, p. 54.

IMAGEM IV



Fonte: Arquivo Militar de Porto Alrgre/RS

Dessa forma, a importância do país participar da luta de forma ativa se basearia no dever que o Estado Novo teria de zelar pelas vidas dos brasileiros, tendo em vista que lá estariam os inimigos e não seria possível deixar que eles viessem até o Brasil imobilizar as forças nacionais. Com isso, mais uma vez, poderíamos perceber uma ação do Estado Novo em função de seu nacionalismo, quer dizer, de sua capacidade de agir de acordo com a realidade brasileira, a fim de demonstrar a coerência do Regime e o quanto, por ser assim, ele conseguiria ser eficiente para proteger o país e para lhe dar destaque internacional. Por isso, o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, em comemoração ao primeiro ano de participação do Brasil na Guerra, afirmou que “o Brasil pode rever com satisfação os passos dados até o presente: porque eles veem constituindo valiosos elementos para a vitória que se aproxima”.²⁰²

A campanha da FEB durou sete meses e dezenove dias, de 16 de setembro de 1944, quando um batalhão do 6º Regimento de Infantaria chegou em território Europeu, até 2 de maio de 1945, dia do cessar fogo, vinda do comando do 4º Corpo do Exército norte-americano.

Nessa guerra, onde o envolvimento de conflito direto para o Brasil durou cerca de oito meses, a FEB perdeu 457 homens, entre oficiais e soldados, e 2.722 soldados se feriram no Teatro de Operações do Mediterrâneo. Foram 35, o número de integrantes da

²⁰² SAMPAIO. *O pensamento do Presidente e a guerra atual*. São Paulo: s.n. 1943, p. 14.

FEB aprisionados pelos inimigos. Na relação dos soldados brasileiros mortos na Itália, o 1º RI vem em primeiro lugar, com 158 mortos. O 11º RI, perdeu 134 homens, e o 6º RI, 109. A FEB deixou no cemitério brasileiro da cidade de Pistóia, perto de Florença, 454 mortos. Desde o dia 16 de setembro de 1944, a FEB avançou, conquistando ao inimigo, cerca de 400 quilômetros, de Lucca a Alessandria, pelos vales dos rios Serchio, Reno e Panaro e pela planície do Pó. Libertou quase meia centena de vilas e cidades, sofreu mais de 2.000 baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos, além de fazer o considerável número de 20.583 prisioneiros, inclusive dois generais: o general Otto Fretter Pico, comandante da 148ª DI alemã, e o General Mario Carloni, comandante do que restava da desbaratada Divisão de 77 Bersaglieri Itália. Ao total foram: 2 Generais, 892 oficiais e 19.689 praças. A FEB ainda capturou: 80 canhões, 5.000 viaturas e 4.000 cavalos.

Todos os Estados brasileiros se achavam representados na FEB e, entre todos, São Paulo foi o que teve maior número de mortos: 92. Minas Gerais perdeu 80 homens; o Estado do Rio, 63. O então Distrito Federal chorou a morte de 50 cariocas; 29 paranaenses e 28 catarinenses ficaram no cemitério de Pistóia, ao lado de 21 gaúchos, 17 goianos, 13 pernambucanos, 12 capixabas. 11 baianos, 6 cearenses, 6 paraibanos, 6 riograndenses do norte, 6 sergipanos, 5 alagoanos, 4 paraenses, 2 piauienses, 1 acreano e 1 amazonense. Apenas um Estado, o Maranhão, foi mais feliz: não teve um só morto na campanha da Força Expedicionária Brasileira.

A formação da FEB foi realizada com muita dificuldade. No início de 1943 já estava definido o envio das tropas brasileiras. Inicialmente o Brasil pretendia mobilizar três divisões para a guerra na Europa.

Foi necessário recrutar pessoal, e a adaptação ao sistema norteamericano e a moderna guerra de movimento representou um desafio considerável, principalmente no que diz respeito à falta do equipamento pertinente.

A FEB foi formada com a seguinte organização: Quartel-general. Estado maior. Três regimentos de infantaria, cada um com três batalhões. Uma divisão de artilharia composta por quatro grupos. Uma esquadrilha de ligação e observação. Um batalhão de engenharia. Um batalhão de saúde. Um esquadrão de reconhecimento.

Percebe-se que da força prevista de três divisões, só foi possível mobilizar uma em razão das grandes dificuldades em mobilizar o pessoal para o serviço militar, dos muitos voluntários que se apresentaram boa parte foi reprovada nos exames de avaliação.

Ainda em seus estudos Goys²⁰³, houve dificuldade em receber o armamento prometido pelos americanos, além disso, o treinamento necessário para a guerra moderna exigia tempo e recursos que o Brasil não possuía, como um campo de treinamento que possibilitasse o emprego de uma divisão completa.

TABELA X: Comparando os números em relação a participação na Primeira e na Segunda Guerra Mundial:

	1914/18	1939/45
EStados em guerra	33	72
n° de mobilizados	74 milhões	110 milhões
n° de mortos	10 milhões	50 milhões
n° de mutilados	20 milhões	28 milhões
gastos militares (diretos)	208 bilhões	935 bilhões(*)
(*) de dólares		

Fonte: Deborin, pág. 399

A Segunda Guerra Mundial foi, em primeiro lugar, um dos conflitos militares mais sangrentos de todos os tempos. O conflito mundial envolveu as mais longínquas regiões do planeta, nos mares e na terra, na neve e no sol escaldante do deserto. O adiamento da resolução dos conflitos que levaram à Primeira Guerra Mundial, e da revolução socialista que nela se originou, no primeiro pós-guerra²⁰⁴.

Nessa guerra, onde o envolvimento de conflito direto para o Brasil durou cerca de oito meses, a FEB perdeu 457 homens, entre oficiais e soldados, e 2.722 soldados se feriram no Teatro de Operações do Mediterrâneo.

²⁰³ GOYOS JR., DURVAL. NORONHA. *A campanha da Força Expedicionária Brasileira pela libertação da Itália*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 117.

²⁰⁴ COGGIOLA, Osvaldo (ed.). *Segunda Guerra Mundial. Um balanço histórico*. São Paulo, Xamã, 1995. p. 77.

TABELA XI: RESULTADOS DA GUERRA (PERDAS E ACIDENTES LIGADOS AOS EXPEDICIONÁRIOS BRASILEIROS)

Total 25.334
Mortos: 447
364 em ação
60 acidentes
9 doenças
4 afogamentos
6 causas diversas
Feridos: 1557
Acidentados: 1145
Ações de combate: 487

Fonte: Arquivo Militar de Porto Alegre/RS.

Foram 35, o número de integrantes da FEB aprisionados pelos inimigos. Na relação dos soldados brasileiros mortos na Itália, o 1º RI vem em primeiro lugar, com 158 mortos. O 11º RI, perdeu 134 homens, e o 6º RI, 109. A FEB deixou no cemitério brasileiro da cidade de Pistóia, perto de Florença, 454 mortos. Ao total foram: 2 Generais, 892 oficiais e 19.689 praças. A FEB ainda capturou: 80 canhões, 5.000 viaturas e 4.000 cavalos.²⁰⁵

²⁰⁵ OLIVEIRA, Gabriel Machado de Borges. *A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a importância da liderança em conflitos armados*. Brasília (Dissertação apresentada CUB), 2011, p. 77;

CONCLUSÃO

As relações internacionais do Brasil, principalmente com os Estados Unidos, durante a década de 1940 evidenciam a complexidade dos vínculos que têm que ser estabelecidos entre uma grande potência e seus aliados subordinados na criação de um sistema de poder no plano internacional.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil se viu inicialmente entre dois blocos ideológicos distintos. Ainda que o Brasil estivesse vivendo a ditadura de Getúlio Vargas, conhecida como Estado Novo, não houve por parte do nosso país, um alinhamento com as forças do Eixo – Alemanha, Itália e Japão.

Entretanto, os aliados, entre eles Inglaterra e, principalmente, os Estados Unidos, sabiam muito bem o quanto o Brasil era importante, tanto para abastecer com artigos fundamentais os países envolvidos no conflito, bem como para apoiar com bases estrategicamente posicionadas o esforço de guerra na África e também na Europa.

Essa situação levou os dois blocos a disputarem o apoio brasileiro e o governo do Estado Novo. Ciente disso pode alinhar acordos que sanassem as necessidades mais urgentes para aquele momento.

As principais necessidades brasileiras eram reequipar e modernizar o Exército Brasileiro, e desenvolver um complexo siderúrgico.

As ofertas alemãs fizeram com que os americanos que recusavam em cooperar com o Brasil mudassem de ideia, vindo a apoiar a implantação da siderúrgica, bem como se comprometeram a cooperar militarmente com o país. Assim, o governo do Estado Novo que exportava muito material para os dois lados em conflito soube tirar o máximo de proveito nas relações comerciais entre eles.

Porem vários acontecimentos, relatados na dissertação, levaram o Brasil a se posicionar ao lados dos Aliados. A FEB foi criada e estruturada.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi formada por 25.334 brasileiros, a força inexperiente começa a chegar à Itália a partir do segundo semestre de 1944 e como toda tropa novata comete muitos erros. Apesar de todas as dificuldades de estar em uma guerra distante, a FEB acumulou vitórias em batalhas, muitas delas com perdas.

O Brasil entrou na Segunda Guerra sem estar preparado. Ao decidir enviar tropas, o governo brasileiro se deparou com a falta de estrutura do seu Exército. Com equipamentos ultrapassados, treinamento deficiente e roupas inadequadas para enfrentar

o inverno europeu, os pracinhas brasileiros desembarcaram na Itália sem ter a noção do que era uma guerra.

Conduzir o Brasil a uma posição de destaque era uma meta para a qual convergiam os esforços estatais no período do Estado Novo. A supressão da democracia, com o fechamento dos canais de participação, o afastamento das oposições (dentro e fora do Exército) e outros mecanismos que buscavam a ordem, a centralização, a burocratização e a institucionalização em diversas instâncias do governo e da sociedade eram justificados como elementos necessários ao “engrandecimento” nacional. As Forças Armadas brasileiras, sobretudo o Exército, tiveram participação fundamental neste processo. A sua aliança com Vargas, através, principalmente, do grupo representado por Dutra e Góes Monteiro, pressupunha a instalação da ordem interna pelos militares (capitaneados pelo Exército).

A posição do Brasil como aliado subordinado no sistema de poder estadunidense foi plenamente justificada nas formulações econômicas, políticas e militares dos ideólogos do regime. Os recursos de barganha haviam sido drasticamente reduzidos e o governo brasileiro não tinha mais meios para extrair benefícios especiais de seu alinhamento com os Estados Unidos.

Embora o objetivo do presente trabalho não tenha sido discutir os motivos que levaram a participação do Brasil e sim a participação, acreditamos que a constatação do Estado Novo com a tradição nacional, em âmbito interno e externo, explicita que o Regime tinha clareza das ambiguidades que envolviam sua conduta interna e sua postura externa. Entendemos, então, que isso pode constituir um novo elemento a ser refletido ao se considerar os motivos que levaram ao recrutamento de tantos soldados no solo do Rio Grande de Sul, questionando a ideia difundida na historiografia teria uma relação direta e causal com a participação ativa do Brasil na Guerra, através da FEB, e com o término desse conflito mundial.

Os interesses do Brasil quanto a FEB eram garantir o recebimento de novos equipamentos dos americanos e adquirir o status de aliado dos Estados Unidos. Ao final da Segunda Guerra Mundial o Brasil conseguiu concretizar ambos os objetivos – tendo o envio da FEB à Europa contribuído para isso.

Os soldados brasileiros estavam despreparados para o que eles iriam enfrentar no campo de batalha. As táticas, equipamentos e a filosofia militar dos combatentes brasileiros estavam desatualizados. Alguns dos pracinhas enviados para a guerra tinham

problemas de saúde não diagnosticados na hora do recrutamento, dificultando suas vidas e seus desempenhos na Itália.

Os pracinhas, como um todo, passaram por muitas dificuldades na Europa. Enfrentaram um rigoroso inverno, estando acostumados ao clima tropical do Brasil, assim como a péssimas condições de vida no front: falta de higiene, despreparo, intempéries, etc.

Ao longo dos anos, os pracinhas acabaram sendo esquecidos e desamparados pelo governo e sociedade. Muitos soldados sofreram traumas e ferimentos e só receberam algum tipo de auxílio muito tempo depois. Fato este que contrasta com todo o reconhecimento recebido durante a guerra, assim como a festa de boas-vindas que os recepcionou ao término do conflito.

O recrutamento tem dois lados. De um lado, o exército tenta se profissionalizar, através de uma avaliação de saúde, profissional, operacional, baseada na eficácia exigida de uma força militar moderna. E de outro buscava os melhores meios de manter vivos seus soldados na guerra, por isso muitas estratégias foram pensadas e articuladas com apoio dos norte-americanos.

Formada por um contingente de 25.374 homens, oriundos de 20 Estados brasileiros e capital, os combatentes da Força Expedicionária Brasileira foram convocados a lutar na frente de combate da Segunda Guerra Mundial, no Teatro de operações bélicas italiano. Mas estes homens, que formavam um corpo de guerra majoritariamente de civis transformados em soldados, estavam preparados para utilizar um morteiro, atirar com um canhão, ou mesmo fazer varredura em terrenos cheios de minas explosivas? A resposta é simples: não.

Os “cidadãos-soldados”, aqueles que não faziam parte do corpo de oficiais da FEB, formavam grande parte do total de combatentes brasileiros na Guerra. Foram recrutados de diversos lugares do país, como menciona a canção do expedicionário, ou seja, não tinham preparo algum para enfrentar a situação que os impunham, porque eram civis. Pensemos ainda que estamos nos referindo a um Brasil da década de 1940, em que boa parte de sua população vinha da zona rural. Havia nesta situação um grande problema, pois esta grande massa de “cidadãos-soldados” deveria ser treinada para combate. Todavia, existia aí um conflito: a estrutura militar brasileira era de origem francesa, pouco moderna para a conjuntura da Segunda Grande Guerra, sem mencionar a falta de estrutura logística para o preparo destes combatentes, e mesmo a precária

seleção realizada por consultas médicas. Tinham aí um descompasso entre o interesse de participar da Guerra com o nítido atraso das Forças Armadas do Estado brasileiro.

Devido à grandeza da miscelânea social que constava na Força Expedicionária, homens recrutados de quase todos os Estados brasileiros, muitos eram os embates entre praças e oficiais, devido às tendências de conservação de hierarquia por parte dos militares de carreira.

Apesar das adversidades, sabemos que as ações da FEB em combate foram importantes para o crescimento do Exército Brasileiro.

Concluimos então que o Brasil conquistou o seus objetivos com a guerra: A construção da Siderúrgica Nacional, a atualização dos equipamentos militares, além da aproximação com os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito aos investimentos econômicos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: Bento, Claudio M.; Caruso, Ernesto G.; Giorgis, Luiz Ernesto C.; *Artilharia Divisionária do 3º Divisão de Exército – AD Brigadeiro Gurjão*. Gráfica Irmãos Drummond, 2011. 230 pg.
- ALESSIO, Márcia Mansor d'. Estado-nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas. In: Brepohl, Marion; Bresciani, Maria S.; Seixas, Jacy (org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora UNB. 2002.
- ALVES, Vágner Camilo; O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
- AMARAL, Azevedo. Getúlio Vargas Estadista. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.
- ANDRADE, Paulo de. Uma sugestão à margem do problema das promoções no Exército. Nação Armada: Rio de Janeiro, nº 73, p. 10-17. 1945.
- BARBOSA, João Felipe Sampaio. *Retorno e desmobilização da FEB: problemas e consequências*. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Ano 71, Nº 719, mai/jun. 1985.
- BARROS, Eliane Cruxên; LANDO, Aldair Marli. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento, 1981.
- BARONE, JOÃO. *O Brasil e a sua guerra quase desconhecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- BENTO, Cláudio Moreira. *História da 3ª Região Militar: 1889-1953*. Porto Alegre: [qualidade comunicação gráfica], 1995. 2v.
- BILAC, O. *Ao Exército Nacional*. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965.
- BILAC, O. *A Liga da Defesa Nacional*. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965.
- BONET, Fernanda dos Santos. *Autoritarismo e nacionalismo : o discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista "Cultura política" / Fernanda dos Santos Bonet*. – Porto Alegre, 2010. 249 pg.
- BOSI, E. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BRANCO, Manoel Thomaz Castello. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1960.

BRASIL, Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo*. Rio de Janeiro/Brasília: Serviços Gráficos da Fundação IBGE, 1972, vol. 3.

CAMPOS, André Luiz V. Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública. In: Gomes, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 195-220. 2000.

_____. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2006.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus. 1998.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida N. (org.) *O Brasil Republicano*. V. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CARVALHO, Estevão Leitão de. *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, [1952].

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel. 1985.

_____. Vargas e os militares. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1999.

_____. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CASTRO, Celso. *A origem do Serviço Militar Obrigatório no Brasil: a lei do Sorteio Militar*. Relatórios de pesquisa CNPQ, março. 1993.

CHURCHILL, Winston. *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

COGGIOLA, Osvaldo (ed.). *Segunda Guerra Mundial. Um balanço histórico*. São Paulo, Xamã, 1995.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980.

DURAND, G. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. *Estado Maior do Exército*. História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Brasília: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972. 1v.

DUTRA, Eurico Gaspar. *O problema do rearmamento do Exército*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1936.

DUTRA, Eurico Gaspar. *Situação atual do Exército em junho de 1940: Suas principais necessidades*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1940

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo*. Brasília: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972. 2v.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo*. Brasília: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972. 3v.

FACHEL, José Plínio Guimarães, *As Violências Contra os Alemães e seus Descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial*, em Pelotas e São Lourenço do Sul, Ano de obtenção: 2002.

FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da UNB, 1999.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 17-20. 1999.

FÉLIX, L. O. *História & Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. Globo.1970.

FERRAZ, Francisco C, *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*, Col. Descobrimo o Brasil. Livros Digital EPUB. 2011.

FERREIRA, Oliveira S. *Forças Armadas para quê?* São Paulo, GRD, 1998;

GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2005

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.

_____. *Etnias e nacionalização no Rio Grande do Sul*. In: QUADROS, Claudemir de (Org.). *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo, Símbolo, 1977.

GOYOS JR., Durval. Noronha. A campanha da Força Expedicionária Brasileira pela libertação da Itália. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

HENRIQUES, Major Elber de Mello. *A FEB doze anos depois*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

HIRST, Mônica E. S. *O Processo de Alinhamento nas Relações Brasil- -Estados Unidos, 1942-1945*. Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1982.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IERVOLINO, Ana Paula. *A participação de teuto-brasileiros na FEB (1944-1945): memória e identidade*. 2011.. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

JUNIOR, Peregrino. *Seleção e preparação do material humano para a guerra*. *Cultura Política*, n. 31, ago. 1943.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. *Serviço Militar, democracia e defesa nacional: Razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil*. Dissertação defendida na USP. São Paulo, 2001.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 5ª ed. Trad. de Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LORETO, Aliatar. *Capítulos de história militar do Brasil: colônia-reino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1946.

LOUREIRO, Marcello José Gomes (orgs.). *A Guerra e a formação dos Estados Nacionais Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Trincheiras da memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: GRUA, 2010.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *Esboço crítico da historiografia militar brasileira*. *Revista Escritas*. Araguaína, TO, v. 5, n. 1, 2013.
Disponível em: <http://revista.uft.edu.br/index.php/escritas/article/view/1163/8053>;

- MOURE, Telmo Remião. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 1994.
- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; *A nova história militar, o diálogo com a história social e o império português*. In: XXVI Simpósio Nacional da ANPUH Associação Nacional de História (Anais). São Paulo, 2011.
- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; LOUREIRO, Marcelo José Gomes. *A nova história militar e a América portuguesa: balanço historiográfico*. In: POSSAMAI, Paulo César (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- MONTEIRO, Pedro Aurélio de Goes. *Política de Guerra*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1938.
- MONTEIRO, Vitor José da Rocha *Do “exército de sombras” ao “soldado-cidadão”:* *saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista Nação Armada (1939-1947)*. Rio de Janeiro: s.n., 2010.
- MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões - Relações Internacionais do Brasil antes e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gazeta Mercantil – Rio Grande do Sul, 1998.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *Imigração Alemã sua presença no RS há 180 Anos*. São Leopoldo – RS. Est Editora, 2005.
- OLIVEIRA, Gabriel Machado de Borges. *A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a importância da liderança em conflitos armados*. Brasília (Dissertação apresentada CUB), 2011.
- OLIVEIRA, Dennison *Soldados Brasileiros de Hitler*. Curitiba, Juruá 2008;
- _____. *Soldados Alemães de Vargas*. Curitiba, Juruá 2008;
- OLIVEIRA, Dennison de. *Relações Internacionais Militares Brasil – EUA na Segunda Guerra Mundial: o caso das comissões militares conjuntas*. ANPH, 2015. Florianópolis – SC.
- OLIVEIRA, Dennison de. *Alianças Militares Brasil – EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Ed: Juruá. Curitiba – Paraná, 2015.
- NEVES, L. de A. *História Oral: memória, tempo, identidade*, 2006.
- PAKER, R. C. A. *História da Segunda Guerra Mundial*. Lisboa. Edições 70, 1989.

_____. *Europa no Século XX*, Lisboa. 1989;

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *A história militar tradicional e a “nova história militar*. In: XXVI Simpósio Nacional da ANPUH Associação Nacional de História. São Paulo, 2011.

PORZELT, A. *Der Deutsche in Rio Grande do Sul*. Ochsenfur, Fritz und Rappert, 1937;

SAMPAIO Murilo V. *O pensamento do Chefe da Nação em face da guerra - A evolução da política externa do Brasil de 1939 até hoje*. In *Cultura Política*, n. 12, fev. 1942.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Totta, Pedro, *A Segunda Guerra Mundial - História das Guerras*; org Demétrio Magnoli; 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SEITENFUS, Ricardo. “*O difícil aprendizado do nacionalismo. As relações brasileiras com a Itália e Alemanha, 1930-1942*”. In: *A Revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, p. 625-643.

SCHMITZ, A. I. A.. *Artur Vai à Guerra: a memória de um febianos perenizada em linguagem fílmica*. Dissertação de mestrado – UFSM, 2011.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1976.

SENA, Davis Ribeiro de. *Serviço Militar versus profissionalização in Exército Brasileiro – ontem, hoje e sempre*. Rio de Janeiro: EGGCF, 2000.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SILVEIRA, Joel. *As duas Guerras da FEB*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1965.

SIMONOV, Konstatin. *Não se nasce soldado: Os vivos e os mortos*. Volume 1. Lisboa: Arcádia Limitada, [194?]. SLEDGE, Eugene Bondurant. *With the old breed: at Peleliu and Okinawa*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965 (retratos do Brasil, Vol 40);

_____. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro, ECB, 1967;

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de idéias nas décadas de 1930 e 40*. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

_____, *O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40 Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 76-91, junho 2008

_____, *Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria: Conexões entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos*. Latin American Research Review, Vol. 49, No. 1. 2014

_____, *Fascismo e Política Externa no Prata: elementos para uma comparação de idéias e atores na Argentina e no Brasil (1930-1945)*

TEDESCO, J. C. (org.). *Usos de Memória (política, educação e identidade)*. Universidade de Passo Fundo – UPF, 2002.

VASCONCELLOS, *Genseric de. História Militar do Brasil: da influencia do fator militar na organização da nacionalidade – a campanha de 1851/1852*. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1922. 2ª.ed.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. *Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável*. Rev. Bras. Hist. vol. 26 nº 51. São Paulo, Jan/Jun, 2006.1026.

SITES

<http://brasilecola.uol.com.br/literatura/olavo-bilac.htm>. Acesso em 20/6/2016, as 09h: 52min;

DORNELLES, Felipe. Escola foi transformada em presídio. Correio do Povo, Caderno Cidades, 16 ago. 2009, p. 3. Disponível em:

<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A114/N320/HTML/63escola.htm>.

Acesso em: 30.jul. 2016.

ANEXOS

Legislação Informatizada - DECRETO-LEI Nº 4.166, DE 11 DE MARÇO DE 1942 -
Publicação Original

DECRETO-LEI Nº 4.166, DE 11 DE MARÇO DE 1942

Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição;

CONSIDERANDO que atos de guerra são praticados contra o continente americano;

CONSIDERANDO que, ao passo que o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha;

CONSIDERANDO que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por esse ato o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso;

CONSIDERANDO que, após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas;

CONSIDERANDO que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil;

CONSIDERANDO que as informações que possui o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;

CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;

CONSIDERANDO que, nas condições da guerra moderna, as populações civis se acham

estritamente ligadas à sorte das armas e que a sua atividade é, mais do que em qualquer outra época da história, um elemento determinante do êxito das operações de guerra;

DECRETA:

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Art. 2º Será transferida para o Banco do Brasil, ou, onde este não tiver agência, para as repartições encarregadas da arrecadação de impostos devidos à União, uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

A parte dos depósitos ou obrigações, à qual se refere este artigo será:

10% dos depósitos e obrigações até 20:000\$0;

20% dos depósitos e obrigações até 100:000\$0:

30% dos depósitos e obrigações cuja importância exceda de 100:000\$0.

§ 1º O depósito a que se refere este artigo será da totalidade, quando se tratar de obrigação do Governo Brasileiro para com súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

§ 2º O recolhimento será feito mediante recibo isento de selo, ficando as importâncias recolhidas em depósito, que terá escrituração especial e só poderá ser levantado mediante ordem do Governo Federal.

Art. 3º O produto dos bens em depósito servirá de garantia ao pagamento de indenizações devidas pelos atos de agressão a que se refere o artigo 1º, caso o governo responsável não as satisfaça cabalmente.

Parágrafo único. As indenizações pela forma desta lei serão pagas segundo o plano que o Governo estabelecer e tendo em vista o valor dos bens em depósito, avaliados previamente.

Art. 4º Os súditos alemães, japoneses e italianos, e quem possuir bens a eles pertencentes comunicarão, dentro de quinze dias após a publicação desta lei, às repartições incumbidas do recolhimento, a natureza, a qualidade e o valor provável daqueles bens.

Art. 5º A ação ou omissão, dolosa ou culposa, de que resultar diminuição do patrimônio de súdito alemão, japonês ou italiano ou tendente a fraudar os objetivos desta lei, é punida com a pena de 1 a 5 anos de reclusão e multa de 1 a 10 contos de réis, se outra mais grave não couber.

§ 1º A redução, em contrário aos usos e costumes locais, do valor das prestações devidas a tais súditos, é considerada ação dolosa, para os fins deste artigo.

§ 2º Pelas pessoas jurídicas responderão solidariamente os seus administradores e gerentes.

§ 3º Para a caracterização do crime o juiz poderá recorrer à analogia.

Art. 6º Em qualquer pagamento, superior a 2:000\$0, feito a súdito alemão, japonês e italiano, far-se-à menção do depósito previsto no artigo 2º.

Art. 7º Quando a prestação em favor de súdito alemão, japonês ou italiano não for devida em moeda corrente, a repartição incumbida da arrecadação, estimará o seu valor em espécie, segundo os critérios de que se serve o fisco para a imposição de tributos.

Art. 8º As execuções contra, o patrimônio dos súditos alemães, japoneses e italianos só poderão fundar-se em dívidas contraídas em virtude de prova constituída na forma da lei, anteriormente à data desta lei, salvo quando a responsabilidade civil decorrer de ato ilícito.

Art. 9º Ressalvado o caso de execução judicial fundada em título constituído antes da data desta lei, fica proibida a alienação, ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis, títulos e ações nominativas, e dos moveis em geral de valor considerável, pertencentes a súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, sendo nula de pleno direito qualquer alienação, ou oneração, feita a partir da data desta lei.

Parágrafo único. Excluem-se da proibição os atos de comércio usualmente praticados no interesse da manutenção e da prosperidade do estabelecimento. Dos lucros líquidos verificados em balanços trimestrais será, porem, recolhida em depósito a parte indicada no artigo 2º.

Art. 10. Os súditos alemães, japoneses e italianos não poderão recusar doações, heranças ou legados não onerosos.

Art. 11. Passam à administração do Governo Federal os bens das pessoas jurídicas de direito público que praticarem atos de agressão a que se refere o artigo 1º desta lei, bem como dos seus súditos, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no estrangeiro e que, não estejam na posse de brasileiros.

Parágrafo único. Os bens das sociedades culturais e recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos poderão ser utilizados, no interesse público, com autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 12. Os Ministérios da Justiça e Negócios Interiores e da Fazenda expedirão as instruções que se tornarem necessárias para a execução desta lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1942; 121° da Independência e 54° da República.

GETÚLIO VARGAS

Vasco T. Leitão da Cunha

Romero Estelita

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

Victor Tamm

Oswaldo Aranha

Apolonio Sales

Gustavo Capanema

Alexandre Marcondes Filho

J. P. Salgado Filho

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 12/03/1942

Publicação:

Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/3/1942, Página 3918 (Publicação Original)

ANEXO II

Soldados da FEB mortos na Segunda Guerra Mundial.

Nome	Posto	Unidade
Abel Antônio Mendanha	Sd	6°RI
Abílio Fernandes dos Santos	Sd	6°RI
Abílio José dos Santos	Sd	I/1°RAPC
Abílio dos Passos	Sd	1°RI
Achilles Brasil	Sd	1°RI
Adalberto Cândido de Melo	Sd	1°RI
Adelmir Dias dos Santos	Sd	11°RI
Adir Jorge	Sd	6°RI
Adão Wojcik	Sd	11°RI
Agnaldo Saturnino Rocha	Cb	1°RI
Agostinho da Silva Monteiro	Sd	I/1°RAPC
Ailson Simões	Cb	11°RI
Alberto Mello da Costa	2° Sgt	I/1°RAPC
Alberto Vicente Cardoso	Sd	1°RI
Albino Cezar	Sd	6°RI
Alcebíades Bobadilha da Cunha	Sd	6°RI
Alcebíades Sodré	Sd	1°RI
Alcides Mala Rota	Sd	11°RI
Alcides de Oliveira	3° Sgt	I/2°ROAuR
Aldemar Fernandes Ferrugem	Sd	6°RI
Aleissio Venturi	Sd	11°RI
Aleixo Herculano Maba	Sd	11°RI
Alfredo Estevão da Silva	Sd	11°RI
Alício Clara Simeão	Sd	1°RI
Almir Bernardo	Sd	11°RI
Almândio Goering	Sd	6°RI
Altino Martins da Vitória	Sd	11°RI
Aluízio Farias	2° Ten	11°RI

Álvaro Gomes Santiago Sobrinho	Sd	1°RI
Amarilho Gonçalves de Queiroz	Sd	6°RI
Amaro Felicíssimo da Silveira	2° Ten	1°EsqdRec
Amaro Ribeiro Dias	Sd	11°RI
Amphilófilo Silveira Lessa	Sd	1°RI
Américo Fernandes	Sd	1°RI
Américo Pereira da Rocha	Sd	11°RI
Américo Rodrigues	Sd	6°RI
Ananias Holanda de Oliveira	2° Sgt	1°RI
Andirás Nogueira de Abreu	2° Sgt	6°RI
André Ermelindo Ribeiro	Sd	QG 1ª DIE
Antenor Costa	Sd	1°RI
Antenor Ghirlanda	Sd	6°RI
Antonio Patrocínio Fernandes	Sd	6°RI
Antônio Agostinho Martins	Sd	11°RI
Antônio Alvares da Silva (Frei Orlando)	Cap-Capelão	11°RI
Antônio Alves	Cb	6°RI
Antônio Aparecido	Sd	6°RI
Antônio Bento de Abreu	Sd	6°RI
Antônio Caetano de Souza Filho	Sd	11°RI
Antônio Carlos Ferreira	Sd	11°RI
Antônio Cação	Sd	11°RI
Antônio Coelho da Silveira	Sd	11°RI
Antônio Costa Ernesto	3° Sgt	1°RI
Antônio Durval de Moraes	Sd	1°BS
Antônio Eugenio Vieira	Sd	1°RI
Antônio Farias	Sd	11°RI
Antônio Martins de Oliveira	Sd	6°RI
Antônio Mathias de Camargo	Sd	6°RI
Antônio Paes Almelda	Sd	1ªCiaLMan

Antônio Pinton	Cb	6°RI
Antônio Romano de Oliveira	Sd	11°RI
Antônio Vicente de Paula	Sd	11°RI
Antônio de Souza	Sd	1°RI
Anélio da Luz	Sd	11°RI
Anésio Antão Ferreira	Sd	1°RI
Aquino Araújo	3° Sgt	11°RI
Aristides Gouvêia	Sd	I/1°RAPC
Aristides José da Silva	Sd	1°RI
Arlindo Gonçalves dos Santos	Sd	1°RI
Arlindo Lúcio da Silva	Sd	11°RI
Arlindo Sardanha	Sd	11°RI
Arnoldo Cândido Raulino	Sd	6°RI
Arthur Lourenço Staerch	Sd	Dep Pes FEB
Ary Rauen	2° Ten	11°RI
Ary de Azevedo	Sd	1°RI
Assad Feres	2° Sgt	1ªCiaTr
Attílio Piffer	Sd	6°RI
Atualpa Pereira Leite Filho	Sd	1°RI
Augusto Gonçalves Cardoso	Sd	1°BS
Aurélio Venâncio de Oliveira	Sd	1°RI
Aurélio Vieira Sampaio	1° Ten-Av	1°GpAvCa (FAB)
Ayres Quaresma	Sd	1°RI
Ayres da Silva Dias	3° Sgt	1°RI
Basíleo Nogueira da Costa	1° Sgt	6°RI
Basílio Zechim Júnior	Cb	6°RI
Benedito Alves	Cb	1°EsqdRec
Benedito Alvós dos Santos	Sd	6°RI
Benedito Eliseu dos Santos	Sd	6°RI
Benedito Estêves da Silva	Sd	6°RI

Benedito Francisco da Silva	3° Sgt	II/1°ROAuR
Benedito Patrício	Sd	6°RI
Benevides Valente Monte	3° Sgt	1°RI
Benjamim Pedroso da Silva	Cb	Dep Pes FEB
Benjamim Theotônio de Lima	Sd	1°RI
Benone Falcão de Gouvêia	Sd	1°RI
Berly Azevedo Vieira	Sd	II/1°ROAuR
Bernardino Silva	Sd	1°EsqdRec
Brasílio Pinto de Almeida	Sd	11°RI
Bruno Estrífica	Sd	6°RI
Carlos Bertíni	Sd	6°RI
Carlos Côco	Sd	1°RI
Carlos Walter Hisserich	3° Sgt	I/2°ROAuR
Celso Barbosa Lima	Sd	I/1°ROAuR
Celso dos Santos	Sd	6°RI
Cesário Aguiar	Sd	6°RI
Claudino Pinheiro	Sd	6°RI
Claudovino Madalena dos Santos	Sd	11°RI
Clito Antônio de Araújo	Sd	6°RI
Clower Bastos Côrtes	Cb	11°RI
Clério Bortolo	3° Sgt	11°RI
Clóvis Rosa da Silva	Sd	Cia Pol
Clóvis de Cunha Pau de Castro	Sd	1°RI
Constantino Maroqui	Sd	6°RI
Cosme Fontes Lira	Sd	1°RI
Cosme Henrique dos Santos	Sd	11°RI
Cristino Clemente da Silva	Sd	1°RI
Cristovam Moraes Garcia	Sd	6°RI
Cybbber Porto de Mendonça	3° Sgt	1°RI
Cândido da Luz Paiva	Sd	1°RI

Célio do Nascimento	Sd	1°RI
Damásio Rodrigues Gomes	Sd	1°RI
Daniel Rodrigues dos Santos	Sd	11°RI
Delmiro Ferreira da Silva	Sd	1°RI
Deniz Pinto de Matos	Sd	11°RI
Dermeval de Souza Gil	3° Sgt	1°RI
Diogo Garcia Martins	Sd	1°RI
Dionísio Chagas	Sd	1°RI
Dionísio Lorenzi	Sd	Dep Pes FEB
Dirceu de Almeida	Sd	I/2°ROAuR
Djalma Corrêa	Sd	6°RI
Donato Ribeiro	Sd	11°RI
Durvalino do Espírito Santo	Sd	1°RI
Eclésio Afonso de Carvalho	3° Sgt	1°RI
Edgard Lourenço Pinto	3° Sgt	1°RI
Edmundo Arrabar	Sd	Dep Pes FEB
Edson Salles de Oliveira	3° Sgt	1°RI
Eduardo Gomes dos Santos	Sd	1°BS
Eiduarte de Silva Pontes	Sd	1°RI
Eleaquim Batista	Sd	1°RI
Elias Vitorino de Souza	Sd	11°RI
Elizeu José Hipólito	Sd	11°RI
Elizeu Pinhal	Cb	6°RI
Elizio da Rocha Passos	Sd	11°RI
Elídio Machado Martins	Sd	1°RI
Elídio Rodrigues Pinto	Sd	1°RI
Epitácio de Souza Lucena	Cb	1°RI
Ermínio Cardoso	Sd	11°RI
Ernani Marones de Gusmão	2° Ten	Dep Pes FEB
Ernesto Gonçalves	Sd	6°RI

Ernezito José das Chagas	Sd	1°RI
Estanislau Wojeik	Sd	11°RI
Euber Queiroz Júnior	3° Sgt	6°RI
Eugênio Alves da Silva	Sd	11°RI
Eugênio Martins Pereira	Sd	6°RI
Eurides Fernandes do Nascimento	Sd	6°RI
Euripedes Rodrigues de Lima	Sd	6°RI
Eutrópio Wilhelm de Freitas	Cb	11°RI
Evilásio Rocha de Assis	Sd	11°RI
Felisbino dos Santos	Sd	11°RI
Felix Marqueti	3° Sgt	1°RI
Felício Tomazini	Sd	11°RI
Fernando Fontes	2° Sgt	11°RI
Fleury Silva	Cb	1°RI
Francisco Alves de Azevedo	Sd	QG 1ª DIE
Francisco Alves de Oliveira	Sd	1°RI
Francisco Antônio Valter Savastana	Sd	1°RI
Francisco Baptista Rios	Sd	11°RI
Francisco Dias	Sd	1°RI
Francisco Ferreira Malafala	Sd	1°RI
Francisco Firmino Pinho	2° Sgt	1°BS
Francisco Franco	Sd	6°RI
Francisco Gomes de Souza	Sd	6°RI
Francisco Hierro	Sub-Ten	Dep Pes FEB
Francisco José de Souza	Sd	1°RI
Francisco Luiz Roberto Boening	3° Sgt	11°RI
Francisco Martins Theotônio	Sd	I/1°ROAuR
Francisco Mega	Asp-Of	1°RI
Francisco Pereira dos Santos	Sd	1°RI
Francisco Tamborim	Sd	6°RI

Francisco Vitoriano	Sd	6°RI
Francisco de Almeida	Sd	11°RI
Francisco de Castro	3° Sgt	1°RI
Francisco de Paula Moura Neto	Sd	1°RI
Francisco de Paulo Lopes	3° Sgt	11°RI
Francisco dos Santos Filho	Sd	1°RI
Frederico Antônio Bressan	Sd	11°RI
Frederico Gustavo dos Santos	Asp-Of Res Conv	1°GpAvCa (FAB)
Fredolino Chimango	Cb	11°RI
Fábio Pavani	2° Sgt	BatCdoAD
Gentil Guimarães de Oliveira	Sd	6°RI
Genésio Valentin Corrêa	Sd	11°RI
Geraldo Augusto dos Santos	Sd	6°RI
Geraldo Baeta da Cruz	Sd	11°RI
Geraldo Berti	2° Sgt	6°RI
Geraldo Elias	Sd	11°RI
Geraldo Martins Santena	Cb	6°RI
Geraldo Ribeiro de Resende	Sd	11°RI
Geraldo Rodrigues de Souza	Sd	11°RI
Geraldo Rosa	Sd	Dep Pes FEB
Geraldo Sant'Ana	3° Sgt	1ªCiaTr
Gerhardt Holtz	Sd	11°RI
Gestão Gama	Cb	1°RI
Gildo dos Santos Pereira Lira	Sd	1°RI
Godofredo de Cerqueira Leite	2° Ten	1°RI
Gonçalo de Paiva Gomes	Cb	1°BS
Gregório Vilaiva	Sd	1°RI
Gumercindo da Silva	Sd	11°RI
Hamilton da Silva Costa	Sd	6°RI
Harry Hadlick	Cb	9°BE

Hercílio Gonçalves	Sd	11°RI
Hereny da Costa	Sd	11°RI
Hermínio Antônio da Silva	Cb	1°RI
Hermínio Aurélio Sampaio	2° Sgt	1°RI
Hileno Ramos	Sd	1°RI
Hilário Décimo Zanescó	Sd	6°RI
Honório Corrêa de Oliveira Filho	Cb	11°RI
Hortêncio da Rosa	Sd	1°RI
Hugo Gonçalves	Sd	11°RI
Humberto Alves Nogueira	Sd	11°RI
Hyvio Domènico Neliato	Sd	1°RI
Hélio Thomaz	Cb	11°RI
Ignácio Gomes	Sd	1°RI
Iraci Luchina	Sd	11°RI
Isanor Furquim de Campos	3° Sgt	11°RI
Ivo Robach de Oliveira	Sd	1°CiaInt
Izidro Matoso	Sd	6°RI
Jacinto Lucas da Costa	Sd	1°RI
Jair da Silva Tavares	Sd	11°RI
Jamil Dagli	Sd	11°RI
Jesuino Ventura	Sd	1°RI
Joaquim Antônio de Oliveira	Sd	1°RI
Joaquim Onílio Borges	Sd	11°RI
Joaquim Pires Lôbo	Sd	6°RI
Joaquim Severino	Cb	11°RI
Joaquim Xavier de Lira	Sd	Dep Pes FEB
John Richardson Cordeiro e Silva	2° Ten-Av	1°GpAvCa (FAB)
Jorge Alvarenga da Silva	Sd	11°RI
Jorge Martinho Prado	Cb	1°RI
Jorge Monçores	3° Sgt	1°RI

Jorge de Costa Lima	Sd	1°RI
José Alexandre Machado	Sd	1°RI
José Alves de Abreu	Sd	6°RI
José Amaro de Souza Peçanha	Sd	1°RI
José Antônio Moreira	Sd	6°RI
José Antônio dos Santos	Sd	11°RI
José Assunção dos Anjos	Sd	11°RI
José Baldino	Sd	11°RI
José Belfort de Arantes Filho	2° Ten	11°RI
José Bravos	Sd	11°RI
José Carlos da Silva	3° Sgt	1°RI
José Custódio Sampaio	Sd	1°RI
José Domingues Pereira	Sd	1°RI
José Fernandes da Silva	Sd	6°RI
José Fernandes	Sd	11°RI
José Ferreira	Sd	11°RI
José Francisco de Souza	Sd	1°RI
José Furtado Leito	Sd	11°RI
José Garcia Lopes Filho	Sd	9°BE
José Gomes de Barros	Sd	1°RI
José Gomes	Sd	1°RI
José Graciliano Carneiro da Silva	Cb	1°RI
José Guilherme da Silva	Sd	Dep Pes FEB
José Higaskino	Sd	1°BS
José Januário da Costa	Sd	9°BE
José Jerônimo de Mesquita	2° Ten	6°RI
José Leite da Silva	Sd	6°RI
José Lima	Sd	11°RI
José Luiz dos Santos	Sd	6°RI
José Manoel de Oliveira	3° Sgt	11°RI

José Maria Pinto Duarte	1° Ten	6°RI
José Martins Dias	3° Sgt	I/2°ROAuR
José Pessoto Sobrinho	2° Sgt	QG 1ª DIE
José Pires Barbosa Filho	Sd	6°RI
José Rufino Costa	Sd	6°RI
José Serafim	Sd	1°RI
José Varela	Sd	1°BS
José Vieira da Conceição	Cb	1°RI
José Vivanco Solano	Sd	6°RI
José Vicente de Paula	Sd	6°RI
José Wsoek	Sd	6°RI
José da Costa Valério	2° Sgt	1°RI
José da Silva Almeida Filho	Sd	1°RI
José da Silva	Cb	6°RI
José de Andrade	Sd	6°RI
José de Araújo	Sd	1°RI
José de Moraes	Sd	1ªCiaLMan
José de Souza Oliveira	Sd	6°RI
José de Souza	3° Sgt	1°RI
João Alberto Alves	Sd	11°RI
João Américo da Silva	Sd	1°RI
João Batista Rotelo	Sd	1°RI
João Batista dos Reis	Sd	11°RI
João Espinardi	Sd	11°RI
João Fagundes Machado	Cb	6°RI
João Ferreira da Silva	Sd	1°RI
João Florindo Zanetti	Sd	11°RI
João Gonçalves dos Santos	3° Sgt	6°RI
João Inácio Nascimento	Sd	6°RI
João Lopes Filho	3° Sgt	1°RI

João Lopes de Assumpção	3° Sgt	6°RI
João Mancias Alves	Sd	Cia QG
João Maria Batista	Sd	6°RI
João Maria Silveira Marques	Sd	6°RI
João Maurício Campos de Medeiros	1° Ten-Av	1°GpAvCa (FAB)
João Monteiro de Rocha	Cb	6°RI
João Moreira Alberto	Sd	6°RI
João Moreira	Sd	1°RI
João Nunes	Sd	1°RI
João Pereira da Silva	Sd	6°RI
João Peçanha de Carvalho	Sd	1°RI
João Protzek	Cb	11°RI
João Rechocoski	Sd	11°RI
João Rodrigues Franco	Sd	1°RI
João Rodrigues	Sd	1°RI
João Soares Pimentel	Sd	1°RI
João Soares de Faria	3° Sgt	11°RI
João Zapela	Sd	11°RI
João de Oliveira Carmo	Sd	11°RI
Jupyr de Souza Pinto	3° Sgt	1°RI
Justino José Ladeira	Cb	1°RI
Júlio Conceição	Sd	1°RI
Júlio Nicotau	Sd	11°RI
Laudelino Vieira de Campos	Sd	11°RI
Laudolino Nogueira	3° Sgt	11°RI
Laurentino da Silva Nonato	Sd	Dep Pes FEB
Laércio Xavier de Mendonça	Sd	1°RI
Leônidas Moreira	Sd	1°RI
Lino Pinto dos Santos	Sd	11°RI
Lourival Alves de Souza	3° Sgt	1°RI

Lucindo Nepomuceno Cebalio	Sd	1°RI
Luiz Geraldo da Silva	3° Sgt	11°RI
Luiz Gomes de Quevedo	Cb	6°RI
Luiz Lopes Dorneles	1° Ten-Av	1°GpAvCa (FAB)
Luiz Manoel Ferreira	Sd	1°RI
Luiz Ribeiro Pires	3° Sgt	9°BE
Luiz Rodrigues Filho	3° Sgt	1°RI
Luiz Stobl	Sd	11°RI
Luiz Tenbrio Lego	Sd	6°RI
Lázaro Moncef	Sd	11°RI
Lélio Martins de Souza	Sd	1°RI
Manasés de Aguiar Barros	Sd	11°RI
Manoel Amaro dos Santos	Sd	6°RI
Manoel Apolinário dos Reis	Sd	1°RI
Manoel Barbosa da Silva	2° Ten	6°RI
Manoel Chegas	3° Sgt	1°RI
Manoel Eduardo de Souza	Sd	1°RI
Manoel Francisco Gomos	Sd	11°RI
Manoel Furtado	Sd	11°RI
Manoel Lino Paiva	Sd	11°RI
Manoel Pinto	Sd	1°RI
Manoel de Souza	Sd	9°BE
Marcelino Jazinski	Sd	6°RI
Marcelino Lourenço	Sd	1°RI
Marino Felix	Sd	11°RI
Maurício Araújo Martins	Sd	Dep Pes FEB
Maurício Moreira Rodrigues	Sd	1°RI
Max Wolff Filho	2° Sgt	11°RI
Michel Jacob Cheib	Sd	6°RI
Miguel Marotti Cabral	Cb	1°RI

Miguel Francisco Dias	Sd	1ªCiaTr
Miguel de Souza Filho	3º Sgt	11ºRI
Moisés de Oliveira	Cb	11ºRI
Márcio Pinto	2º Ten	11ºRI
Mário Nardeli	Sd	11ºRI
Nilo Moraes Pinheiro	3º Sgt	11ºRI
Noraldino Rosa dos Santos	3º Sgt	6ºRI
Norberto Henrique Weher	Cb	6ºRI
Nélson Alves Fonseca	Sd	11ºRI
Névio Baracho dos Santos	2º Sgt	6ºRI
Oldegard Olsen Sapucaia	2º Ten-Av	1ºGpAvCa (FAB)
Olimpio José Borges	Sd	11ºRI
Olivaldo Barbosa Vila-Nova	Cb	1ºRI
Omar Bento do Nascimento	Sd	11ºRI
Orlando Ferreira Martins	Sd	1ºRI
Orlando Rendi	2º Sgt	11ºRI
Oscar Ronin	Cb	6ºRI
Oscar Schade	Sd	1ºRI
Osmar Côrtes Claro	1º Sgt	6ºRI
Oswaldo Conceição	3º Sgt	1ºRI
Oswaldo José de Oliveira	Cb	11ºRI
Oswaldo Lellis	Sd	11ºRI
Oswaldo Pereira	Sd	1ºRI
Oswaldo de Carvalho	Sd	1ºRI
Oswaldino Mendes Rocha	2º Sgt	9ºBE
Otacílio de Souza	Sd	9ºBE
Otelo Ribeiro	Sd	1ºRI
Otto Unger	Sd	6ºRI
Otávio Carlos da Silva	Cb	1ºRI
Otávio Sinésio Aragão	Cb	11ºRI

Otávio Soares do Amaral	Sd	1ºRI
Paulino José de Oliveira	Sd	1ºRI
Paulo Damásio Rolia	Sd	1ºRI
Paulo Emygdio Pereira	Sd	Cia Pol
Paulo Inácio de Araújo	3º Sgt	1ºRI
Paulo Moraes Pinheiro	Sd	1ºRI
Paulo Moreira	3º Sgt	1ºRI
Paulo Pereira da Silva	Cb	1ºRI
Paulo Tansini	Sd	6ºRI
Paulo de Souza Pereira	Sd	II/1ºROAuR
Pedro Graciano Moreira	Sd	1ºRI
Pedro Krinski	2º Sgt	1ºEsqdRec
Pedro Laurindo Filho	Sd	1ºRI
Pedro Mariano de Souza	Sd	1ºRI
Pelópidas Passamani	Sd	11ºRI
Prim Rodrigues Canes	Sd	6ºRI
Rafael Pereira	Sd	11ºRI
Rafael Rogério Buzarello	Sd	11ºRI
Ramis Mendes	Sd	11ºRI
Raul Marques Marinho	Sd	1ºRI
Ricardo Marques Filho	3º Sgt	11ºRI
Roberto Marcondes	Sd	11ºRI
Rodolfo Gomes de Campos	Sd	11ºRI
Rodoval Cabral da Trindade	1º Sgt	6ºRI
Rodrigo Leme da Silva	Sd	1ºRI
Roland Rittmeister	2º Ten-Av	1ºGpAvCa (FAB)
Romeu Casagrando	Cb	6ºRI
Romeu Cocco	Sd	6ºRI
Rosálio José da Conceição	Sd	11ºRI
Rubem de Souza	Sd	1ºRI

Rubens Coelho Galvão	Sd	11°RI
Rubens Leite	2° Sgt	6°RI
Ruy Lopes Ribeiro	2° Ten	11°RI
Sansão Alves dos Santos	Cb	6°RI
Saulo Lima de Vasconcelos	Sd	11°RI
Sebastião Cerrato	Sd	1°BS
Sebastião Clementino Machado	Sd	11°RI
Sebastião Felício	Sd	1°RI
Sebastião Garcia	Sd	6°RI
Sebastião Ribeiro	Sd	6°RI
Sebastião Vanna	Sd	II/1°ROAuR
Sebastião da Costa Chevos	2° Sgt	11°RI
Servino Mengarda	Sd	1°RI
Severino Barbosa de Farias	2° Sgt	1°RI
Severino da Costa Villar Filho	Sd	1ªCiaInt
Simião Alves de Almelda	Sd	11°RI
Simião Fernandes	Sd	6°RI
Simplício Vieira de Lara	Sd	6°RI
Sérgio Bernardino	Sd	6°RI
Sérgio Grevinski	Sd	11°RI
Teodoro Francisco Ribeiro	Sd	6°RI
Teodoro Satíva	Sd	6°RI
Teonilo de Souza	Sd	1°RI
Thomaz Antônío Machado	Sd	6°RI
Toríbio da Silva	Sd	1°RI
Ulpiano dos Santos	Sd	1ªCiaTr
Vasco Teixeira de Silva	Sd	1°RI
Vicente Batista	Sd	6°RI
Vicente José de Almeida	Cb	11°RI
Virgílio Lúcio	Sd	1°RI

Vital Fortuna	Sd	6°RI
Waldemar Adelino da Silva	Sd	11°RI
Waldemar Cardoso Teixeira	Sd	1°RI
Waldemar Ferreira Fidalgo	Sd	1°RI
Waldemar Marcelino dos Santos	Sd	9°BE
Waldemar Martins de Almeida	Sd	6°RI
Waldemar Rodriques	Sd	1°RI
Waldemar Rozeno Medeiros	Sd	6°RI
Waldir Paulino Pequeno de Mello	2° Ten-Av	1°GpAvCa (FAB)
Walmir Emesto Holder	Cb	1°RI
Walter Pereira de Souza	Sd	QG 1ª DIE
Wenceslau Firmino	Sd	1°RI
Wenceslau Spanceski	Sd	1°RI
Wilson Abel de Oliveira	3° Sgt	11°RI
Wilson Ramos	3° Sgt	11°RI
Wilson Ribeiro Bonfim	Sd	1°RI
Wilson Viena Barbosa	3° Sgt	1°RI

ANEXO III

DECRETO-LEI Nº 1.187, DE 4 DE ABRIL DE 1939.

Dispõe sobre o Serviço Militar

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Considerando que a Lei do Serviço Militar é anterior à Constituição de 10 de novembro de 1937;

Considerando que, posteriormente ao Estatuto Fundamental da República várias leis foram decretadas com dispositivos que têm de ser levados em conta na Lei do Serviço Militar.

DECRETA:

Lei do Serviço Militar

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA OBRIGATORIEDADE E DURAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR

Art. 1º Todo brasileiro é obrigado ao serviço militar para a defesa nacional, na forma das leis federais e respectivos regulamentos e o prestará de acordo com a sua situação, capacidade e aptidão.

Parágrafo único. As mulheres só em caso de mobilização serão aproveitadas em encargos compatíveis com a sua situação e natureza, seja nos hospitais no serviço de assistência noscomial, fora das zonas das operações, seja nas indústrias e misteres correlatos com as necessidades da guerra.

Art. 2º Todo brasileiro, provindo da situação considerada na última parte da letra b do art. 115 da Constituição Federal, ficará sujeito ao serviço militar no Brasil, desde o ato oficial e público da opção.

Art. 3º O naturalizado não poderá repudiar a sua condição de brasileiro, para adquirir outra nacionalidade, durante o prazo da prestação efetiva do serviço militar no Brasil.

Art. 4º Todo indivíduo nas condições do art. 2º, ou que for naturalizado brasileiro, só poderá em idade de conscrição, obter passaporte para se afastar do território nacional, se estiver quite com as obrigações relativas ao serviço militar no Brasil.

Art. 5º A obrigatoriedade do serviço militar em tempo de paz, tem a duração de 25 anos para o Exército ou para a Marinha de Guerra e começa a partir do início do ano civil em que o indivíduo completa 21 anos de idade.

§ 1º Para os reservistas menores de 21 anos a obrigatoriedade do serviço militar começa no dia em que se fazem reservistas.

§ 2º Para os indivíduos que forem refratários ou que tiverem sido isentos temporariamente, na conformidade no art. 2ª a obrigatoriedade do serviço efetivo, de acordo com os §§ 2º e 3º do art. 6º, será exigida até os 30 anos de idade, completos.

§ 3º Em caso de guerra externa, ou para manter a integridade nacional, todo brasileiro maior de 18 anos e até uma idade que o Governo fixará em consequência das circunstâncias da ocasião, poderá, ser chamado a prestar serviço em defesa da Pátria.

Art. 6º O serviço no Exército ou na Marinha de Guerra, ativos, e nas respectivas Reservas, abrange um período de 25 anos (classes de 21 a 45 anos, inclusive).

§ 1º Para efeitos desta lei, chama-se classe ao Conjunto de indivíduos nascidos no mesmo ano civil. A classe tanto pode ser designada pelo ano de nascimento como pela idade no ano correspondente.

§ 2º A obrigatoriedade do serviço no Exército ativo, do chamado a incorporar-se, será de 12 a 24 meses, salvo casos previstos nesta lei e seu regulamento.

§ 3º A obrigatoriedade do serviço na Marinha de Guerra ativa, do chamado a incorporar-se, será no máximo de três anos, salvo os casos previstos nesta lei e seu regulamento.

Art. 7º Os reservistas do Exército e da Marinha de Guerra classificam-se em três categorias:

1ª - reservistas com instrução militar completa;

2ª - reservistas com instrução militar insuficiente;

3ª - reservistas sem instrução militar.

§ 1º - A praça excluída de força policial com a respectiva instrução militar completa, se não for já reservista do Exército ou da Marinha de Guerra, será incluída na Reserva do Exército como reservista de 2ª categoria.

§ 2º Aos reservistas poderá ser concedida a transferência da reserva do Exército para a da Marinha de Guerra, e vice-versa, desde que esse ato consulte os interesses destas Corporações, a juízo dos respectivos Ministros.

A iniciativa das transferências poderá caber tanto ao reservista, a seu pedido, como ao Ministério diretamente interessado.

§ 3º Os reservistas do Exército que, por mais de três anos, exercerem qualquer das atividades previstas no art. 40, serão transferidos para a reserva da Marinha de Guerra.

Art. 8º O regulamento desta lei e outros especiais fixarão pormenorizadamente os deveres dos reservistas do Exército e da Marinha de Guerra, inclusive a obrigatoriedade do comparecimento a períodos de instrução.

~~Art. 9º Os reservistas de 1ª categoria do Exército e da Marinha de Guerra ficam em disponibilidade das respectivas corporações durante o período de três anos, a contar da data de seu licenciamento.~~

Art. 9º Os reservistas das Forças Armadas ficam em disponibilidade das respectivas corporações, durante o período de três anos, a contar : (Redação dada pelo Decreto-lei nº 4.276, de 1942).

a) da data do licenciamento do serviço ativo, para os de 1ª categoria ; (Incluída pelo Decreto-lei nº 4.276, de 1942).

b) do dia 1 de janeiro do ano civil em que completam 21 anos de idade, para os de 2ª categoria ; (Incluída pelo Decreto-lei nº 4.276, de 1942).

c) da data que ficam considerados reservistas de 3ª categoria, sendo menores de 30 anos de idade. (Incluída pelo Decreto-lei nº 4.276, de 1942).

Art. 10. Não poderá servir nas forças armadas, nem ingressar em qualquer escalão das suas reservas, o indivíduo cujos direitos políticos se achem cassados no momento da incorporação em que antes desta haja cometido crime ou contravenção da natureza daqueles que, pelos códigos ou

regulamentos militares, tornam seus autores, quando incorporados, passíveis da pena de exclusão ou expulsão. (Vigência).

Parágrafo único. Em caso de guerra, porém, o governo fixará nas condições de seleção para o aproveitamento dos condenados referidos neste artigo, em condições de prestar serviço militar.

Art. 11. A duração do tempo de serviço dos chamados a incorporar-se no Exército e na Marinha de Guerra, ativos, será fixada anual ou periodicamente, pelos respectivos Ministros, de acôrdo com os §§ 2º e 3º, do art. 6º.

Parágrafo único. Será, porém, de seis meses, quando se tratar de incorporação no Exército, ressalvado o que dispõe o art. 136:

a) para os alunos dos institutos civis, oficiais ou oficializados, de ensino secundário e superior, possuidores do certificado de aproveitamento na instrução pré-militar, a menos que, satisfazendo as exigências da lei, optem por um dos cursos de preparação de oficiais da reserva e o terminem com aproveitamento;

b) para os que são arrimo de família, quando não forem isentos;

c) para os que forem designados para as unidades quadros e tiros de guerra.

Art. 12. A duração do tempo de serviço para os voluntários do Exército e da Marinha de Guerra, ativos, será fixada anualmente pelos respectivos Ministros, antes do período de sua aceitação, sendo, porém, de dois anos para os referidos no art. 90, quando se tratar de voluntários para o Exército.

Art. 13. A duração do tempo de serviço do incorporado que não falar correntemente a língua vernácula, poderá ser ampliada a critério dos Ministros da Guerra ou da Marinha. (Vide Decreto-lei nº 2.873, de 1940).

(...)

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETULIO VARGAS

Eurico G. Dutra

Henrique Guilhem

Francisco Campos

A de Souza Costa

João de Mendonça Lima

Oswaldo Aranha

Fernando Costa

Gustavo Capanema

Waldemar Falcão

Estes texto não substitui o publicado na Coleção de Leis do Brasil de 1939.

BOLETINS ESTADO MAIOR DO EXERCITO - GOES MONTEIRO

Boletim nº 9 (mimeografado), da 1ª Divisão de Cavalaria da 3ª Região Militar, assinado pelo coronel João Batista Magalhães, comandante da Divisão e pelo tenente-coronel João Teodoro Barbosa, chefe do Estado-Maior da Divisão, ditando normas de conduta para orientação e instrução disciplinar de seus comandados em face da Segunda Guerra Mundial. 2 fls., 2 págs. Local: Santiago [do Boqueirão] (RS) Data: 15/6/1940 Microfilme: 054-97 Observação: Reservado.

Boletim nº 78 (2 vias, datilografadas, incompletas), do 1º Regimento de Obuses AutoRebocado, assinado pelo tenente-coronel Ivano Gomes, referente à passagem de comando daquele regimento ao major Anísio Martins de Oliveira, abordando as origens das divergências com o general Oswaldo Cordeiro de Farias, comandante da Artilharia Divisionária do 1º Exército da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que culminaram com sua transferência para um grupamento não expedicionário. 7 fls., 7 págs. Local: s/l Data: 4/4/1944 Microfilme: 054-97 Observação: Reservado. Uma das cópias contém anotação de que foi remetida pelo capitão Ademar ao titular; a outra contém no verso observações sobre a prisão do ex-comandante e o posicionamento dos generais [João Batista] Mascarenhas de Moraes e Zenóbio [da Costa] a respeito do episódio.

Artigo (impresso) “Entrevista concedida pelo general Góes Monteiro à imprensa de Porto Alegre” referente às declarações do titular, chefe do Estado-Maior do Exército (EME), sobre a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, publicado no Correio Paulistano. 1 fl., 1 pág. Local: São Paulo Data: 30/4/1943 Microfilme: 054-97 Observação: Artigo enviado ao titular pelo representante de jornais do Brasil “Bureau Interestadual de Imprensa”.